

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS (PLE-DOUTORADO)
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: ESTUDOS LINGUÍSTICOS

DOUGLAS GONÇALVES DE SOUZA

SI ME CONSULIS: UM ESTUDO FUNCIONALISTA DA HIPOTAXE
ADVERBIAL CONDICIONAL NAS CATILINÁRIAS DE CÍCERO

Maringá-PR
2021

DOUGLAS GONÇALVES DE SOUZA

SI ME CONSULIS: UM ESTUDO FUNCIONALISTA DA HIPOTAXE
ADVERBIAL CONDICIONAL NAS CATILINÁRIAS DE CÍCERO

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação
em Letras, da Universidade Estadual de Maringá,
como requisito parcial para a obtenção do título de
Doutor em Letras. Área de concentração: Estudos
Linguísticos.

Orientador: Prof. Dr. Juliano Desiderato Antonio

Maringá-PR

2021

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Biblioteca Central - UEM, Maringá, PR, Brasil)

S729s	Souza, Douglas Gonçalves de <i>Si me consulis</i> : um estudo funcionalista da hipotaxe adverbial condicional nas Catilinárias de Cícero / Douglas Gonçalves de Souza. -- Maringá, 2021. 157 f. : tabs. Orientador: Prof. Dr. Juliano Desiderato Antonio. Tese (Doutorado) - Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Programa de Pós-Graduação em Letras, 2021. 1. Hipotaxe adverbial condicional. 2. Cícero, Marco Túlio, 106-43 a.C. 3. Linguística funcional. 4. Prosa latina. I. Antonio, Juliano Desiderato, orient. II. Universidade Estadual de Maringá. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Programa de Pós-Graduação em Letras. III. Título. CDD 23.ed. 410
-------	--

DOUGLAS GONÇALVES DE SOUZA

SI ME CONSULIS: UM ESTUDO FUNCIONALISTA DA HIPOTAXE
ADVERBIAL CONDICIONAL NAS CATILINÁRIAS DE CÍCERO

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação
em Letras, da Universidade Estadual de Maringá,
como requisito parcial para a obtenção do título de
Doutor em Letras. Área de concentração: Estudos
Linguísticos.

BANCA EXAMINADORA



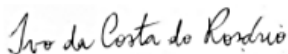
Prof. Dr. Juliano Desiderato Antonio
Presidente da Banca – Orientador (UEM-PLE)



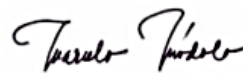
Prof. Dr. Flávio Brandão Silva
Membro do Corpo Docente (UEM-PLE)



Prof. Dr. Hércius Batista Pereira
Membro do Corpo Docente (UEM-PLE)



Prof. Dr. Ivo da Costa do Rosário
Membro Convidado (UFF – Niterói – RJ)



Prof. Dr. Marcelo Módolo
Membro Convidado (USP – São Paulo – SP)

Maringá-PR

2021

DEDICATÓRIA

À minha vó, Maria da Glória (*in memoriam*),
meae aeternae amicae.

AGRADECIMENTOS

Ao Supremo Divino, pela proteção sempre concedida.

Ao meu orientador, Juliano, pela amizade, pela paciência, pela orientação precisa e pelos ensinamentos constantes. Minha gratidão certamente transcende os limites da materialidade linguística.

À professora Livia, pela amizade de sempre, por me incentivar na trajetória acadêmica nos Estudos Clássicos e pela revisão atenta das traduções latinas.

Aos professores Ivo e Flávio, pelos materiais fornecidos, pelos comentários enriquecedores e por terem participado também do exame de qualificação.

Aos professores Helcius e Marcelo, por gentilmente aceitarem o convite desta banca, bem como aos professores do Programa de Pós-Graduação em Letras da UEM, por contribuírem sobremaneira na minha formação.

Aos meus pais, Ana e Ilton, e à minha irmã, Aline, por me apoiarem sempre, mesmo agora em que estamos mais distantes...

Aos meus padrinhos, Amélia e José, pela presença fundamental em minha vida.

Aos meus amigos, em especial, Felipe, Josenildo, Rosangela, Jane e Eliane, pelo companheirismo, pelas boas risadas e pelas badalações nas noites cariocas e alagoanas;

Aos meus colegas professores da Uneal, em particular à também amiga Sanadia, pelo apoio constante às minhas atividades.

Aos amigos professores de Latim, Ana Thereza, Thaíse, Pedro e Danilo, pelas nossas conversas sempre interessantes sobre o Mundo Clássico.

Enfim, a todos que me ajudaram a chegar até aqui
E que eu falhei em citar.

Gratias plurimas uobis ago!

SOUZA, Douglas Gonçalves de. *Si me consulis*: um estudo funcionalista da hipotaxe adverbial condicional nas Catilinárias de Cícero. Tese (Doutorado em Letras). Universidade Estadual de Maringá, Maringá-PR, 2021.

RESUMO

Nesta pesquisa, intenta-se descrever as construções hipotáticas adverbiais de condição, e examinar a maneira como a organização desse tipo de construção pode colaborar para a estruturação do discurso de acusação *In Catilinam Orationes Quattuor* (Catilinárias), proferido pelo orador romano Cícero, no séc. I a. C. Partindo de concepções filosóficas, retóricas e gramaticais expostas pelos autores da Antiguidade greco-latina e das lições dos compêndios gramaticais modernos, referentes à Língua Latina, busca-se verificar o tratamento dado por esses estudos à noção de condicionalidade. Associam-se, por conseguinte, postulados da Linguística Funcional, que compreende a língua como um sistema fluido e complexo, constituído por padrões mais ou menos regulares (BYBEE, 2010), aspectos teóricos concernentes ao *continuum* escalar que envolve os três estágios de integração de orações, a saber a parataxe, a hipotaxe e a subordinação (encaixamento) (HOPPER; TRAUGOTT, 1993). Explicitam-se também distintos pontos de vista acerca do período hipotético, de modo a abranger desde a condicionalidade lógica até os aspectos semântico-pragmáticos que envolvem tal fenômeno (HAIMAN, 1978; COMRIE, 1986; DIK, 1990; NEVES, 2011; HIRATA-VALE, 2005; OLIVEIRA, 2008; GRYNER, 1995; VISCONTI, 1996). Caracterizada como de natureza predominantemente qualitativa, esta pesquisa pauta-se em uma abordagem que tem por finalidade mapear as regularidades de uso de conectivos e os aspectos linguísticos associados ao processo de combinação de orações no texto latino. Metodologicamente, são considerados parâmetros que perpassam os três níveis de análise abordados em uma pesquisa funcionalista: i) no nível semântico: os subtipos de estruturas condicionais; ii) no nível sintático: a posição da oração condicional em relação à porção do texto com a qual se articula; a relação modo-temporal estabelecida entre as cláusulas do período hipotético; o tipo de conectivo utilizado; iii) no nível pragmático, as funções textual-discursivas; o status informacional das estruturas; e as camadas em que as orações condicionais podem se inserir. Com o auxílio de ferramentas tecnológicas, as unidades de análise selecionadas são tabuladas de acordo com os parâmetros expostos. Foram encontrados no *corpus* 115 ocorrências de orações condicionais com conjunção. Dessas, 99 correspondem ao uso da condição hipotética com *si* (*sin*), 11 ao uso da condição restritiva negativa com *nisi* e 05 ao uso da condição restritiva positiva com *dummodo* (*modo*). Os resultados atestam que, de maneira intersubjetiva, ao demandar a atenção do interlocutor, as orações condicionais localizam-se nas partes mais argumentativas do texto ciceroniano de modo a contribuir para a organização hierárquica das informações do texto. Desse modo, a organização textual e a codificação linguística dessas orações estão diretamente associadas a fatores semântico-pragmáticos que transcendem o nível da condicionalidade lógica.

ABSTRACT

The intention of this research is to describe the hypotactic adverbial constructions of condition, and to examine how the organization of this type of construction can contribute to the structuring of the accusation speech In *Catilinam Orationes Quattuor* (Catilinaries), given by the Roman orator Cicero, in the century I B.C. Starting from philosophical, rhetorical and grammatical conceptions exposed by the authors of Greco-Latin Antiquity and from the lessons of modern grammatical textbooks, referring to the Latin Language, we seek to verify the treatment given by these studies to the notion of conditionality. In this work, postulates of Functional Linguistics are associated to such studies. Functional Linguistics understands language as a fluid and complex system, consisting of more or less regular patterns (BYBEE, 2010), theoretical aspects concerning the scalar continuum that involves the three stages of integration of clauses, namely parataxis, hypotaxis and subordination (embedding) (HOPPER; TRAUGOTT, 1993). Different points of view about the hypothetical clauses are also explained, in order to cover from the logical conditionality to the semantic-pragmatic aspects that involve such phenomenon (HAIMAN, 1978; COMRIE, 1986; DIK, 1990; NEVES, 2011; HIRATA-VALE, 2005; OLIVEIRA, 2008; GRYNER, 1995; VISCONTI, 1996). Characterized as predominantly qualitative in nature, this research is based on an approach that aims to map the regularities of use of connectives and the linguistic aspects associated with the process of combining sentences in the Latin text. Methodologically, parameters that permeate the three levels of analysis addressed in a functionalist research are considered: i) at the semantic level: the subtypes of conditional structures; ii) at the syntactic level: the position of the conditional clause in relation to the text span to which it is articulated; the tense-mode relation established between the clauses of the hypothetical complex sentence; the type of connector used; iii) at the pragmatic level, the textual-discursive functions; the informational status of structures; and the layers in which conditional clauses can fit. With the help of technological tools, the selected units of analysis are tabulated according to the parameters shown. 115 occurrences of conditional clauses with conjunction were found in the corpus. Out of these, 99 correspond to the use of the hypothetical condition with *si* (sin), 11 to the use of the negative restrictive condition with *nisi* and 05 to the use of the positive restrictive condition with *dummodo* (mode). The results show that, in an intersubjective way, when demanding the interlocutor's attention, the conditional clauses are located in the most argumentative parts of the Ciceronian text in order to contribute to the hierarchical organization of the information in the text. Thus, the textual organization and the linguistic coding of such clauses are directly associated with semantic-pragmatic factors that transcend the level of logical conditionality.

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 – Construções condicionais, segundo o sentido da conjunção.....	91
Tabela 02 – Construções condicionais com conectivo hipotético nas Catilinárias.....	94
Tabela 03 – Construções condicionais com conectivo restritivo positivo nas Catilinárias.....	106
Tabela 04 – Construções condicionais com conectivo restritivo negativo nas Catilinárias.....	112

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 – Articulação entre orações, segundo Traina & Bertotti (2003).....	40
Quadro 02 – Uso dos modos verbais com as conjunções condicionais, de acordo Carl <i>et al.</i> (1986) e Faria (1995).....	44
Quadro 03 – Natureza do período hipotético e subtipos de condicionais, segundo Traina e Bertotti (2003)	45
Quadro 04 – Modalidades de potencial e correlação modo-temporal, segundo Azevedo (1997, p. 141)	50
Quadro 05 – Tipos de orações condicionais, segundo Puente (2009, p. 661).....	54
Quadro 06 – Planos contextuais (adaptado de Neves, 2018a, p. 69).....	63
Quadro 07 – Dependência e encaixamento entre orações (HOPPER; TRAUGOTT, 1993).....	70
Quadro 08 – Propriedades gradientes da combinação de orações (HOPPER; TRAUGOTT, 1993).....	71
Quadro 10 – O complexo frasal no subsistema de expansão (NEVES, 2010, p. 232).....	72
Quadro 11 – Estrutura dos Discursos: Catilinárias (63 a. C.) - Adaptado de Dyck (2008).....	83
Quadro 12 – Correlação modo-temporal das condicionais com <i>si</i>	104
Quadro 13 – Correlação modo-temporal das condicionais com <i>nisi</i>	115

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 – Modelo de interação verbal, segundo Dik (1997, p. 8).....	64
---	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS DE AUTORES ANTIGOS CITADOS

Obras

Ars – *Ars grammatica*
Ars – *Ars grammatica*
Ars maior – *Ars maior*
Ars minor – *Ars minor*
Crat. – *Cratylus*
De coniu. – *De coniunctione*
De inter. – *De interpretatione*
De ling. – *De lingua latina*
Inst. gram. – *Institutiones grammaticae*
Inst. orat. – *Institutio oratória*
Poet. – *Poetica*
Rhet. – *Rhetorica*
Synt. – *Perì syntáxeōs*
Tékhnē – *Tékhnē Grammatiké*
Vitae. – *Vitae philosophorum*

Autores

Diom. – Diomedes
Sacer. – Sacerdos
Don. – Donato
Don. – Donato
Platão – Platão
A.D. – Apolônio Díscolo
Arist. – Aristóteles
Varrão – Varrão
Prisc. – Prisciano
Quint. – Quintiliano
Arist. – Aristóteles
Arist. – Aristóteles
A.D. – Apolônio Díscolo
D.T. – Dionísio Trácio
D.L. – Diógenes Laercio

Outras siglas

CGL – Corpus Grammaticorum Latinorum
OLD – Oxford Latin Dictionary

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS DE TERMOS LINGUÍSTICOS

Camadas Semânticas

cont.	domínio de conteúdo
epis.	domínio epistêmico
atof.	domínio de ato de fala

Classes de Palavras

conj.	conjunção
verb.	verbo

Estatuto Informacional

dad.	informação dada
nov.	informação nova
ace.	informação acessível

Partes do Discurso de Acusação

exo.	<i>exordium</i>
dig.	<i>digressio</i>
nar.	<i>narratio</i>
arg.	<i>argumentatio</i>
per.	<i>peroratio</i>

Posição Oracional

ant.	anteposta
pos.	posposta
int.	intercalada

Tempos e Modos Verbais

pi.	presente do indicativo
pii.	pretérito imperfeito do indicativo
fii.	futuro imperfeito do indicativo
ppi.	pretérito perfeito do indicativo
pmi.	pret. mais-que-perf. do indicativo
fpi.	futuro perfeito do indicativo
ps.	presente do subjuntivo
pis.	pretérito imperfeito do subjuntivo
pps.	pretérito perfeito do subjuntivo
pms.	pret. mais-que-perf. do subjuntivo
ip.	imperativo presente
if.	imperativo futuro
inf.	infinitivo
gnd.	gerúndio
prt.	particípio

Subtipos de Condicionais

fac.	factual
cfac.	contrafactual
pot.	potencial

SUMÁRIO

1. DA INTRODUÇÃO	13
2. DAS CONJUNÇÕES E ORAÇÕES CONDICIONAIS NO LATIM	19
2.1 Das obras gramaticais de autores da tradição latina	27
2.2 Dos compêndios gramaticais tradicionais do Latim	38
2.3 Dos estudos de base linguística descritivos do Latim	53
3. DA FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	60
3.1 Dos pressupostos teóricos funcionalistas	60
3.2 Dos processos de combinação de orações	68
3.3 Das orações hipotáticas adverbiais condicionais	73
4. DOS PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	80
4.1 Da caracterização do <i>corpus</i> : as Catilinárias de Cícero	82
4.2 Da coleta e do tratamento dos dados	87
4.3 Dos parâmetros de análise	89
5. DA ANÁLISE DA HIPOTAXE ADVERBIAL CONDICIONAL EM LATIM	91
5.1 Das construções condicionais com conjunção hipotética (<i>si, sin</i>)	91
5.2 Das construções condicionais com conjunção restritiva positiva (<i>modo, dummodo</i>)	105
5.3 Das construções condicionais com conjunção restritiva negativa (<i>nisi</i>).....	110
6. DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS	118
REFERÊNCIAS	122
APÊNDICE – CORPVS DA PESQUISA	136

1. INTRODUÇÃO

Em sua obra intitulada *De Oratore* (Sobre o orador), publicada em 55 a. C., Cícero explicita a relação estreita entre os domínios da retórica e da gramática. Nessa obra, composta por três livros e estruturada em forma de diálogo, o autor romano, além de expor o perfil ideal de orador – que deve deter vasto saber enciclopédico e ter experiência na prática da eloquência – ainda demonstra grande preocupação com a linguagem. Desse modo, mesmo distante da seara da gramática, Cícero vislumbra um estilo de língua adequado ao contexto de produção discursiva. Conforme Pereira (2001), no período republicano, o discurso gramatical caminha de modo paralelo ao discurso retórico, refletindo sobre a língua, não por meio de uma metalinguagem abstrata, mas para tentar fixar uma forma de língua que sirva aos fins visados.

Ao comparar a oratória às outras artes em geral, Cícero demonstra um cuidado no que tange ao modo de expressão dos oradores: era preciso ter clareza no discurso para que o público pudesse entendê-lo.¹ Ficam patentes no texto dois princípios reguladores da linguagem de acordo com a concepção ciceroniana: o *uso* que se faz da língua e a *situação* na qual ele deve ser utilizada. De modo mais direto, o referido orador romano, em uma carta destinada ao seu amigo *Paetus* (Peto), observa diferentes níveis de língua, conforme o gênero do texto e os elementos extralinguísticos que compõem a situação comunicativa. Ele afirma não usar em suas cartas a mesma língua utilizada nos discursos jurídicos e nos discursos públicos. Assim, ao confirmar a existência da variação linguística², o autor evidencia a multiplicidade de formas existentes em dada sincronia, relacionada aos mais variados fins comunicativos:

(...) *Verumtamen quid tibi ego uideor in epistulis? Nonne plebeio sermone agere tecum? Nec enim semper eodem modo; quid enim simile habet epistula aut iudicio aut concioni? Quin ipsa iudicia non solemus omnia tractare uno modo: priuatas causas, et eas tenues, agimus subtilius, capitulis aut famae scilicet ornati; epistulas uero quotidianis uerbis texere solemus.* (CÍCERO, *Ad Fam.*, IX, 21, 1)

Mas, para ti, o que eu pareço nas cartas? Acaso não pareço usar uma linguagem popular? Na verdade, nem sempre me expresso do mesmo modo; o que de fato há de semelhante entre a carta, o discurso jurídico e o discurso público? Mesmo os próprios discursos jurídicos, não estamos acostumados a tratá-los todos de um só modo: as causas privadas e as de pequena importância, tratamo-las de modo mais simples e as causas capitais ou de boa reputação naturalmente (tratamo-las) de

¹ CÍCERO, *De Oratore*, I, 3, 12.

² Embora haja certa correspondência, em nenhum momento, Cícero trata do conceito de variação linguística tal como considerado pela Linguística moderna. O autor enfatiza apenas a necessidade de o falante/escritor se adequar linguisticamente aos gêneros e às situações.

maneira mais ornada; com toda certeza, as cartas, costumamos compô-las com palavras cotidianas.³

Cícero, nesse trecho da carta, revela a sua preocupação em adequar-se ao estilo exigido pelo referido gênero textual. Ele a escreve com *uerbis quotidianis*, o que ressalta certa informalidade e coloquialidade no modo de escrever. Por oposição, elabora os discursos que envolvem grandes causas ou personalidades importantes para a época de maneira mais ornada (*ornatius*). Ao apontar variantes da língua latina, percebe-se que alguns usos são próprios para um gênero ou situação discursiva e inadequados para outros. Tal percepção ciceroniana demonstra que os antigos já possuíam certa consciência acerca da dinâmica da linguagem.

Para além dos fatores expostos, próprios dos domínios gramatical e retórico, e da constatação de que os compêndios gramaticais de língua latina que circulam pelo Brasil, em sua grande maioria, não ressaltam aspectos contextuais e pragmáticos em suas abordagens, a presente pesquisa intenta relacionar um fenômeno gramatical, a combinação de orações, à estrutura organizacional do texto. Em outras palavras, investiga-se o modo como as orações condicionais se articulam em um discurso de acusação (*In Catilinam Orationes Quattuor* – Catilinárias), considerado como um gênero de maior formalidade, quando se nota, por exemplo, que este discurso foi exposto em 63 a.C. e que no ano anterior Cícero derrotara Catilina nas eleições para o consulado. Mais especificamente, focaliza-se um dos aspectos que contribuem para uma organização textual coerente e coesiva, qual seja, a hipotaxe adverbial.

Destarte, este estudo intenta atualizar as discussões referentes à relação lógico-semântica do campo da condicionalidade no latim clássico, pautando-se em perspectivas teóricas mais recentes, que ponderam fatores extralinguísticos em sua moldura de análise. Por meio de uma abordagem funcionalista, pretende-se descrever as construções hipotáticas condicionais que são introduzidas por conjunções. No *corpus*, conforme a proposição de Visconti (1996), foram encontradas e organizadas segundo o sentido expreso, as conjunções “*si*” (se), “*sin*” (se, pelo contrário) – classificadas como condicionais hipotéticas; “*modo*” (contanto que), “*dummodo*” (contanto que) – classificadas como condicionais restritivas positivas; e “*nisi*” (a não ser que) – classificada como condicional restritiva negativa.

A adoção de uma perspectiva funcionalista, tanto para a elaboração do aporte teórico quanto para o delineamento do percurso metodológico, permite que se façam incursões nos campos da gramática e do texto/discurso. Desse modo, são levados em consideração postulados

³ Chamam a atenção as diversas topicalizações feitas por Cícero nesse trecho. Tal recurso de construção textual serve para pôr em evidência os diversos gêneros de composição e os diferentes tipos de causa no julgamento. Na tradução, tentou-se manter a estratégia ciceroniana. As traduções, quando não tiverem suas autorias indicadas, são de responsabilidade do autor.

da Linguística Funcional, que compreende a gramática como uma estrutura em constante mutação/adaptação, em consequência do seu funcionamento no texto/discurso (CEZARIO; CUNHA, 2013). Mais especificamente, observa-se o *continuum* escalar que possibilita a interpretação do fenômeno da articulação de orações em três níveis distintos de integração: a parataxe, a hipotaxe e a subordinação (ou encaixamento) (HOPPER; TRAUGOTT, 1993). Compreende-se ainda que as orações hipotáticas, que envolvem as noções circunstanciais e, por conseguinte, as orações de condição, auxiliam na organização da coerência dos textos, de modo que a gramática deve ser estudada de forma integrada ao estudo do discurso (MATTHIESSEN; THOMPSON, 1988). Tais considerações da Linguística moderna são discutidas sem que sejam desprezados os aspectos contextuais da produção de Cícero, tais como a formação retórica do orador, os dados históricos que servem de pano de fundo para a elaboração do texto e a arquitetura do gênero textual *discurso de acusação*.

Com base nessa contextualização, surgem alguns questionamentos, motivadores para o desenvolvimento da pesquisa em tela: i) Levando em consideração aspectos sintáticos, semânticos e pragmáticos, de que maneira as orações hipotáticas condicionais se constituem e se organizam no referido discurso de acusação de Cícero?; ii) As construções condicionais utilizadas no texto ciceroniano, recuperam a essência lógico-semântica, apresentada pela tradição lógica, retórica e gramatical mais ou menos contemporânea ao autor ou extrapolam essa noção por motivações discursivas?; e iii) De que modo as orações hipotáticas condicionais se distribuem no discurso em questão e como contribuem para a argumentação ciceroniana? Esse segundo questionamento decorre, inclusive, de exemplos como “[*non iubeo sed, si me consulis, suadeo.*]” (Cíc., *Cat.*, I, V, 13) “Não (te) ordeno, mas, se me consultas, (te) aconselho.” – presente no título dessa tese e analisado na seção 5 – em que a oração condicional, no domínio do ato de fala, parece atenuar a força ilocucionária desse comando verbal.

Esta pesquisa, que intenta não só suprir carência de aprofundamento teórico sobre o referido tema, como também atualizar as reflexões acerca dos estudos gramaticais latinos, de acordo com teorias linguísticas mais recentes, desenvolve-se, portanto, com base na seguinte tese: “dado o seu caráter intersubjetivo, ao demandar algum tipo de aceitação por parte do interlocutor, as orações hipotáticas condicionais contribuem para o desenvolvimento da argumentação ciceroniana. Desse modo, a organização textual e a codificação linguística dessas orações estão diretamente associadas a fatores semântico-pragmáticos, que se afastam da perspectiva estritamente lógica da tradição greco-latina.”

Outrossim, toma-se por base o seguinte objetivo geral: busca-se compreender como se encaminha a organização da hipotaxe adverbial condicional, em termos estruturais e funcionais,

em um texto de registro formal, representativo do latim clássico. Para tanto, formulam-se os seguintes objetivos específicos: (i) explicitar a função discursiva a que se prestam as construções hipotáticas adverbiais de condição, quer em nível do período hipotético, quer em nível textual; (ii) descrever as construções condicionais conectivas a partir de parâmetros sintáticos, semânticos e pragmáticos; e (iii) analisar a maneira como as construções hipotáticas de condição auxiliam na organização textual e, conseqüentemente, no desenvolvimento da argumentação ciceroniana.

Como forma de ilustrar o modo de organização desta pesquisa, demonstram-se como foram estruturadas as seis seções que integram este trabalho. Após esta introdução, expõe-se a segunda seção, que tem por finalidade apresentar a concepção da tradição greco-latina acerca das conjunções condicionais e dos períodos hipotéticos e expor os mecanismos de articulação oracional no Latim. Por se tratar de um outro contexto linguístico, bastante afastado da realidade da língua vernácula, examina-se como as obras gramaticais da tradição greco-latina abordaram não só as conjunções, mas também as orações. Para tanto, são compilados trechos originais das obras de autores gregos como Aristóteles, Diógenes Laércio, Dionísio Trácio e Apolônio Díscolo, e de autores latinos, como Varrão, Sacerdos, Diomedes, Donato e Prisciano de modo a permitir que o leitor tenha um panorama geral sobre dos pensamentos filosófico, retórico e gramatical na Antiguidade em relação ao tema proposto.

Além disso, ainda nessa seção, explicita-se o tratamento dado pelos compêndios gramaticais latinos que circulam na atualidade acerca dos conectivos mais comuns para cada construção oracional e da classificação das orações. Esses compêndios estão divididos em dois grupos: aqueles que seguem a perspectiva tradicional, como Ravizza (1940), Tovar (1946), Ernout & Thomas (2002), Carl *et al.* (1986), Faria (1995), Almeida (2000), Vasconcellos (2013) e Lourenço (2019) e aqueles que desenvolvem seus estudos por uma perspectiva mais linguística, como Bertocchi & Maraldi (2011) e Puente (2009).

A terceira seção aborda de maneira mais direta a fundamentação teórica de base funcionalista. Visa-se elucidar alguns pressupostos em que essa perspectiva teórica se sustenta, tais como os conceitos de língua (BYBEE, 2010) e de interação verbal (DIK, 1989). Ademais, no que diz respeito ao processo de articulação de orações, são expostos os modelos de Hopper e Traugott (1993), que organizam um *continuum* escalar de gramaticalização de orações e propõem um sistema de polarização ancorado em três eixos a parataxe, a hipotaxe a subordinação, e do Halliday (1985), que divide o complexo oracional em dois eixos: o tático e o semântico-funcional. Este autor retira do eixo tático o processo sintático de encaixamento por não considerar esse mecanismo uma relação entre orações, e sim um ato de constituição de

uma oração. Por fim, apresentam-se traços característicos, em níveis sintático, semântico e pragmáticos, das construções hipotáticas condicionais.

A quarta seção particulariza a pesquisa quanto à sua natureza e quanto aos seus procedimentos metodológicos. Inicialmente, por ser tratar de uma pesquisa de ordem empírica, são mencionadas algumas características acerca do *corpus* ciceroniano. São destacados não só aspectos estruturais que subjazem o próprio gênero escolhido, mas também tópicos contextuais que possam interferir na composição como, por exemplo, o destinatário do discurso. Esse discurso de acusação, em especial, é composto por quatro discursos, proferidos em datas diferentes: dois deles direcionados ao senado romano e dois deles direcionados ao povo. Em seguida, demonstra-se como as unidades de análise foram segmentadas e selecionadas por meio de ferramentas digitais e manuais e especificam-se os parâmetros de análise, a saber: tipo de conectivo, subtipo de oração, correlação modo-temporal, ordem/posição das orações, camadas semânticas e, em alguma medida, estatuto informacional. Descrevem-se, ainda, a maneira como tais parâmetros serão manuseados por meio do programa computacional *Systemic Coder* e quais dados foram descartados da pesquisa, de modo a se obter maior rigor metodológico.

A quinta seção explora analiticamente as construções oracionais do eixo da hipotaxe adverbial de condição. Coletadas as unidades de análise e situadas em relação à estrutura composicional do discurso, passa-se à análise dessas cláusulas: algumas cláusulas são observadas no corpo deste trabalho, de modo particular, mas as características gerais das cláusulas selecionadas no *corpus* são expostas por meio de tabelas e dados numéricos. Essa seção está organizada com base na distinção tripartite das conjunções condicionais, proposta por Visconti (1996): conjunções condicionais hipotéticas, conjunções condicionais restritivas positivas e conjunções condicionais restritivas negativas. Dentre as 115 ocorrências de orações hipotáticas condicionais, as construções hipotéticas introduzidas por si são as predominantes, com 99 ocorrências.

Na última seção, são expostas as considerações finais da pesquisa. No apêndice, seguem os exemplos que compõem o *corpus* desta pesquisa, com algumas anotações gramaticais. Assim, diante da problematização já apresentada, o referido estudo é relevante por contribuir para a descrição do sistema linguístico do Latim, não de modo artificial, mas sim centrado nos usos coletados em textos de Cícero, escritos esses provenientes do período republicano de Roma, demonstrativos da fase clássica da prosa latina. Desse modo, a pesquisa em tela está inserida na área da Linguística de modo geral, e da Linguística Funcional, de modo particular, e no campo da descrição linguística, tendo como foco de investigação o fenômeno da articulação de orações e a hipotaxe adverbial condicional no Latim. Por sua natureza, possibilita

a análise linguística das construções hipotáticas condicionais e ainda concebe um plano do modo de organização textual do gênero discurso jurídico (de acusação), no que tange às relações semânticas existentes entre as partes do texto.

2. DAS CONJUNÇÕES E ORAÇÕES CONDICIONAIS NO LATIM⁴

As indagações que perpassam o âmbito da linguagem parecem desde sempre incomodar os indivíduos que se preocupam com as distintas manifestações da comunicação humana. Antes mesmo de existir uma disciplina voltada especificamente para os fenômenos gramaticais, as reflexões linguísticas estavam atreladas à própria vivência de língua(gem) do falante e isso engloba, certamente, os atos comunicativos cotidianos e o testemunho da literatura (em especial, da poesia grega fundante). Em Homero, por exemplo, embora não se possa identificar nenhuma elucubração direta sobre a linguagem, nota-se que ela, considerada como força/atributo, é indicada para diferenciar algumas personagens épicas: enquanto Aquiles e Menelau, por um lado, são personagens excelentes na ação, vitoriosos pelos atos guerreiros, Odisseu/Ulisses e o velho Nestor, por outro, destacam-se pela primazia no emprego da palavra – seja pelas “astúcias” linguísticas no primeiro caso, seja pela sabedoria e pelo conselho seguro, no segundo (Cf. NEVES, 2005; 2012)⁵.

Partir do campo da literatura para situar as questões de linguagem é uma exímia demonstração do caráter interdisciplinar que circunda os saberes linguísticos na Antiguidade Greco-Latina. Na Grécia, à medida que a *pólis* se formava ladeada pela linguagem poética, surgia a tradição da linguagem dos oradores (a linguagem retórica). Não que essa linguagem estivesse ausente dos heróis homéricos – visto que eles se reuniam (e discursavam) nas assembleias –, mas, aos poucos, devido ao contexto social em que os gregos estavam inseridos, essa linguagem começava a se disciplinar por meio de uma *τέχνη/ars* (técnica/arte). É também nesse mundo em que surgia o discurso filosófico, “um discurso que busca articular o todo das coisas. É pelo problema da relação entre as coisas e seu princípio, entre as coisas e o que as governa, entre as coisas e sua natureza, que se especifica o discurso filosófico na Grécia” (NEVES, 2005, p. 25).

⁴ Antes de expor, propriamente, o tratamento dado pelos gramáticos latinos às conjunções e ao processo de articulação de orações, é fundamental percorrer, pelo menos, quatro momentos da tradição filosófico-gramatical grega, que muito influenciaram, de modo imitativo e emulativo, as reflexões dos autores latinos, a saber: a noção filosófica/retórica de Aristóteles, a visão estoica a partir de Diógenes Laércio e as concepções gramaticais de Dionísio Trácio e Apolônio Díscolo.

⁵ Conforme as palavras de Neves, “Está na *Odisseia*, claramente, a distinção entre a força da ação e a força da palavra, e a noção de que esta – a palavra – pode sobrepujar-se àquela – a ação. (...), os que eram excelentes na ação (o guerreiro Aquiles, o rei Menelau, o chefe das tropas Agamenão), vitoriosos pelos atos guerreiros, no entanto sucumbiram, (...). Ulisses, porém – que não aparece entre os heróis guerreiros de cujos feitos fala a *Ilíada*, o poema que desnuda a guerra de Troia –, esse obtém o protagonismo da epopeia de *nóstos* (de regresso) que é a *Odisseia*. (...) E isso o herói obtém com astúcia, astúcia calcada especialmente na linguagem que conduz as ações, distinguindo-se delas, entretanto, por sua natureza particular” (2012, p. 28).

Platão, contrapondo-se à concepção sofística, de acordo com a qual a linguagem só era responsável por conduzir a si mesma, traceja uma dissociação entre a linguagem e as coisas, o que possibilitará que a linguagem seja tomada como objeto de investigação. Em sua obra *Crátilo*, o filósofo trata da ausência/presença de motivação externa para a significação das palavras: a perspectiva natural é confrontada à perspectiva convencional da linguagem. Nesse ínterim, ao discutir a natureza do nome e do verbo, Platão explicita a concepção de que o *λόγος* (entendido como proposição, discurso) é composto de partes articuladas, já que se constitui pela reunião de nomes e verbos. É partir dessa noção platônica embrionária que os filósofos gregos posteriores e também os gramáticos gregos vindouros irão decompor o discurso em partes (ou, mais modernamente, em classes).

Ainda por um prisma mais lógico do que propriamente gramatical, Aristóteles, ao distinguir as partes que compõem o discurso, foi o primeiro a inserir dentre essas partes a classe das conjunções⁶. Após considerar apenas o nome e o verbo como partes do discurso nos capítulos iniciais do *De interpretatione* – e essa consideração está respaldada pela referência à existência de significação dessas partes –, o filósofo grego seja na *Rhetorica* (para destacar os efeitos do discurso), seja na *Poetica* (para abordar as partes da elocução na poesia), dispõe o *σύνδεσμος* (conjunção), ao lado de *ὄνομα* (nome) e *ῥῆμα* (verbo), como parte do discurso. Sánchez (2005, p. 309) ressalta que o uso do termo grego para se referir à conjunção é um grande acerto no que diz respeito à nomenclatura gramatical grega, uma vez que alude com precisão a função “conectiva” da classe.

É importante salientar, contudo, que o vocábulo grego *σύνδεσμος*, em Aristóteles, não significa exatamente o que se entende por conjunção na modernidade: o termo abrange um conceito mais amplo e designa elementos oracionais que não possuem significado lexical e que são utilizados, em grande medida, como termos relacionais: conjunções e partículas.⁷ Nas palavras de Aristóteles,

σύνδεσμος δέ ἐστιν φωνὴ ἄσημος ἢ οὔτε κωλύει οὔτε ποιεῖ φωνὴν μίαν σηματικὴν ἐκ πλειόνων φωνῶν πεφυκυῖα συντίθεσθαι καὶ ἐπὶ τῶν ἄκρων καὶ ἐπὶ τοῦ μέσου ἢν μὴ ἀρμόττει ἐν ἀρχῇ λόγου τιθέναι καθ’ αὐτήν, οἷον μὲν

⁶ O termo *conjunção* é a transliteração do vocábulo latino *coniunctio*, que, de acordo com Sánchez (2005, p. 309), seria, por sua vez, a tradução da palavra grega *σύνδεσμος* (“ação de ligar”, “união”, “elo”, “ligadura”). Deve-se notar, por outro lado, que, embora em Quintiliano (*Inst. orat.*, I, 4, 18) apareça o termo *conuinctio* no lugar do vocábulo latino citado, a tradição gramatical latina preferiu o primeiro termo.

⁷ Ao lado do nome, do verbo e da conjunção, como partes da elocução, Aristóteles registra ainda o grupo dos articuladores/artigos (*ἄρθρον*) e em sua exemplificação expõe algumas preposições. Essa esfera categorial deveria abarcar também os artigos e alguns dos pronomes, contudo o autor não lista exemplos desses termos e a definição exposta em muito se assemelha à definição de conjunção (*σύνδεσμος*) – fato que tem levado muitos estudiosos a conceberem essas duas partes da elocução como uma categoria apenas (Cf. Arist., *Poet.*, 1456b-1457a).

ἦτοι δέ. ἡ φωνὴ ἄσημος ἢ ἐκ πλείονων μὲν φωνῶν μιᾷς σημαντικῶν δὲ ποιεῖν πέφυκεν μίαν σημαντικὴν φωνήν. (*Poet.*, 1457a)

A conjunção é um som sem significado que nem impede nem produz um som significativo único a partir da junção de vários sons, e que pode colocar-se tanto nos extremos como no meio da frase, mas que não deve figurar sozinho no seu início, como é o caso de μέν, ἦτοι e δέ. Ou então um som não significativo que dá origem a que se crie, de vários sons significativos, um único com significado. (Trad. de Ana Maria Valente)⁸

A definição aristotélica de σύνδεσμος, ao levar em consideração mais uma vez a noção de significação, estabelece que tal elemento nem é um impedimento nem é um motivo para que um conjunto de sons constituam uma unidade significativa, mas que pode colaborar na criação de um som significativo único. Assim, é possível deduzir que essa unidade semântica ocorre pela junção dos próprios sons, independentemente do papel conectivo que pode ser desempenhado pelo σύνδεσμος. Quanto ao posicionamento do σύνδεσμος no enunciado, o autor grego destaca sua mobilidade, já que pode vir assinalado nos extremos (início ou fim) ou no meio da frase. Ressalta, contudo, que não deve vir posicionado de modo isolado no início da frase. Em relação aos exemplos citados como σύνδεσμος, Aristóteles indica ἦτοι (“ou”), conjunção alternativa que, em grego, pode aparecer só ou em correlação (ἦτοι... ἦτοι / “ou... ou”); μέν (“certamente”), partícula afirmativa colocada sempre após a palavra que deve ser realçada; e δέ (“justamente”, “também”), partícula de reforço ou de ligação inserida normalmente após a primeira palavra da oração.⁹

Em sua obra *Rhetorica*, Aristóteles aborda o σύνδεσμος não como um fato gramatical, mas como um mecanismo estilístico (III, 5). Conforme o filósofo, a conjunção deve ser observada como um recurso para que o discurso retórico se torne mais eficiente. Para isso, deve ser usada de maneira correta, respeitando-se a ordem natural de disposição dos elementos. Menciona, como exemplo de σύνδεσμος, novamente as partículas μέν e δέ e salienta que a primeira deve ser seguida pela segunda, de modo a estabelecer uma correspondência mútua entre elas. Destaca, finalmente, que não deve haver grande distanciamento na colocação dessas partículas – isto é, que, do ponto de vista retórico, não seria eficiente haver intercalação extensa entre o par correlativo –, e que a ordem entre as duas partículas mencionadas não pode ser alterada. Desse modo, constata-se, de acordo com Aristóteles, que o σύνδεσμος não é o agente responsável pela unidade semântica que pode ocorrer entre um grupo de sons e que a definição

⁸ Nos casos em que não houver indicação do tradutor dos textos em grego e/ou em latim, a responsabilidade da tradução deverá ser atribuída ao autor desta pesquisa.

⁹ As duas partículas mencionadas podem também se apresentar em correlação μέν... δέ (“por um lado... por outro”), indicando simetria e contraste.

dessa parte do discurso é sustentada pela sua natureza não significativa. Não há especificamente nenhuma menção aos processos sintáticos de coordenação e de subordinação, embora as partículas mencionadas sejam espécimes de uma estrutura correlativa e que a conjunção explicitada seja representativa da noção de alternância que, modernamente, de acordo com a tradição gramatical, se situa no eixo na coordenação.

Com os filósofos estoicos, no início do século III a. C., os estudos acerca da língua grega se intensificam e começa a se delinear uma teoria lógico-gramatical sobre a conjunção. De acordo com Diógenes (da Babilônia) e Crísipos, segundo Diógenes Laércio em sua obra *Vitae Philosophorum* (VII, 57), são cinco as partes do discurso: nome próprio, nome comum (ou apelativo), verbo, conjunção e artigo. Sánchez (2005, p. 310) observa que os estoicos incluem na categoria das conjunções tanto a conjunção propriamente dita como a preposição (denominada “conjunção prepositiva”¹⁰), associando, portanto, na mesma parte do discurso, dois elementos relacionais por natureza. Conforme Diógenes Laércio, por uma perspectiva mais gramatical,

σύνδεσμος δὲ ἐστὶ μέρος λόγου ἁπλοῦτον, συνδοῦν τὰ μέρη τοῦ λόγου (*Vitae*, VII, 58)

A conjunção é uma parte indeclinável do discurso, que liga as várias partes do mesmo. (Trad. de Mário da Gama Kury)

Como se pode notar, a definição de conjunção apresentada pelos filósofos estoicos está baseada em um critério morfológico – a sua condição inflexiva – e em um critério sintático – a sua função de conectivo. Consoante Lallot (1989, p. 237-238), a asserção de que a conjunção liga partes do discurso em vez de ligar orações e/ou proposições parece bastante incompreensível, de acordo com as discussões filosóficas da época. Diferentemente do estatuto concedido por Aristóteles às conjunções, elas possuem grande relevância, de acordo com a lógica estoica, por possibilitarem a devida articulação dos juízos e por não serem desprovidas de sentido (NEVES, 2005, p. 153).

Além da definição, os estoicos esboçam outras noções relevantes para o entendimento acerca da natureza das conjunções. Na teoria das expressões completas, os filósofos estoicos incluem os juízos¹¹, os silogismos, as interrogações e as indagações. Conforme Diógenes Laércio (VII, 65), juízo é o que é verdadeiro, ou falso, ou algo completo em si mesmo, passível de ser negado ou afirmado em si e por si. Dos juízos, alguns podem ser simples, quando

¹⁰ Essa informação aparece registrada em, pelo menos, dois autores latinos: Quint., na *Inst. orat.*, I, 4, 18-19; e em Prisc., na *Inst. gram.*, II, 54).

¹¹ Em conformidade com o objeto de estudo desta pesquisa, merece especial atenção a noção de juízo.

consistem em uma ou mais proposições não ambíguas, como em “É dia.”; outros podem ser não-simples, por estarem pautados em uma ou mais proposições ambíguas, como em “Se é dia, há luz.”. Ainda conforme o referido filósofo (VII, 69), os juízos não-simples são aqueles relacionados hipotética ou assertivamente, e também os conjuntivos e os disjuntivos, os causais e os indicativos de mais e menos. Baseando-se em Crísipos e em Diôgenes (da Babilônia), Diógenes Laércio (VII, 71) esclarece que, dos juízos não-simples, a proposição hipoteticamente conjugada é aquela formada pela conjunção “se” (*εἰ*, em grego).

Essa conjunção, considerada *continuativa*, antecipa que uma segunda parte segue a primeira, como, no exemplo citado, “Se é dia, há luz”. Além disso, conforme já mencionado anteriormente, uma proposição (juízo) hipoteticamente conjugada pode ser verdadeira, se o contrário do enunciado final for incompatível com o enunciado inicial, e pode ser falsa, se o contrário do enunciado final for compatível com o enunciado inicial, como, por exemplo, “Se é dia, Díon passeia.”, em relação à qual a afirmação “Díon não passeia” não seria contrária ao enunciado inicial “é dia”. Desse modo, embora Diógenes Laércio não aborde diretamente os mecanismos sintáticos de articulação de orações e sua definição de conjunção esteja vinculada ao nível da oração – a partir das partes do discurso –, verifica-se que o filósofo se apoia em parâmetros linguísticos para conceituar a classe e que, para caracterizar o raciocínio hipotético veiculado por “se”, se pauta na sucessão dos axiomas à luz de uma perspectiva lógica.

Um discurso propriamente gramatical, como uma coerência interna de descrição dos fatos linguísticos, somente pode ser considerado, a partir de meados do século II a. C., a partir da publicação da *Tékhnē Grammatiké* de Dionísio Trácio. A elaboração de tal obra só foi possível porque desde o século III, com a fundação da Biblioteca de Alexandria, as atividades de anotação gramatical (própria da gramática) e a de crítica textual (própria da filologia) se intensificaram e foram associadas ao ofício do gramático (*grammaticus*) (Cf. BARATIN, 2017). Visto que, nesse período – denominado helenístico –, as interações comerciais, políticas e culturais entre os povos situados, principalmente, às margens do Mediterrâneo culminavam em interferências linguísticas (“barbarismos”) nos dialetos helênicos, era tarefa do gramático propor um padrão de língua, com o intuito de “conservar” a língua grega. Os estudiosos alexandrinos, com base nas análises e nos comentários dos textos literários considerados modelares (Homero, Hesíodo, dentre outros), propuseram sistematizações desses conhecimentos linguísticos por meio de manuais, com o intuito precípuo de organizar os conteúdos para os aprendizes.

No que tange à referida obra de Dionísio Trácio, pode-se reconhecer que ela segue de perto os fundamentos previstos para o gênero *τέχνη/ars* gramatical: elenca uma série de

definições do objeto em investigação e, em seguida, arrola exemplos que ilustram as definições apresentadas. No primeiro parágrafo do manual do gramático, estão indicadas as partes da gramática: leitura praticada segundo as regras da prosódia; explicação dos poetas em conformidade com os tropos que aparecem neles; explicação natural dos fatos linguísticos e históricos; investigação etimológica; exposição da analogia; e avaliação das obras literárias (Cf. NEVES, 2005). Seguindo a seu mestre Aristarco, Dionísio Trácio divide as partes do discurso em oito: nome, verbo, particípio, artigo, pronome, preposição, advérbio e conjunção. Diferentemente dos filósofos estoicos, ele estabelece clara distinção entre a preposição (*πρόθεσις*) e a conjunção (*σύνδεσμος*), e assim define esta segunda parte do discurso:

Σύνδεσμός ἐστι λέξις συνδέουσα διάνοιαν μετὰ τάξεως καὶ τὸ τῆς ἑρμηνείας κεληνὸς δηλοῦσα. (*Tékhnē*, 20)

A conjunção é uma palavra que liga o pensamento ordenadamente e torna evidentes dados implícitos da expressão. (Tradução de Giselle Chapanski)

Com essa definição, Dionísio Trácio recupera duas noções já indicadas pelos estoicos: uma de índole sintática, relacionada à função conectiva da conjunção; e a outra de cunho lógico, que designa o papel sequenciador da conjunção. Ao comentar tal definição, Neves destaca que “a conjunção coloca os pensamentos em uma conexão lógica, e, portanto, há uma ordenação necessária, uma *táxis*” (2005, p. 171). Vale ressaltar que essa referência à natureza ordenadora da conjunção – que aparece agora, pela primeira vez, na definição da classe –, está diretamente vinculada aos enunciados continuativos do tipo “Se é dia, há luz”, em que a “ordem” (ou “consequência”) das proposições hipoteticamente conjugadas é fundamental e não permutável entre si, posto que, caso houvesse alguma alteração na sequência das proposições, a construção decorrente resultaria falsa por uma perspectiva lógica – “Se há luz, é dia”, não seria verdadeira. Sánchez (2005, p. 312) ainda frisa que a utilização do termo “pensamento” (*διάνοια*)¹², embora ainda esteja atrelada a uma concepção logicista, corrige positivamente a definição estoica, ao precisar que a conjunção une o “pensamento” e não as partes do discurso. A segunda parte da definição, por outro lado, resgata, em alguma medida, a ideia aristotélica acerca do caráter não significativo da conjunção.¹³ Observe-se, contudo, que, devido a algumas variantes de manuscritos, as quais se apresentam como substitutivas do termo *δηλοῦσα* (“revela”), muitas são as interpretações propostas pelos estudiosos na modernidade.¹⁴

¹² Palavra que também pode ser traduzida por “enunciado”, “juízo”.

¹³ Tal constatação parece contrariar visões modernas acerca da classificação semântica dos enunciados, a partir da presença de dado conectivo.

¹⁴ Baratin (1989, p. 31-41) elenca distintas interpretações acerca da segunda parte da definição de Dionísio Trácio.

Em seu manual, o referido gramático separa as conjunções em oito espécimes¹⁵, acompanhadas de suas respectivas definições e exemplificações, são elas: as copulativas, as disjuntivas, as continuativas (ou condicionais), as subcontinuativas, as causais, as dubitativas, as ilativas (ou conclusivas) e as expletivas. O autor ainda indica que alguns acrescentam as conjunções que denotam oposição/contraste. Particularmente, as conjunções continuativas (ou condicionais, *Συναπτικοί*) são compreendidas como aquelas que não indicam existência real, mas significam uma consequência (demarcam uma sequência): *εἰ* (“se”), *εἰπερ* (“se de fato”), *εἰδή* (“se de fato”), *εἰδήπερ* (“se de fato”). É importante ressaltar que a denominação *continuativa* diz respeito à apódose, e não à prótase. Sem que haja nenhuma referência direta à sua essência dependente na composição do período, tal denominação parece destacar a regular anteposição das orações conectivas condicionais.

Devedor de uma tradição gramatical grega precedente, Apolônio Díscolo (séc. II d. C.), aprimorou a reflexão metalinguística, organizando-a de modo sistemático, a partir de uma técnica específica (LALLOT, 1997, p. 15). De maneira diversa do que fez Dionísio Trácio, Apolônio não descreve isoladamente as partes do discurso, ele busca caracterizar a relação estabelecida entre os elementos da língua. De acordo com Neves (1993, p. 70), embora o gramático tenha se preocupado especialmente com a sintaxe, ele aborda, em sua obra *Peri syntáxeos*, praticamente todos os fatos da língua: perpassa questões históricas e estilísticas, contempla a ortografia e a prosódia, aborda os dialetos dórico, jônico, eólico e ático e analisa as partes do discurso. Além dessa obra, há ainda quatro livros supérstites do autor bastante fragmentados, os quais tratam do pronome, das conjunções, dos advérbios e da sintaxe das partes do discurso. Muito da doutrina gramatical de Apolônio Díscolo, entretanto, pode ser reconstituída por meio da leitura das *Institutiones grammaticae* de Prisciano, já que o gramático latino confessa seguir a autoridade de seu “mestre” grego.

No que diz respeito especificamente à conjunção, Apolônio diferencia o seu conceito daquele apresentado por Aristóteles e se aproxima da concepção proposta pela escola estoica – que já reconhecia que a conjunção era detentora de uma carga semântica. Assim, Apolônio Díscolo define a referida classe¹⁶:

Σύνδεσμός ἐστὶ μέρος λόγου ἄκλιτον, συνδετικὸν τῶν τοῦ λόγου μερῶν, οἷς καὶ συσσημαίνει, ἢ τάξιν ἢ δύναμιν παριστῶν.

¹⁵ D.T., *Tékhnē*, 20.

¹⁶ A definição de conjunção de Apolônio não foi transmitida à posteridade diretamente. O texto explicitado foi citado pelo escoliasta bizantino Heliodoro (*apud* SÁNCHEZ, 2005, p. 313), e expõe a definição do gramático citado.

Conjunção é a parte do discurso que não se declina, que reúne entre si as partes do discurso e que significa em comum com elas, para marcar seja a ordem seja o valor. (Tradução de Maria Helena de Moura Neves)

Como é possível notar, Apolônio, ao abordar o aspecto não flexivo da conjunção e sua índole conectiva resgata, respectivamente, os critérios morfológico¹⁷ e sintático já presentes na definição de Diógenes Laercio. Assim como também recupera deste autor a noção de que as conjunções unem as partes do discurso (isto é, palavras, e não necessariamente pensamentos ou orações). Por levar em consideração a maneira com que as partes do discurso se relacionam, o gramático aprimora a condição da conjunção enquanto unidade semântica, ao explicitar que ela não possui significação isoladamente – tal qual proposto por Aristóteles –, mas somente a adquire por meio da sua relação com as outras partes do discurso no enunciado, ou seja, a conjunção cossignifica.

Além do conceito de τάξις (“ordem”) – retomado de uma tradição lógica –, Apolônio introduz em sua definição o conceito de nível semântico δύναμις (“valor, poder, força”). Como salienta Dalimier (2001, p. 234-235), o conceito mais genérico de *ordem* pode incluir a noção de consequência, mas também pode fazer referência a uma ordenação de outro tipo, que não seja especificamente consequente. De maneira equivalente, a noção de *valor* pode aludir ao conceito lógico de existência por um lado, mas também reportar-se a valores semânticos diferentes, por outro. Esses dois pontos emparelhados podem lembrar, a partir da definição, os processos sintáticos de subordinação e de coordenação (NEVES, 2005, p. 194).

Egger (1984, p. 209-210, *apud* NEVES, 2005, p. 194), cataloga, com base nas próprias obras de Apolônio e na classificação apresentada por Prisciano, dezenove tipos de conjunção: *copulatiua*, *causalis* (e dentre estas, *causalis*, *continuatiua*, *subcontinuatiua*, *adiunctiua*, *effectiua*), *disiunctiua*, *subdisiunctiua*, *disertiua uel declaratiua*, *ablatiua*, *praesumptiua*, *aduersatiua*, *approbatiua*, *abnegatiua*, *collectiua uel rationalis uel ilatiua*, *dubitatiua*, *confirmatiua*, *epilogistikós* e *completiua*. Observa-se, por conseguinte, que as conjunções continuativas (condicionais) estão inseridas na esfera mais ampla da causa¹⁸. Em sua obra, Apolônio demonstra que uma mesma partícula (conectiva) pode ser compatível com valores semânticos variados, a depender do seu contexto de uso e o do sentido a ela atribuído em decorrência da relação estabelecida com os elementos linguísticos que a cercam. Embora esteja já bastante distanciado dos ensinamentos lógico-filosóficos no que concerne à linguagem, ainda é bastante presente na sistematização linguística (sintática) de Apolônio, o critério semântico.

¹⁷ Também no plano formal, distingue as conjunções simples das compostas, conforme Neves (2005, p. 194).

¹⁸ Para uma aproximação entre as noções de causa e de condição na linguística moderna, ver Neves (2012).

2.1 Das obras gramaticais de autores da tradição latina

Embora os autores latinos que se dedicaram às sistematizações gramaticais pareçam apenas copiar a tradição grega, perpetuando o mesmo modelo de tradição metalinguística, eles souberam, na verdade, registrar, particularmente, suas observações acerca da língua latina. Conforme exposto em Souza (2015), por um lado, por meio da *imitatio* (imitação), os latinos demonstravam conhecimento sobre a metalinguagem grega, por outro, por meio da *aemulatio* (emulação), adequavam essa metalinguagem ao contexto romano, substituindo, por exemplo, constituintes característicos daquela gramática pelos especificamente latinos. Desse modo, inspirados pelo pensamento grego, os autores romanos também conseguiram iniciar uma tradição gramatical própria.

Em Roma, duas disciplinas – a retórica (*bene dicendi scientia*) e a gramática (*recte loquendi scientia*)¹⁹ buscavam explorar os variados recursos da língua com o objetivo de que fosse alcançado um domínio sobre o sistema linguístico, ou seja, a aquisição de noções capazes de desenvolver uma maior habilidade no uso da língua a depender do seu contexto de uso. Nesse sentido, expõem-se algumas contribuições acerca das conjunções e das orações, presentes nas obras, apenas de temática gramatical, dos seguintes autores romanos: Varrão (séc. I a. C.), Sacerdos (séc. III d.C.), Donato (séc. IV d. C.), Diomedes (séc. IV d. C.) e Prisciano (séc. VI d.C.).

O tratado *De Lingua Latina*, composto por Varrão, o *uir romanorum eruditissimus*²⁰, durante o regime republicano em Roma, é uma obra bastante relevante para a tradição gramatical latina. Composta por 25 livros, apenas seis destes chegaram à atualidade (V-X). O primeiro se caracterizava por uma espécie de introdução com uma dedicatória a Cícero e os outros 24 livros podiam ser divididos, de acordo com um critério temático, em três partes²¹: a primeira, que tratava da etimologia; a segunda, relacionada à morfologia; e a terceira, que abordava a sintaxe. Como um texto que apresenta extensa metalinguagem sobre o próprio código linguístico latino, o tratado possibilitava, como um manual teórico e prático, aos usuários da língua, um aprendizado acerca dos elementos constitutivos do sistema linguístico e, por conseguinte, a aquisição de um nível diferenciado de uso.

¹⁹ Termos utilizados por Quintiliano, em sua *Inst. orat.*, nos livros II, 15, 34 e I, 4, 2, respectivamente, para designar as duas áreas do conhecimento.

²⁰ Quint., *Inst. orat.*, X, 1, 95.

²¹ Cf. CORADINI, 1999, p. 114

Para Varrão, a linguagem repousa em quatro elementos estruturais: a natureza (*natura*), a analogia (*analogia*), o uso (*consuetudo*) e a autoridade (*auctoritas*)²². A natureza corresponde à possibilidade de fala do indivíduo e de utilização de um sistema antes estabelecido pelos ancestrais; a analogia é a regra, o que permite a regularidade do sistema; o uso é a liberdade, a variedade, está baseado na irregularidade e na anomalia; e a autoridade é o poder e a autonomia do indivíduo, pois cada indivíduo se apropria de um sistema linguístico a seu modo. O falante competente, a partir de uma adequação à prática comunicativa, eleva o nível de fala e, a partir disso, esse nível se torna o paradigma (*auctoritas*) de um ideal linguístico.

Com base em um critério morfológico, Varrão divide as partes do discurso em quatro grupos: palavras com flexão de caso (nomes), palavras com flexão de tempo (verbos), palavras sem flexão de caso e de tempo (advérbios, preposições e conjunções) e palavras com flexão de caso e de tempo (particípios). De acordo com o autor, a conjunção é uma palavra indeclinável que funciona como ligação no enunciado:

uno enim loro alligare possis uel hominem uel equum uel aliud quod, quicquid est quod cum altero potest colligari. Sic quod dicimus in loquendo “Consul fuit Tullius et Antonius”, eodem illo “et” omnis binos consules colligare possumus, uel dicam amplius, omnia nomina, atque adeo etiam omnia uerba, cum fulmentum ex una syllaba illud “et” maneat unum (Varrão, De ling., III, 10)

de fato, com uma só correia pode-se amarrar um homem, um cavalo ou qualquer coisa que possa ser ligada a uma outra. Assim, quando dizemos na fala “Túlio e Antonio foram cônsules”, com esse mesmo “e” podemos unir todas as pares de cônsules e, além disso, eu diria, todos os nomes e também absolutamente todos os verbos, enquanto aquele suporte “e”, de uma única sílaba, permanece íntegro.

Como se pode observar, Varrão, destacando que as conjunções não apresentam as categorias gramaticais de tempo e de caso, propõe como traço caracterizador da classe a função de unir nomes e verbos. Diante de uma questão polêmica no cenário grego – o escopo de atuação da conjunção –, o gramático latino ao destacar o papel sintático da conjunção (de *alligare* “amarrar” e *colligare* “unir”), sublinha que tal funcionamento pode ocorrer entre palavras (nomes) e entre orações (verbos), isto é, pode agir no nível das partes do discurso (a oração) e no nível da expressão (o período). Além disso, o gramático classifica as conjunções como

²² Cf. Diom., Ars, I.

improdutivas, pois a partir de uma conjunção não são declinadas novas formas pelo mecanismo flexional²³:

duo enim genera uerborum, unum fecundum, quod declinando multas ex se parit disparilis formas, ut est lego legi legam, sic alia, alterum genus sterile, quod ex se parit nihil, ut est et iam uix cras magis cur (Varrão, *De ling.*, III, 9)

há, pois, dois tipos de palavra: um é fértil porque a partir de si, declinando, gera muitas formas diferentes, como *lego* (leio), *legi* (li), *legam* (lerei); outro, improdutivo porque a partir de si não gera nada, como *et* (e, também), *iam* (já), *uix* (apenas, com dificuldade), *cras* (amanhã, no dia seguinte), *magis* (mais), *cur* (por que, de que, do que, por que causa).

Varrão contrapõe, note-se, dois tipos de categorias de palavras: aquelas que se declinam e apresentam formas novas a depender do contexto de uso, como os verbos (flexionado, no excerto, em relação à categoria de tempo) e aquelas invariáveis, que podem mudar de posição no enunciado, mas não podem ter a sua forma alterada, como as conjunções e os advérbios. Guiado por noções já expostas – vinculadas à doutrina filosófica dos estoicos –, o gramático latino também leva em consideração aspectos sintáticos (função conectiva) e morfológicos (forma inflexível) para caracterizar as conjunções no sistema gramatical latino. Harmoniza-se, por outro lado, com Dionísio Trácio, ao sinalizar que as conjunções também podem atuar em nível superior ao da palavra (ou das partes do discurso).

Situado em meados do século III d. C., *Maris Plotius Sacerdos*, ou somente *Sacerdos* foi precursor dos tratados (*artes*) gramaticais escritos no século seguinte (CITRONI, 2006, p. 1099; HOLTZ, 2010, p. 77). Em Roma, enquanto professor e gramático, editou uma gramática escolar (*Ars grammatica*) constituída por três livros: o primeiro destinado às partes do discurso²⁴ (*partes orationis*) e aos defeitos e às qualidades do enunciado (*uitia uitusque*); o segundo livro centrado na sistematização das terminações dos nomes e dos verbos (*de catholicis nominum atque uerborum*); e o terceiro reservado às questões de métrica (*de metris*).

Devido à fragmentação inicial do livro I, não é possível afirmar com convicção em quantas partes o gramático divide o discurso. Contudo, a partir do texto remanescente, é possível depreender a seguinte organização do livro: *de praepositione* (“da preposição”), *de uerbo* (“do verbo”), *de coniugationibus* (“da conjugação”), *de declinatione* (“da declinação”), *de aduerbio* (“do advérbio”), *de participio* (“do participio”), *de coniunctione* (“da conjunção”),

²³ Vale ressaltar que, embora as conjunções sejam indeclináveis segundo Varrão (*De ling.*, III, 9), algumas conjunções, em latim, são geradas a partir de outras, por um processo de composição: *et + si = etsi*; *dum + modo = dummodo*.

²⁴ Conforme Baratin (2017, p. 17), não é possível saber por qual classe especificamente o gramático inicia sua descrição, devido a uma grande lacuna textual.

de interiectione (“da interjeição”), *de septimo casu* (“do sétimo caso”), *de soloecismo* (“do solecismo”), *de barbarismo* (“do barbarismo”), *de metaplasmsis uel figuris* (“dos metaplasmos ou figuras”), *de ceteris uitiiis* (“dos outros vícios”), *de schematibus* (“das figuras retóricas”) e *de tropis* (“dos tropos”). É mister destacar que o gramático realiza uma adaptação em relação à tradição gramatical grega, uma vez que a língua latina não possui artigos. Nesse caso, a interjeição substitui o artigo grego na nomenclatura gramatical latina. Com ampla exemplificação, retirada dos textos dos autores latinos, Sacerdos assim define conjunção:

coniunctio est pars orationis adnectens ordinansque dictionem. coniunctioni accidunt tria, potestas figura ordo. (Ars, I, 444)

A conjunção é a parte do discurso que une e que ordena a expressão. As conjunções admitem três propriedades: valor, figura e ordenação.

Sacerdos, seguindo uma tendência de sistematização gramatical – no mesmo modelo com que o conhecimento intelectual, de maneira geral, era baseado na lógica (Cf. LAW, 1996, p. 41) – apresenta hierarquicamente determinado tópico gramatical: após a definição do objeto de estudo, segue a sua divisão em categorias (*genus* e/ou *species*), acompanhada dos próprios elementos linguísticos e de sua respectiva exemplificação. Em sua definição, destaca, no plano sintático, a função conectiva (*adnectens*) e, no plano lógico, o papel ordenador (*ordinans*) das conjunções. Quanto ao nível de atuação da referida classe de palavra, o gramático dialoga com a proposição de Dionísio Trácio, ao colocar a expressão (*dictio*²⁵) como objeto dos participípios presentes *adnectens* e *ordinans*, e não as partes do discurso.

Após sua definição, o gramático indica três propriedades da conjunção: valor (*potestas*), *figura* (*figura*) e *ordo* (ordenação). O valor, segundo Sacerdos, corresponde à noção semântica veiculada pelo conectivo. Segundo ele, podem ser cinco os tipos de valores da conjunção: conjunções copulativas, disjuntivas, expletivas, causais e racionais.²⁶ Dentre as demais, são vinte e seis as conjunções causais: **si**²⁷, *tametsi*, *tamen*, **siquidem**, *quandoquidem*, *quinetiam*, *quatenus*, **sin**, **seu**, **siue**, *nam*, *namque*, **nisi**, **nisisi**, *enim*, *etenim*, **ni**²⁸, *sed*, *intereaquando*,

²⁵ Segundo OLD, 2012, p. 590, a palavra *dictio*, *-onis* pode ser traduzida como “palavra”, “expressão”, “discurso” e “declamação”.

²⁶ Cf. Sacer., *Ars*, I, 444-447.

²⁷ No que diz respeito aos exemplos discriminados, alguns correspondem ao significado esperado da referida conjunção como em *si tu quidem uera praedicat* [*siquidem*] (trecho retirado de Terêncio: “Se tu, de fato, predizes os fatos”); mas outros já correspondem a desbotamentos semânticos, como em *si bene quid de te merui* [*si*] (trecho retirado de Virgílio: se bem que o recebi de ti). Nesse último exemplo, a conjunção *si* já parece estar formando uma locução conjuntiva de valor concessivo: *si bene quid* (“se bem que”).

²⁸ Em negrito, estão as conjunções que possuem, especificamente, sentido condicional.

quamobrem, praesertim, item, itemque, ceterum, alioquin, praeterea.²⁹ A figura é um aspecto morfológico e se refere à formação da conjunção, que pode ser simples (*simplex*) como *quoniam* (“pois que”) ou composta (*composita*) como *quandoquidem* [*< quando e quidem*] (“uma vez que”). Por fim, a ordenação indica a colocação da conjunção na sentença e pode ser de três espécies: umas são prepositivas (*praepositur*) como *ast*; algumas são pospositivas (*subiungitur*), como *-que*; outras são prepositivas e pospositivas como *et*.

Ao comentar a natureza das conjunções chamadas disjuntivas (*disiunctivae*), Sacerdos comenta que alguns críticos da época não aceitavam que esse tipo de conectivo estivesse inserido na classe das conjunções, já que o papel sintático da conjunção é ligar e as conjunções disjuntivas indicam uma alternância, uma escolha, uma disjunção. O gramático, todavia, assinala que uma conjunção é assim chamada porque une palavras, não sentidos (*nam coniunctio eo dicta, quod uerba coniungat, non sensus*)³⁰. Logo se percebe, por conseguinte, que o gramático parece ter consciência acerca dos diferentes níveis de atuação da conjunção: assim, em nível semântico, uma conjunção disjuntiva separa sentidos, porém, em nível sintático, conecta palavras (ou expressões, como explicitado em sua definição).

Seguindo a tradição (da *ars*) gramatical latina, Élio Donato, em meados do séc. IV d. C., ocupou uma das principais cadeiras de professor de gramática em Roma. Ao manejar o gênero da *ars*, busca apresentar e analisar, principalmente, as duas partes em que estão divididas as lições gramaticais latinas: o estudo das partes do discurso e o estudo das qualidades e dos defeitos do discurso. Além disso, o gramático parece ter um cuidado em relação à adequação pedagógica que orienta a exposição do conteúdo: ele aplica “um método sistemático de descrição e um esquema progressivo de organização” (DEZOTTI, 2011, p. 13). O autor romano compôs sua *Ars grammatica* em dois volumes. O primeiro, chamado *Ars minor*, escrito em forma de perguntas e respostas, engloba de modo resumido o conteúdo do livro II da sua *Ars maior* e se destinava aos mais jovens; o segundo, a *Ars maior*, destinada aos alunos mais avançados, organizava-se em três livros, com a seguinte organização: I – elementos da linguagem: voz, letras, sílaba, pés, acentuação e pontuação; II – partes do discurso; e III – qualidades e vícios do discurso (Cf. CITRONI, 2006, p. 1099).

Donato divide as partes do discurso em oito: nome, pronome, verbo, advérbio, particípio, conjunção, preposição e interjeição. Ademais, ressalta que os nomes e os verbos

²⁹ A lista das conjunções causais exposta por Sacerdos abrange itens que equivalem a distintas classificações na gramática moderna: condicionais como *si, siquidem, sin* (“se”), *seu, siue* (“ou se”), *nisi* (“se não”); concessivas como *tametsi* (“mesmo se”); explicativas como *nam, namque* (“pois”); causais como *quandoquidem, quatenus* (“uma vez que”); adversativas como *sed* (“mas”).

³⁰ Cf. Sacer., *Ars*, I, 446-447.

compõem as principais partes do discurso e que os latinos não computam o artigo (considerado na tradição gramatical grega) e que os gregos não consideram a interjeição. Por um prisma morfológico, destaca que apenas os nomes, os pronomes e os participípios se flexionam em seis casos.³¹ Sem mencionar diretamente o caráter inflexivo das conjunções, o gramático define a classe reproduzindo os dois aspectos fundamentais (conexão e ordenação) já expostos em Dionísio Trácio e retomados em Sacerdos:

*coniunctio est pars orationis adnectens ordinansque sententiam. coniunctioni accidunt tria, potestas, figura, ordo. (Ars maior, 646, 14)*³²

Conjunção é a parte do discurso que une e ordena a sentença. As conjunções admitem três propriedades: valor, figura e ordenação.

O uso do termo *sententia*³³ por Donato para especificar a esfera de funcionamento da conjunção é, no mínimo, ambíguo. Pode conservar a pertinência ao domínio dos significados – retomando a ideia expressa pelo termo grego *διάνοια*, da mesma forma que pode ter seu domínio transferido para a materialidade linguística, como correlato dos termos *elocutio* e *oratio* como fizeram os gramáticos que comentaram a obra de Donato³⁴. De acordo com Dezotti, na verdade, essa duplicidade de compreensão em relação ao termo utilizado e a possível equivalência entre o termo e seus dúplices grego e latino parecem “sugerir que a abordagem gramatical, ao mesmo tempo que lança mão dos conceitos e definições da análise dos significados, transfere esse arsenal para o nível do significante” (2011, p. 88). Nesse caso, o autor pode ter utilizado ambiguidade intencionalmente, para fugir de controvérsias teóricas.

Donato, do mesmo modo que Sacerdos, vale-se do parâmetro *ordo* (ordem) tanto para conceituar a conjunção quanto para indicar uma das propriedades dela. Nesse sentido, pode-se interpretar a palavra não só como designadora da ordem das próprias conjunções – conforme salientou Aristóteles (*Rhet.*, III, 5) sobre as partículas *μέν* e *δέ* –, mas também como indicadora da ordem dos termos conectados – em sintonia com as relações implicativas de sucessão, de consequência, presumidas pelos estoicos. O gramático segue também o modelo de Sacerdos para indicar os tipos de valores e de figuras da conjunção. No que tange aos valores das conjunções, Pompeio – gramático comentador da *ars* de Donato – observa que as causais são aquelas que exprimem a causa ou o motivo “que nos leva a fazer algo”³⁵. Segundo Donato, são

³¹ Cf. Don., *Ars maior.*, 613, 3-7.

³² Esse mesmo conceito também aparece expresso na *Ars minor*, 599, 13.

³³ Segundo OLD, 2012, p. 1913-1914, a palavra *sententia*, -ae pode ser traduzida como “forma de pensar”, “pensamento”, “sentença”, “ideia”, “sentido”, “frase”, “cláusula”.

³⁴ Cf. Pompeius in *artem Donati*, 5, 264, 17; Seruius in *Donatum artem minorem*, 4, 418, 4.

³⁵ Pompeius in *artem Donati*, 5, 267, 18-19: *haec causa est, quae nos inpingit ad faciendum (...)*.

causais: *si*, *etsi*, ***etiamsi***, ***si quidem***, *quando*, *quandoquidem*, *quin*, *quin etiam*, *quatenus*, ***sin***, ***seu***, ***siue***, *nam*, *namque*, ***ni***, ***nisi***, ***nisi si***, ***si enim***³⁶, *etenim*, *ne*, *sed*, *interea*, *licet*, *quamobrem*, *praesertim*, *item*, *itemque*, *ceterum*, *alioquin*, *praeterea*.³⁷ Após expor as conjunções, o autor romano adverte que não é incomum encontrar conjunções empregadas no lugar de outras conjunções, com o valor trocado.³⁸

Na segunda metade do século IV d. C., dando continuidade à tradição gramatical latina precedente, Diomedes também compõe a sua *Ars grammatica* em três livros: o primeiro aborda as partes do discurso, as terminações das palavras e ainda a construção adverbial dos casos; o segundo trata das letras, das sílabas, dos acentos, da pontuação e, por último, das qualidades e dos defeitos do enunciado; e o terceiro livro, semelhante a uma poética, expõe aspectos da métrica latina. Embora esteja de acordo com os gramáticos que o antecederam no que tange à quantidade de livros, Diomedes inverte a ordem dos seus livros (quando comparado a Donato) e inicia sua descrição pelas partes do discurso, contrariando uma lógica ascendente pleiteada desde as primeiras sistematizações filosófico-gramaticais gregas.³⁹

Como Donato, Diomedes contempla as oito partes do discurso: nome, pronome, verbo, particípio, advérbio, conjunção, preposição e interjeição; ressalta, contudo, que somente as quatro primeiras classes se flexionam. Por outro lado, segundo Law (2003, p. 71), outro traço que diferencia o referido autor romano dos demais gramáticos de sua época é generosidade concedida às definições. Essa característica estilística pode ser notada, inclusive, na definição de conjunção proposta por Diomedes:

coniunctio est pars orationis indeclinabilis copulans sermonem et coniungens uim et ordinem partium orationis. nam ob hoc meruit nomen, quia pro uinculo interponitur orationi. (Ars, I, 415)

Conjunção é a parte do discurso indeclinável que une o discurso e que conjunge o valor e a ordenação das partes do discurso. Na verdade, por essa razão mereceu [esse] nome, porque se interpõe ao discurso, como um vínculo.⁴⁰

³⁶ Em negrito, estão as conjunções que possuem, especificamente, sentido condicional. Cf. nota 25.

³⁷ Don., *Ars maior*, 647.

³⁸ Don., *Ars maior*, 648. É o que acontece, por exemplo, com a conjunção *etiamsi*: proveniente da conjunção condicional *si*, ela possui, a depender do contexto, ora valor semântico de condição, ora valor de concessão.

³⁹ Sacerdos, em sua *Ars grammatica*, como já demonstrado, também inverte a ordem dos assuntos e contempla as questões métricas no livro final da composição. Embora Sacerdos e Diomedes não tratem exatamente dos mesmos assuntos, há, pelo menos, indício de que o primeiro pode ter servido de modelo para o segundo.

⁴⁰ Interessante notar o uso do termo *uinculum* para caracterizar a conjunção. Tal noção já tinha sido indicada por Quintiliano, ao sugerir para nomear a classe o termo *coniunctio*. Cf. nota 3.

Na definição expressa pelo gramático, deve-se destacar, inicialmente, o uso de três termos que caracterizam o papel conectivo da conjunção (dois participípios presentes: *copulans* e *coniungens*; e um substantivo: *uinculo*). Além desse critério sintático, também há menção a natureza inflexível da classe e a vinculação do seu funcionamento ao eixo do discurso (*sermo*). Com efeito, consoante Sánchez (2005, p. 319), o uso do termo *sermo* é mais adequado para precisar o nível de atuação da conjunção do que o termo logicista (*sententia*) utilizado por Donato. Se, por um lado, Diomedes é preciso, ao escolher o termo *sermo*, por outro, ao abordar o valor (*uim*) e a ordenação (*ordo*) como propriedades unidas pela conjunção, o autor parece pouco inteligível.

Após a definição, o gramático, como Sacerdos e Donato também o fizeram, expõe as três propriedades da classe: *figura* (“figura”), *ordo* (“ordenação”) e *potestas* (“valor”). Dentre os cinco tipos de valores das conjunções (copulativas, disjuntivas, expletivas, causais e racionais), como conectivos causais, são indicados: ***si***, *etsi*, ***etiamsi***, ***si etiam***, ***si tamen***, ***tamen si***, ***siquidem***, *quando*, *quandoquidem*, *quin*, *quin etiam*, ***sin***, ***sin etiam***, ***sin autem***, ***seu***, ***siue***, *nam*, *namque*, ***ni***, ***nisi***, ***nisi si***⁴¹, *praeterea*, *enim*, *etenim*, *sed*, *quia*, *quoniam*, *eo*, *ideo*, *idcirco*, *propter*, *causa*, *gratia*.⁴² Diomedes explica a sua concepção de figura por meio da conjunção *si* e associa ao conceito uma noção de colocação: *si* é uma conjunção simples, mas pode formar também conjunções compostas prepositivas, como *siquidem*, e compostas pospositivas, como *nisi*.

Ainda no primeiro livro da sua *Ars*, antes mesmo de apresentar as partes do discurso, Diomedes define a oração (*oratio*) como um arranjo harmonioso de palavras que resulta na formação de um período (*clausula*) e, em seguida, elucida que o período precisa estar organizado com uma estrutura plausível.⁴³ Ambas as concepções partem, como se observa, de uma organização lógica e de uma um princípio ordenador, uma vez que os qualificadores harmonioso (*terminatus*) e plausível (*plausibilis*) pressupõem padrões de combinação na composição de cada uma dessas unidades linguísticas. Apesar de abordar a noção de período, Diomedes ainda não discute os mecanismos sintáticos de constituição do período.

Deve-se frisar, de outra parte, que Diomedes se vale de ampla exemplificação de autores latinos para ilustrar os aspectos gramaticais que descreve. Conhecedor do contexto bilíngue em que estava inserido – já que, no império romano do século IV d. C., o grego e o latim conviviam intensamente –, o gramático elabora a sua obra com o objetivo de conservar a identidade

⁴¹ Em negrito, estão as conjunções que possuem, especificamente, sentido condicional. Cf. notas 25 e 33.

⁴² Diom., *Ars*, I, 416.

⁴³ Diom., *Ars*, I, 300.

linguística dos romanos. A maioria dos autores citados em sua *Ars* está compreendida em uma mesma época, em torno do século I a. C., período que ficou conhecido como momento áureo da literatura latina. Nesse sentido, ele utiliza a produção literária desse período como arquétipo de língua e de latinidade (*latinitas*). Dentre os autores latinos citados, o orador romano Cícero é mencionado 58 vezes como modelo de língua a ser observado (Cf. ROCHA, 2015, p. 57).

Em período ulterior, precisamente no século VI d. C., Prisciano de Cesareia compõe as suas *Institutiones grammaticae*. A obra, constituída por dezoito livros, perpassa os níveis da fonética/fonologia, da morfologia e da sintaxe para a sistematização linguística, abrangendo as seguintes questões: os sons, as letras e as suas propriedades (no livro I); as sílabas, as palavras e as orações (no livro II); os graus comparativo, superlativo e diminutivo (no livro III); os nomes chamados denominativos (no livro IV); as categorias flexionais de gênero, número e caso (no livro V); o caso nominativos e os demais casos (respectivamente, nos livros VI e VII); as propriedades e flexões do verbo (nos livros VIII, IX, e X); os particípios (no livro XI); os pronomes (nos livros XII e XIII); as preposições (no livro XIV); os advérbios (no livro XV), as conjunções (no livro XVI); e as construções sintáticas (nos livros XVII e XVIII)⁴⁴.

Conforme observado, o gramático cesarense rompe com o modelo de abordagem gramatical em relação aos autores da tradição gramatical latina precedente. E essa ruptura decorre de dois fatores estritamente associados: o tratamento concedido aos aspectos de natureza sintática e o referencial teórico adotado, já que Prisciano se filia explicitamente ao modelo gramatical grego fornecido por Apolônio Díscolo. De acordo com Fortes, “a adoção de Apolônio como modelo, ao mesmo tempo em que oferece identidade entre conceitos teóricos da gramática grega e latina, engendra também uma discussão gramatical sem precedentes na tradição latina” (2012a, p. 28).

Quanto às partes do discurso, Prisciano salienta que o traço distintivo das preposições, das interjeições e das conjunções em relação às demais é o fato de constituírem categorias inflexíveis (indeclináveis). Logo no início do livro XIV, o autor, estabelecendo uma diferenciação por significação, expõe que os referidos termos indeclináveis não correspondem a classes essenciais ao sentido da oração.⁴⁵ Mais adiante, ainda no mesmo livro, elucida que, diferentemente dos nomes – que mantêm o seu valor (*uis*) –, as palavras que carecem de caso, quando unidos no enunciado, modificam o seu estatuto (*ius*) em conformidade com as palavras

⁴⁴ Fortes (2008, p. 60-61) ressalta que os dois últimos livros das *Institutiones* são inovadores na tradição gramatical latina, por abordarem aspectos especificamente sintáticos. Quanto ao uso da palavra *constructio* (“construção”), o autor ainda esclarece que ela é a tradução do termo *σύνταξις* (*sýntaxis*), utilizado pela primeira vez por Apolônio Díscolo, em sua *Tékhne*.

⁴⁵ Prisc., *Inst. gram.*, XIV, 1.

adjuntas na oração.⁴⁶ Por essas observações, pode-se notar que as conjunções não possuem um valor (ou um estatuto) *a priori* e podem variar as suas propriedades a depender do contexto oracional em que estão inseridas. Considere-se a definição de conjunção delineada por Prisciano,

Coniunctio est pars orationis indeclinabilis, coniunctiva aliarum partium orationis, quibus consignificat, uim uel ordinationem demonstrans: uim, quando simul esse res aliquas significat, ut et pius et fortis Aeneas, ordinem, quando consequentiam aliquarum demonstrat rerum, ut si ambulat, mouetur. (Inst. gram., XVI, 1)

Conjunção é a parte indeclinável do discurso, adjuntiva das outras partes do discurso, com as quais cossignifica, indicando valor e ordenação: valor quando expressa que quaisquer coisas existem simultaneamente, como em ‘*et pius et fortis Aeneas*’ (não só piedoso, mas também forte era Eneias); ordem, quando indica a consequência de quaisquer coisas, como em ‘*si ambulat, mouetur*’ (se caminha, está em movimento).

Para além do aspecto inflexível da conjunção, reforçado logo no início da definição, Prisciano ainda retoma dois parâmetros já considerados pela tradição gramatical precedente: a função conectiva (no nível sintático) e o papel ordenador (por uma perspectiva lógica). Estabelecendo um diálogo mais direto com a definição de conjunção apresentada por Apolônio Díscolo, o autor romano destaca a premissa de que a conjunção assume seu valor semântico a partir da relação estabelecida com as demais partes do discurso no enunciado (*consignificat*). Quanto aos exemplos que ilustram a definição do gramático cesarense, o primeiro, associado ao valor, construído por meio da repetição da conjunção *et* (*et... et*) destaca não somente o valor aditivo que pode ser atribuído a essa conjunção, mas também, para realçar a propriedade mencionada (*uis*), atribui ênfase e intensidade por estar estruturado de modo emparelhado (correlato); o segundo, vinculado à ordenação, foi proposto com a conjunção *si*, uma vez que, tal conectivo designa uma sequência lógica (uma consequência), fato já notado pela escola estoica. Especificamente sobre a conjunção *si* no referido exemplo, Fortes observa que,

Ainda que a conjunção *si* realize uma função também conectiva entre as duas sentenças, entre elas explicando uma relação de condição, parece-nos que o gramático não apenas se referia a essa função mais imediata, mas também chamava a atenção para sua relação com o texto enquanto um todo, pois, de fato, não somente ela conecta – gramaticalmente – as duas sentenças, mas também diz sobre o arranjo delas no texto, sobre a ordem, enfim, que no texto produziria sentido; ordem que, se violada, produziria outro efeito. Trata-se, portanto, de certa organização do fluxo informacional, aqui tomada em um contexto limitado (a sentença), mas que poderia ser ampliado a porções maiores do texto. (2010, p. 54).

⁴⁶ Prisc., *Inst. gram.*, XIV, 1.

Embora tenham sido mencionadas conjunções que atuam em eixos sintáticos diferentes⁴⁷, o gramático nada esclarece sobre os processos de articulação sintática (coordenação e subordinação), muitas vezes, encabeçados por essas conjunções. Após a definição, por outro lado, são indicadas como propriedades das conjunções a figura (*figura*) e a espécie (*species*)⁴⁸. A figura refere-se às conjunções simples ou compostas e, quanto à espécie, o gramático enumera dezesseis tipos: copulativas, continuativas, subcontinuativas, adjuntivas, causais, efetivas, aprovativas, disjuntivas, eletivas, ablativas, pressupositivas, adversativas, negativas, coletivas, dubitativas e completivas.⁴⁹ Em sua gramática, o autor romano – e Diomedes antes dele também – ressalva que muitas das conjunções latinas são bastante polissêmicas e podem variar o seu valor a depender do contexto em que ocorrem.

De maneira diferente dos gramáticos latinos anteriores, Prisciano estabelece distinção entre as conjunções continuativas e as causais. Continuativas são aquelas que indicam a continuidade e a consequência (sequência) das coisas, como a conjunção *si* (“se”), equivalente, em grego, a conjunção *εἰ* (“se”)⁵⁰: *si stertit, dormit* (“se ronca, está dormindo”). Causais são aquelas que designam a causa na essência das coisas, como a conjunção *si* (“se”), correspondente, em grego, a conjunção *ἐάν* (“se”)⁵¹: *si uenias, faciam* (“se vieres, farei”). Com base nos exemplos fornecidos pelo gramático, pode-se notar que a relação lógica que motiva a ordenação da construção continuativa é substituída pela relação hipotética que subjaz à noção de causalidade. Embora Prisciano não mencione a flexão modo-temporal como um parâmetro norteador da diferenciação entre as duas noções condicionais expostas, tomadas as devidas lições da gramática grega quanto à exigência modo-temporal das construções mencionadas, é de grande relevância tal observação, uma vez que se trata do mesmo conectivo na língua latina. Ademais, aponta que as conjunções *siue*, *sin* e *seu* (além de *si*) podem ser tanto continuativas quanto causais. E assim o autor romano, imitando o modelo gramatical de Apolônio Díscolo, insere as conjunções continuativas como um subtipo das conjunções causais.

Nos livros finais de suas *Institutiones grammaticae*, Prisciano aborda as propriedades sintáticas com mais profundidade e trata, em alguns momentos, do modo como as orações (*orationes*) se articulam na composição do período (*clausula*). Indiretamente, ao dissertar sobre os pronomes relativos, demonstra que há uma hierarquia na concatenação dos enunciados, uma

⁴⁷ Modernamente, a conjunção *et* (“e”) é classificada como coordenativa aditiva – ainda que, no exemplo, tenha sido apresentada de modo correlativo – e a conjunção *si* (“se”) é classificada como subordinativa condicional.

⁴⁸ O termo *species* (“espécie”) corresponde à noção de *potestas* (“valor”) tal como utilizado pelos gramáticos latinos que antecederam Prisciano.

⁴⁹ Prisc., *Inst. gram.*, XVI, 2.

⁵⁰ A conjunção *εἰ* constrói-se com o verbo no modo indicativo. Cf. RAGON, 2012, p. 158.

⁵¹ A conjunção *ἐάν* constrói-se com o verbo no modo subjuntivo. Cf. RAGON, 2012, p. 158.

vez que o pronome subordina o verbo (*uerbum subiunctum*) da oração em que está inserido ao verbo da oração a que pronome faz referência. Também na explanação acerca dos pronomes anafóricos, o gramático latino chama a atenção para o fato de que, por anáfora, a correferência se mantém e essa é uma forma de fazer com que o vínculo sintático-semântico entre duas orações seja mantido. Particularmente, quando discorre sobre as construções sintáticas com conjunção, menciona que uma conjunção anteposta a um nome prevê a adição de um outro nome e que uma conjunção anteposta a um verbo exige o acréscimo de um outro verbo. A princípio poderia se pensar que o autor estivesse caracterizando construções coordenadas; contudo, a partir dos exemplos demonstrados, a descrição trata dos pares correlativos, sem que haja alguma diferenciação entre o par correlativo relacionado à coordenação ou o vinculado à subordinação.

Dado o exposto, intentou-se, neste tópico desta seção, explicitar alguns aspectos sobre a classe das conjunções e sobre a concatenação de orações com base nas descrições elaboradas tanto por autores da tradição helênica (pontualmente, Aristóteles, Diógenes Laercio, Dionísio Trácio e Apolônio Díscolo) quanto autores da tradição romana (notadamente, Varrão, Sacerdos, Donato, Diomedes e Prisciano). Com base nas sistematizações gramaticais, destacaram-se as funções conectiva e ordenativa das conjunções. Em especial, sobre a ordenação, verificou-se que os autores, de maneira geral, a vinculam a questões lógicas, que, contudo, não deixam de interferir na ordem de ligação das orações no período.

Quanto à significação, ressaltou-se a contribuição de Prisciano – inspirada em Apolônio Díscolo –, ao definir a conjunção como elemento cossignificante no enunciado (por significar em comum com as outras partes) e também – em consonância com Diomedes – a natureza polissêmica de muitos conectivos. No geral, foram expostas as três propriedades das conjunções – *potestas*, *figura* e *ordo* – e se verificou que, em relação ao valor semântico, as conjunções classificadas modernamente como condicionais estão ou indicadas no grupo das conjunções causais ou, quando interpretadas como continuativas, em um subgrupo das conjunções causais. Na seção a seguir, são apresentadas, em uma perspectiva tradicional, as descrições gramaticais do latim, realizadas por estudiosos modernos, especificamente, no que se refere às conjunções condicionais e ao período subordinado condicional.

2.2 Dos compêndios gramaticais tradicionais do Latim

Faz-se relevante esclarecer, inicialmente, que não é comum encontrar, em língua vernácula, estudos gramaticais tradicionais que abordem uma caracterização detalhada acerca

das noções de coordenação e de subordinação, voltada à descrição do Latim.⁵² Além disso, as classificações e as considerações apresentadas por esses manuais levam em consideração apenas aspectos da oração (ou da cláusula) subordinada em termos estritamente do nível da sentença, sem proporcionar, por isso, explicações para as relações sintático-semânticas que transcendem o período⁵³.

Ao tratar, na esfera sintática, do emprego dos tempos e dos modos na oração subordinada, Faria (1995, p. 355) esclarece que uma oração subordinada difere de uma oração independente – ou de uma coordenada – por indicar uma relação de dependência, orientada referencialmente para outra oração no período, denominada principal. Ernout & Thomas (2002, 291) ainda acrescentam que a sintaxe da subordinação representa um estado de língua mais recente, visto que teria se desenvolvido a partir de proposições originalmente autônomas, justapostas com verbos no modo subjuntivo, como *uolo facias* (“quero: faças” > “quero que faças”)⁵⁴. A forma verbal em subjuntivo estaria justificada pela própria indicação de vontade, desejo, advinda do verbo *uolo*. Esses últimos autores ainda informam que, desse estado de justaposição, nomeado paratático, ainda permanecem traços em fórmulas cristalizadas do latim e em construções que tentam reproduzir características da oralidade (Cf. ERNOUT; THOMAS, 2002, p. 291).

Traina & Bertotti (2003, p. 320-321), quanto aos mecanismos sintáticos de combinação de orações no latim, expõem duas dicotomias que se interrelacionam. No que diz respeito ao papel sintático, a vinculação das orações pode ocorrer por meio da coordenação – processo em que as duas proposições estão no mesmo nível, sem que uma dependa da outra – ou por meio da subordinação – processo em que há uma hierarquia entre as duas orações e uma passa a depender da outra. No que tange ao aspecto formal, a concatenação entre duas orações pode se realizar de maneira implícita (parataxe) – sem uso de conectivos que liguem as duas orações – ou de maneira explícita (hipotaxe⁵⁵) – com a presença de conectivos para unir as duas orações. O quadro a seguir, proposto por Traina & Bertotti (2003, p. 321) sistematiza o intercruzamento das dicotomias que caracterizam o período:

⁵² São considerados, aqui, como estudos tradicionais do Latim, aqueles que se filiam a um modelo teórico, cujo legado assenta-se em concepções lógico-filosóficas provenientes dos ensinamentos greco-latinos. Esses compêndios gramaticais ainda muito utilizados nas disciplinas de Latim de Ensino Superior, no Brasil, voltam-se para aspectos mais formais da língua (em especial, o nível morfossintático) e costumam desprezar fatores extralinguísticos.

⁵³ Estão expostas nesta seção obras descritivas do latim de distintos níveis de aprofundamento teórico. Algumas obras em língua portuguesa foram elencadas de modo a se privilegiar uma tradição descritiva do latim em língua vernácula, no entanto tais obras se afastam das demais (principalmente das obras em língua estrangeira) em alcance explanatório.

⁵⁴ Ver também PALMER, 1977, p. 395.

⁵⁵ Os conceitos de *parataxe* e *hipotaxe* defendidos nesta tese serão desenvolvidos na seção 3.2.

Quadro 01 – Articulação entre orações, segundo Traina & Bertotti (2003)⁵⁶

Coordenação	explícita (com conjunção)	
	implícita (sem conjunção)	parataxe
Subordinação	implícita (sem conjunção)	parataxe
	explícita (com conjunção)	hipotaxe (de subordinação)

O termo *parataxe* costuma receber diferentes significados nos estudos gramaticais: pode ser empregado como sinônimo de coordenação ou de coordenação assindética, por exemplo. Contudo, de acordo com os autores mencionados, o vocábulo designa orações que estejam ligadas sem conectivo, independentemente do nível sintático em que atuem. É relevante ressaltar, por outro lado, que o termo *hipotaxe* está estritamente ligado ao eixo da subordinação. Mesmo que a palavra esteja sendo empregada para caracterizar relações explícitas de vinculação sintática, tal restrição de uso parece recuperar uma tradição linguística que associa o termo à noção de subordinação. De fato, Besselaar (1960, p. 201) correlaciona *parataxe* à coordenação e *hipotaxe* à subordinação, e acrescenta que, uma vez originada da *parataxe*, a *hipotaxe*, por estabelecer a dependência entre as orações, pressupõe um grau mais alto de abstração e de capacidade lógica.

No eixo da subordinação, Riemann (1942) diferencia, em um primeiro momento, as proposições subordinadas completivas das não-completivas. As estruturas subordinadas completivas (tradicionalmente chamadas de substantivas) são aquelas projetadas como argumento do verbo da oração principal. No lugar de apresentar a classificação dessas orações com base na função sintática que a oração exerce em relação ao seu predador, o autor particulariza tais construções por meio de aspectos mais formais⁵⁷: a) completivas introduzidas por *quod*; b) completivas representadas por interrogativas indiretas; c) completivas em infinitivo; d) completivas introduzidas por *ut*; e) completivas introduzidas por *ne*; f) completivas introduzidas por *quominus* ou por *quin*; e g) completivas com subjuntivo e sem conjunção. Em contrapartida, as orações subordinadas não-completivas são, de uma parte, as proposições relativas, que determinam ou explicam a ideia veiculada por um termo da oração principal, e de outra, as proposições que exprimem uma circunstância em relação à oração

⁵⁶ Em Vasconcellos (2013, p. 23), o mesmo quadro aparece adaptado, ao indicar a coordenação explícita como *hipotaxe*.

⁵⁷ Nas gramáticas latinas, as orações subordinadas completivas (integrantes, substantivas) são normalmente caracterizadas pelo modo como podem ser construídas, e não pela função sintática que desempenham. Isso acontece porque tais orações costumam exercer apenas duas funções representadas, no nível oracional, por substantivos: a de sujeito e a de complemento do verbo (Cf. FARIA, 1995, p. 355).

principal. Sobre essas últimas, nomeadas subordinadas adverbiais pela tradição gramatical, o autor informa que podem indicar, em latim, as circunstâncias de finalidade, consequência, comparação, tempo, condição, causa e concessão.⁵⁸

Sobre as orações subordinadas adverbiais condicionais, especificamente, Bassols (1992, p. 423) explicita que o período condicional consta de duas orações relacionadas tipicamente pela conjunção *si*. Uma dessas orações, a que expressa, por certo, a condição, recebe o nome de prótase ou condicionante, e é considerada subordinada; a outra, a que expressa a consequência, é chamada apódose⁵⁹ ou condicionada, e é considerada principal. Nas palavras do referido autor,

A relação entre a prótase e sua apódose é de índole causal análoga a que existe entre uma causa e seu efeito. Se compararmos duas orações, uma condicional e outra causal, como “se me acompanhas, sairei” e “já que me acompanhas, sairei”, é evidente que em ambos os casos a ação de sair é uma consequência da ação enunciada na oração subordinada, mas com a diferença de que na primeira frase é considerada como uma simples suposição, no segundo caso como um fato real. (BASSOLS, 1992, p. 423)⁶⁰

A aproximação entre as noções de condição e causa já era prevista pelos gramáticos greco-latinos, que ora indicavam os conectivos causais como continuativos isoladamente, ora inseriam tais conectivos continuativos como um subtipo dos conectivos causais. Também na linguística moderna, a afinidade entre esses dois valores semânticos tem sido notada.⁶¹ Do ponto de vista lógico, ao se observar que a causa antecede a consequência, a ordem do período condicional não parece ser aleatória: compreendida como consequência (ou sequência) do conteúdo veiculado pela prótase, há uma tendência natural para que a apódose venha justaposta. Levando-se em consideração que a oração condicional propala uma causa em suposição, Bassols (1992, p. 423) aponta que a prótase de um período condicional deveria ser formulada sempre com o subjuntivo, uma vez que enuncia uma simples representação mental. Contudo, o próprio autor adverte que isso não acontece e que, com frequência, o indicativo é empregado.

Faria (1995, p. 231), na parte da sua gramática dedicada aos aspectos morfológicos do latim, apresenta as principais conjunções condicionais, que se inserem, por sua natureza, no

⁵⁸ Bassols (1992, p. 445) ainda insere, nesse grupo, as orações adverbiais modais.

⁵⁹ Consoante Vasconcellos (2013, p. 14), o termo prótase provém do grego πρότασις (“proposição: geralmente essa oração “precede”), como apódose, de ἀπόδοσις (“restituição”, “ação de dar de volta”). São termos empregados no campo da dialética e da retórica grega (Cf. TRAINA; BERTOTTI, 2003, p. 430).

⁶⁰ Cf. *La relacion entre la protasis y su apodosis es de índole causal análoga a la que existe entre una causa y su efecto. Si comparamos dos oraciones, una condicional y otra causal, como <<si me acompañas saldre>> y <<puesto que me acompañas saldre>>, resulta evidente que en ambos casos la acción de salir es una consecuencia de la acción enunciada en la oración subordinada, pero con la diferencia de que en la primera frase es considerada como una simple suposición, en el segundo caso como un hecho real.*

⁶¹ Cf. nota 15.

conjunto de conjunções subordinativas, por ligarem orações que se vão subordinar ao sentido de uma oração principal. São elas: *si* (“se”), *nisi* (“se não”, “exceto se”, “a menos que”), *ni* (“se não”), *sin* (“se pelo contrário”), *modo* (“contanto que”) e *dummodo* (“contanto que”). O autor em tela ainda as exemplifica, com alguns dos seguintes excertos:

- (1) *tyrannos si boni oppresserunt, recreatur ciuitas* (Cic., *Rep.*, 1, 68) (“se os bons cidadãos esmagaram os tiranos, a cidade está restabelecida”) [prótase: *oppresserunt* (ppi) // apódose: *recreatur* (pi)]
- (2) *nemo enim fere saltat sobrius, nisi forte insanit* (Cic., *Mur.*, 13) (“com efeito, ninguém dança inteiramente sóbrio, a menos que por acaso tenha perdido a razão”) [apódose: *saltat* (pi) // prótase: *insanit* (pi)]
- (3) *dicerem ni uererer* (Cic., *Fam.*, 6, 6) (“eu diria, se não temesse”) [apódose: *dicerem* (pis) // prótase: *uererer* (pis)]
- (4) *tu si modo es Romae (uix enim puto), sin es, hoc animaduertas uelim* (Cic., *Att.*, 5, 8) (“se tu estás em Roma agora – porque eu acho que não –, porém se estás, queria que observasses isto”) [prótase: *es* (pi) // apódose: *uelim* (ps)]
- (5) *manent ingenia senibus, modo permaneat studium et industria* (Cic., *Sen.*, 22) (“não faltam aos velhos capacidades, contanto que permaneçam o estudo e o trabalho”) [apódose: *manent* (pi) // prótase: *permaneat* (ps)]
- (6) *omnia recta et honesta neglegunt, dummodo potentiam consequantur* (Cic., *Off.*, 3, 82) (“[eles] negligenciam todas as coisas certas e honestas, contanto que persigam o poder.”)⁶² [apódose: *neglegunt* (pi) // prótase: *consequantur* (ps)]

Por outro prisma, ao abordar, sintaticamente, as orações subordinadas condicionais, Faria (1995, p. 385-386) indica também, além das já citadas, as conjunções: *si* seguida do advérbio de negação *non* (“se não”) – e diferencia seu uso do de *nisi* (já que ambas introduzem condicionais negativas, mas *nisi* possui, inclusive, um valor restritivo); *siue* (“ou se”) isolada ou repetida *siue... siue* (“quer... quer”); e *dum* (“contanto que”). Ravizza (1940, p. 161), por seu turno, adiciona *nedum* (“bem longe de”, “muito menos”) e outras construções que contêm pelo menos uma das conjunções já indicadas: *si autem* (“mas se”), *si minus*, *sin minus* (“se não”),

⁶² Os exemplos (4) e (6) foram retirados, respectivamente, de Traina & Bertotti (2003, p. 443) e de Blatt (1952, p. 311). Isso se deve ao fato de Faria (1995) não apresentar exemplos de Cícero que ilustrem o uso dos conectivos citados ou, quando apresenta, expõe somente a prótase dos períodos condicionais.

nisi forte, nisi uero (“a não ser que”), *nisi quod* (“exceto que”, “a exceção de que”), *nisi si* (“a não ser que”), *dummodo ne* (“contanto que não”), *si modo* (“se entretanto”, “se todavia”), *si uero* (“se realmente”) e *si quidem* (“se verdadeiramente”).⁶³ Carl *et al* (1986, p. 143), finalmente, incluem, dentre as condicionais, as conjunções *ut* (“admitindo que”), *quod si* (“e se”, no início do período), *etiamsi* (“se”, e, com matiz concessivo, “ainda que”) e o par correlativo *seu... seu* (“quer...quer” – equivalente a *siue*)⁶⁴:

- (7) *si mala sunt, is qui erit in iis beatus non erit; si mala non sunt, iacet omnis ratio Peripateticorum* (Cic., *Fin.*, 5, 86) (“se são males, o que estiver neles não será feliz; se não são males, jaz todo raciocínio dos peripatéticos”) [prótase: *sunt* (pi) // apódose: *iacet* (pi)]
- (8) *ueniet tempus, et quidem celeriter, siue retractabis siue properabis* (Cic., *Tusc.*, 1, 76) (“chegará o tempo, e por certo chegará veloz, quer tu te contenhas, quer tu te apresses”) [apódose: *ueniet* (fii) // prótase correlativa: *retractabis* (fii) / *properabis* (fii)]
- (9) *ego si cui adhuc uideor segnior fuisse, dum ne tibi uidear, non laboro* (Cic., *Att.*, 8, 11) (“quanto a mim, se até aqui pareço ter sido fraco para alguém, contanto que não pareça para ti, não me importo.”) [prótase: *uiderar* (ps) // apódose: *laboro* (pi)]
- (10) *ut enim non efficias quod uis, tamen, (...), efficies* (Cic., *Tusc.*, 1, 16) (“admitindo que tu não consigas aquilo que desejas, contudo [algo] conseguirás”) [prótase: *efficias* (ps) // apódose: *efficies* (fii)]
- (11) *per se ius est expetendum et colendum; quodsi ius, etiam iustitia* (Cic., *Leg.*, 1, 48) (“o direito deve ser buscado e observado por si mesmo; e se o direito [deve ser buscado e observado], a justiça também deve”) [prótase: *est expetendum* (pi) // apódose: *est expetenda* (pi)]
- (12) *etiamsi propter amicitiam uellet illum ab inferis euocare propter rem publicam non fecisset* (Cic., *Mil.*, 29, 79) (“e se, pela amizade, quisesse chamá-lo de volta dos infernos, pela república não o teria realizado”) [prótase: *uellet euocare* (pis) // apódose: *fecisset* (pms)]⁶⁵

Em consonância com Faria (1995, p. 385), sobre a distinção de uso entre *nisi* e *si non*, Bassols (1992, p. 432) enfatiza que, embora *nisi* e *si non* sejam partículas afins, não possuem o mesmo uso: enquanto *nisi* indica que a oração principal é válida, exceto no caso de se produzir a ação anunciada na subordinada, *si non* indica que a oração principal somente é válida se não

⁶³ Como se pode perceber, nem todas as expressões indicadas por Ravizza (1940) são, efetivamente, conjunções. Muitas conjunções estão acompanhadas de partículas de reforço, como *si uero* e *si quidem*.

⁶⁴ Sobre as origens dos conectivos condicionais, ver LINDSAY, 1895, p. 143.

⁶⁵ Exemplos retirados, respectivamente, de: (7) e (9) FARIA (1995, p. 385-386); (8) e (11) TRAINA; BERTOTTI (2003, p. 443); (10) ERNOUT; THOMAS (2002, p. 391); e (12) BLATT (1952, p. 315).

se produz a ação contida na subordinada. A primeira, portanto, possui significado restritivo (“exceto que”, “a menos que”), como pode ser visto no exemplo (2); a segunda introduz uma condição negativa (“se não”), como se nota no exemplo (7). Traina & Bertotti (2003, p. 383-384) esclarecem que, normalmente, *nisi* corresponde à condição negativa anteposta e *si non*, à negativa anteposta. De outro ângulo, Allen & Greenough (1903, p. 337) e Bennett (1908, p. 202), especificamente sobre *nisi*, ressaltam que o acréscimo dos advérbios *forte* e *uero* à conjunção *nisi* atribui nuances irônicas às orações condicionais, o que também pode ser percebido pelo exemplo (2).

Além de indicarem as conjunções condicionais, Carl *et al* (1986, p. 142-143) e Faria (1995, p. 385-386) correlacionam-nas aos modos verbais com que são utilizadas nos enunciados, como pode ser visto no quadro abaixo:

Quadro 02 – Uso dos modos verbais com as conjunções condicionais, de acordo Carl *et al.* (1986) e Faria (1995)

CONJUNÇÕES CONDICIONAIS E MODOS VERBAIS		
Conjunções	Período Clássico	
	Indicativo	Subjuntivo
<i>si</i>	+	+
<i>si non, nisi, ni</i>	+	+
<i>sin</i>	+	+
<i>siue, siue...siue, seu</i>	+	-
<i>dum, modo, dummodo</i>	-	+
<i>quod si (quodsi)</i>	+	+
<i>etiamsi (etiam si)</i>	-	+
<i>ut</i>	-	+

Sem dúvida, a possibilidade (ou a restrição) de uso dos modos verbais com determinadas conjunções condicionais interfere em aspectos semânticos relacionados à construção do período hipotético. Como muitos autores⁶⁶, Bassols (1992, p. 424) diferencia três subtipos de orações que podem constituir o referido período: (i) simples hipótese (ou condição real), (ii) hipótese contingente (ou condição eventual, potencial) e (iii) hipótese irreal. Nesse sentido, a observação dos tempos e dos modos verbais empregados no período hipotético é de grande valia, uma vez que os subtipos citados costumam ser construídos com modos específicos: o indicativo geralmente é utilizado em exemplos do primeiro caso e o subjuntivo é usado para os dois casos seguintes, com tempos específicos para cada um.

⁶⁶ Cf. ALLEN; GREENOUGH, 1903, p. 323; ALMEIDA, 2000, p. 362; BESSELLAR, 1960, p. 213; BLATT, 1952, p. 312; ERNOUT; THOMAS, 2002, p. 375; FARIA, 1995, p. 382; HOFMANN-SZANTYR, 1972, p. 660; LOURENÇO, 2019, p. 330; RAVIZZA, 1940, p. 347; RIEMANN, 1942, p. 386; RUBIO; ROLAN, 1990, p. 212; TOVAR, 1946, p. 214; VASCONCELLOS, 2013, p. 109; WOODCOCK, 1959, p. 147.

Ao focalizar a percepção do falante acerca do conteúdo veiculado nas construções condicionais, Traina & Bertotti (2003, p. 431) salientam que, no período hipotético, os subtipos abordados estão configurados a partir de duas perspectivas distintas de apreensão da realidade: a objetiva e a subjetiva. É objetiva quando o falante enuncia simplesmente a relação entre uma hipótese e sua consequência, sem exprimir seu juízo, sua avaliação sobre a realização da hipótese, como em:

- (13) *si di sunt, est diuinatio; sunt autem di; est ergo diuinatio* (Cic., *Diu.*, 2, 17, 41) (“se os deuses existem, existe a adivinhação; ora, os deuses existem; existe, portanto, a adivinhação”). [prótase: *sunt* (pi) // apódose: *est* (pi)]

Nesse exemplo, parte-se da premissa de que os deuses existem e que, portanto, a hipótese é verdadeira; o conteúdo veiculado na apódose não é avaliado como possível, ele é uma consequência natural do conteúdo da prótase. Assim, por oposição, a perspectiva é subjetiva quando o falante torna explícito seu juízo, sua avaliação sobre a hipótese, que, nesse caso, será apresentada como possível ou irreal, respectivamente, conforme os exemplos:

- (14) *dies deficiat, si uelim paupertatis causam defendere* (Cic., *Tusc.*, 5, 102) (“um dia não será insuficiente, se eu quiser defender a causa da pobreza”) [apódose: *deficiat* (ps) // prótase: *uelim defendere* (ps)]
- (15) *ego si somnum capere possem, tam longis te epistulis non obtunderem* (Cic., *Att.*, 8, 1, 4) (“se eu pudesse adormecer, não te incomodaria com cartas tão longas”) [prótase: *capere possem* (pis) // apódose: *obtunderem* (pis)]

Nos exemplos (14) e (15), diferentemente do exemplo (13), as formas verbais estão no subjuntivo, o que reforça a perspectiva subjetiva dessas construções. A associação da natureza objetiva ou subjetiva do período hipotético aos subtipos de orações condicionais pode ser sistematizada conforme o quadro abaixo, proposto pelos referidos estudiosos da sintaxe latina (2003, p. 431):

Quadro 03 – Natureza do período hipotético e subtipos de condicionais, segundo Traina e Bertotti (2003)

<i>período hipotético</i>	• de objetividade: 1º tipo (condicional real)
	• de possibilidade: 2º tipo (condicional potencial)
	• de subjetividade
	• de irrealidade: 3º tipo (condicional irreal)

Nas orações condicionais reais, segundo Besselarr (1960, p. 213), faz-se abstração da realidade ou da irrealidade da condição contida na prótase, e se diz simplesmente que, cumprida a condição, certamente ocorrerá um segundo fato, enunciado na apódose:

- (16) *si fato omnia fiunt, nihil nos admonere potest* (Cic., *Diu.*, 2, 21) (“se tudo acontece pelo destino, nada nos pode advertir”) [prótase: *fiunt* (pi) // apódose: *admonere potest* (pi)]

No exemplo (16), o conteúdo proposicional dos enunciados se verifica no mundo real. O conteúdo da prótase (*si fato omnia fiunt*) é condição suficiente para que o conteúdo da apódose (*nihil nos admonere potest*) seja considerado verdadeiro. A apódose apresenta uma consequência necessária, suficiente para se apurar a veracidade da prótase: se as coisas acontecem movidas pelo destino, não há como controlar determinados acontecimentos e, portanto, não é possível que alguém seja advertido sobre tais acontecimentos. Ao se retomar o exemplo (13) – *si di sunt, est diuinitio; sunt autem di; est ergo diuinitio* (Cic., *Diu.*, 2, 17, 41) (“se os deuses existem, existe a adivinhação; ora, os deuses existem; existe, portanto, a adivinhação”) –, percebe-se que, em muitos casos, a construção condicional real pode vir realçada por um elemento conclusivo/resumitivo como *ergo* (“então”), que aparece na condução do pensamento silogístico deste exemplo. Assim, recuperando o exemplo (16), uma construção como *si fato omnia fiunt, nihil [ergo] nos admonere potest* reforça a natureza implicativa entre a proposição antecedente e o fato expresso pela consequente. Consoante Vasconcellos (2013, p. 109), por vezes, a conjunção *si* pode vir reforçada pela partícula *quidem* (“de fato”), para enfatizar a realidade da hipótese (“se é verdade que”).

Segundo Bassols (1992, p. 426), as condicionais reais são formuladas geralmente com as formas verbais no modo indicativo, de modo que sejam utilizados os mesmos tempos em ambos os membros do período, como acontece em (16): a forma verbal *fiunt* da prótase está no presente do indicativo, da mesma maneira que o verbo principal da locução *admonere potest* também está.⁶⁷ Contudo, quando a ação em ambas as orações corresponde a planos temporais distintos, pode ser usado, em cada uma delas, um tempo verbal correspondente. Obviamente, isso significa um número grande de combinações temporais possíveis. O próprio autor destaca, entretanto, que, embora a combinação mais usada, nesse caso, seja *si* presente do indicativo + futuro (independentemente de ser o imperfeito ou o perfeito), Cícero e os autores de obras

⁶⁷ Também, no exemplo (13), as duas formas verbais do período hipotético estão no presente do indicativo: *sunt* e *est*.

técnicas preferem usar, nessa situação, o futuro imperfeito nas duas orações.⁶⁸ Todavia, Faria reforça que,

Quanto ao tempo empregado tanto na condicional quanto na principal, depende do próprio sentido tanto de uma como de outra oração, não havendo, pois, nenhuma correlação gramatical da construção. Assim, o presente pode estar em correlação tanto com o presente, como com o passado ou o futuro. (1995, p. 372)

Ademais, os períodos condicionais do subtipo real podem aparecer eventualmente com a prótase no indicativo e a apódose no subjuntivo ou no imperativo. Nessa primeira situação, o uso do subjuntivo na apódose pode expressar desejo, exortação, imprecisão, ordem, deliberação etc.⁶⁹ Assim:

- (17) *ne sim saluus, si aliter scribo ac sentio* (Cic., Att., 16, 13) (“Que eu esteja perdido, se escrevo de modo diferente do que penso”) [apódose: *sim* (ps) // prótase: *scribo* - *sentio* (pi)]

A mensagem imprecativa veiculada pela apódose (anteposta), com a forma verbal *sim* no presente do subjuntivo, combina-se com a apódose construída com os verbos *scribo* e *sentio*, no presente do indicativo. Bassols (1992, p. 426) salienta que o referido tipo de construção é especialmente frequente na língua familiar, o que pode ser corroborado com o próprio exemplo (17), visto que o excerto é retirado de uma carta de Cícero destinada ao amigo Ático. Normalmente, nessas cartas, o orador romano se vale de um registro mais informal, dada a sua proximidade com o interlocutor e considerada a situação de informalidade peculiar a uma troca de mensagens entre amigos. Além dessa construção, também é representativo da língua familiar o período hipotético construído com o verbo da apódose no imperativo e com a forma verbal da prótase no indicativo:

- (18) *si quid in te peccaui, (...), ignosce*. (Cic., Att., 3, 15) (“se de alguma forma cometi alguma falta contra ti, (...), perdoa-me.”) [prótase: *peccaui* (ppi) // apódose: *ignosce* (ip)]

Conforme Bassols (1992, p. 427), com o imperativo na apódose, as construções mais recorrentes são *si* presente + imperativo ou *si* futuro + imperativo. Contudo, mesmo que menos frequente, a construção *si* pretérito perfeito + imperativo, usada no exemplo (18), pode ser

⁶⁸ Cf. BASSOLS, 1992, p. 426.

⁶⁹ Cf. ERNOUT; THOMAS, 2002, p. 375-376; BASSOLS, 1992, p. 426.

empregada para evidenciar a noção temporal de anterioridade da prótase. Nesses casos, não há uma correlação modo-temporal *a priori*: as formas verbais são empregadas a depender da relação temporal (de anterioridade, de simultaneidade e posterioridade) que se queira enfatizar. Ernout & Thomas (2002, p. 375), por uma perspectiva mais sintática, frisam que a relação de dependência entre as duas proposições nesse tipo de construção – exemplos (17) e (18) – é mais fraca, balizada pela natureza volitiva do subjuntivo e pela natureza ordenativa do imperativo.

Nas orações condicionais potenciais, por outro prisma, a apódose é considerada como certa contanto que seja eventualmente satisfeita a condição exposta na prótase. Segundo Bassols (1992, p. 427), esse tipo de condicional se formula normalmente com o presente ou com o pretérito perfeito do subjuntivo. Apesar de o valor desses tempos ser bastante impreciso, é preciso notar que há sempre uma referência ao futuro, isso porque somente as ações que estão prestes a acontecer podem ser compreendidas pelos falantes como possíveis. Assim, quando se quer manifestar que a suposição é exclusivamente uma concepção imaginária, o verbo, de maneira geral, vai para o presente do subjuntivo:

- (19) *dies deficiat, si uelim enumerare quibus bonis male euenerit, nec minus si commemorem, quibus improbis optime* (Cic., *Nat.*, 3, 32) (“um dia não será suficiente, se eu quiser enumerar os bons que se deram mal; e também não será, se eu mencionar os ímprobos que se deram muito bem.”)
 [apódose: *deficiat* (ps) // prótase: *uelim enumerare* (ps)]
 [apódose: *deficiat* (ps) // prótase: *commemorem* (ps)]

De acordo com Vasconcellos (2013, p. 112), as orações condicionais potenciais com presente do subjuntivo podem ser traduzidas para o português com o futuro do subjuntivo na prótase e futuro do presente na apódose, ou com o pretérito imperfeito do subjuntivo na prótase e futuro do pretérito na apódose. Assim, no exemplo (19), a correlação modo-temporal poderia ser traduzida da seguinte forma: *deficiat, si uelim enumerare* – “não será suficiente, se eu quiser enumerar” ou “não seria suficiente, seu quisesse enumerar”. No período hipotético exposto, o conteúdo veiculado pela prótase é avaliado pelo enunciador, isto é, toma-se a condição anunciada como algo que poderia vir a acontecer – o que também acontece no exemplo (14). De fato, na continuidade do texto, são citados exemplos de personalidades que ilustram os dois tipos de indivíduos abordados.

Emprega-se também, nas orações condicionais potenciais, o pretérito perfeito do subjuntivo na prótase, quando se quer indicar a anterioridade da ação ou quando se quer destacar valor aorístico do referido tempo verbal:

- (20) *si gladium quis apud te sana mente deposuerit, repetat insaniens, reddere peccatum sit, officium non reddere* (Cic., *Off.*, 3, 95) (“se alguém em perfeito estado mental tivesse confiado a ti uma espada, e louco (a) viesse reclamar, seria um erro devolvê-la, e um dever não a devolver.”) [prótase: *deposuerit* (pps) // apódose: *sit* (ps)]

No exemplo (20), é possível notar uma situação simulada para justificar um comportamento apropriado, tal como prescreve a obra que aborda os deveres dos cidadãos romanos. Conforme Ravizza (1940, p. 347) quando os tempos verbais mencionados (presente do subjuntivo e pretérito perfeito do subjuntivo) estão regidos pelo conectivo *si* (ou *ut si*) são, normalmente, encontrados os *exempla ficta*, isto é, exemplos inventados para melhor explicar determinada tese. Segundo Traina & Bertotti (2003, p. 434), esses *exempla*, que implicam uma eventualidade pura e abstrata, correspondem a hipóteses imaginárias e/ou improváveis, concebidas para dar maior poder de persuasão ao discurso.

Em divergência com os estudiosos até então apresentados, Azevedo (1997) considera que as orações condicionais potenciais também podem ser construídas com o verbo no futuro do indicativo. Para a autora, a distinção existente, na língua grega, entre um potencial mais forte, equivalente a *έάν* + subjuntivo, e um potencial mais fraco, com *εί* + optativo, pode ser encontrada em latim, a depender do tempo e do modo verbal empregado com a conjunção *si*. Assim, para ilustrar as duas modalidades de potencial, ela cita a comédia *Aulularia* de Plauto, em um trecho comprovativo da diferença de atitude, no que tange à materialidade linguística do potencial. Nesse episódio da peça, Euclião, o velho tipicamente avarento, vê-se obrigado a sair de casa e a abandonar, mesmo que por pouco tempo, a guarda do seu tesouro escondido. Ao conjecturar a possibilidade de a criada abrir a porta para alguém, lança-lhe ameaças, com as seguintes represálias:

*Nam si ignis uiuet, tu exstinguere extempulo.
Tum aquam aufugisse dicito, si quis petet.
Cultrum, securim, pistillum, mortarium
quae utenda uasa semper uicini rogant,
fures uenisse atque apstulisse dicito.
Profecto in aedis meas me apsente neminem
uolo intro mitti. Atque hoc praedico tibi,
si Bona Fortuna ueniat, ne intro miseris.
(Plau., *Aulul.*, v. 93-100)*

(Para o caso de alguém te pedir lume, quero que ele esteja apagado),
 pois, se o lume estiver vivo, és tu que de imediato serás apagada.
 A água, dirás que se escapou, se alguém ta pedir.
 Martelos, facas, pilões, almofarizes - esses objectos
 de uso que os vizinhos estão sempre a pedir -
 dirás que os ladrões vieram e os roubaram.
 Em suma, na minha casa, na minha ausência, não quero
 que metas ninguém. E faço-te mais este aviso:
 para o caso de a Boa Sorte bater... não a metas cá dentro!
 (Tradução de Maria Teresa Schiappa de Azevedo)

Como se pode notar, no referido trecho, várias são as situações prováveis enumeradas por Euclião e, para cada uma delas, o avarento indica a réplica adequada para que em hipótese alguma sua serva abra a porta da casa. No entanto, linguisticamente, a potencialidade dessas situações não é tratada da mesma maneira: enquanto são mencionados seres humanos (vizinhos) e elementos específicos, a suposição é expressa, direta ou indiretamente, por meio da modalidade mais forte do potencial – *si* + futuro do indicativo: *uiuet* (“estiver vivo”) e *petet* (“pedir”), no futuro imperfeito do indicativo. Em contrapartida, a possibilidade, indicada no último verso citado, de uma divindade bater à porta do velho acarreta o uso da modalidade mais fraca do potencial – *si* + presente do subjuntivo: *ueniat* (“vir”, “bater à porta”) –, uma vez que se trata de uma situação bastante improvável. Deve-se ressaltar que a prática pedagógica do latim orienta a versão, para a língua vernácula, dos dois tempos verbais mencionados pelo futuro do subjuntivo de maneira indistinta, o que, em muitas situações, torna opacas tais especificidades semânticas. Diante do exposto, Azevedo (1997, p. 141) propõe o seguinte esquema acerca das modalidades de potencial:

Quadro 04 – Modalidades de potencial e correlação modo-temporal, segundo Azevedo (1997, p. 141)

Caso Eventual (futuro mais intenso)	<i>Prótase</i> : <i>si</i> + futuro (imperfeito ou perfeito)
	<i>Apódose</i> : futuro imperfeito ou imperativo
Caso Possível (futuro menos intenso)	<i>Prótase</i> : <i>si</i> + presente do subjuntivo (ou pretérito perfeito do subjuntivo)
	<i>Apódose</i> : presente do subjuntivo (ou pretérito perfeito do subjuntivo)

Por outro lado, nas orações condicionais irrealis, o conteúdo descrito na *prótase* é bastante improvável ou mesmo impossível de se concretizar na realidade. Conforme Bassols (1992, p. 428), as condicionais que expressam irrealidade se constroem com os verbos de ambas as orações (*prótase* e *apódose*) no pretérito imperfeito ou no mais-que-perfeito do subjuntivo,

segundo o dado condicionado se encontre no presente ou no passado, respectivamente, como demonstram os exemplos abaixo:

- (21) *sic sapientia, quae ars uiuendi putanda est, non expeteretur, si nihil efficeret* (Cic., *Fin.*, 1, 42) (“assim a sabedoria, que deve ser considerada a arte de viver, não seria procurada, se não produzisse resultado algum”) [apódose: *expeteretur* (pis) // prótase: *efficeret* (pis)]
- (22) [*consilium, ratio, sententia*] *nisi essent in senibus, non summum consilium maiores nostri appellassent senatum* (Cic., *Sen.*, 19) (“se não tivesse havido conselho, razão, opinião nos velhos, os nossos antepassados não teriam chamado senado ao conselho supremo [da nação]”) [prótase: *essent* (pms) // apódose: *appellassent* (pms)]

No exemplo (21), tanto a apódose quanto a prótase possuem as formas verbais no pretérito imperfeito do subjuntivo para expressar a condição irreal do presente. Já no exemplo (22), todo o período hipotético está construído com verbos no pretérito mais-que-perfeito do subjuntivo para indicar a condição irreal do passado. Para além dessas equivalências na correlação modo-temporal das orações condicionais irreais, Vasconcellos (2013, p. 112) ressalta que pode, em alguns casos, o pretérito imperfeito do subjuntivo da prótase estar em correlação com o pretérito mais-que-perfeito do subjuntivo da apódose, como se fossem equivalentes. Tal construção acontece no exemplo (23), com as formas verbais *cuperem* (pis) e *fuisset* (pms) na prótase e na apódose, respectivamente:

- (23) *Quintus fuit mecum dies compluris et, si ego cuperem, ille uel pluris fuisset* (...) (Cic., *Att.*, 16, 5) (“Quinto esteve comigo por vários dias e, se eu tivesse desejado, ele teria ficado mais”) [apódose: *fuisset* (pms) // prótase: *cuperem* (pis)]

De acordo com Faria (1995, p. 385), como um vestígio de uso do latim arcaico, o presente do subjuntivo continuou no período clássico a ser usado também para exprimir o irreal. Nesse sentido, Ernout & Thomas (2002, p. 378-379) complementam que, no latim clássico, esse valor atribuído ao presente do subjuntivo mantinha-se em expressões formulares e em frases como *si scias* ou *immo si scias* (“se de fato soubesses”), muito frequentes nos autores cômicos, mas ainda usadas por Cícero. Ademais, o período condicional não só o de índole potencial, mas também o de índole irreal, pode, eventualmente, ser construído com a forma verbal da apódose em indicativo. Isso acontece, de modo mais recorrente: (i) com verbos ou expressões de caráter modal como *possum*, *debeo*, *ius est*, *turpe est*, *necesse est*, gerúndios e gerundivos, participípios futuros ativos com *eram* ou *fui*; e (ii) quando se usam as segundas pessoas do verbo com aceção impessoal.

Bassols (1992, p. 435) chama a atenção para o fato de que, quando se seguem dois períodos condicionais, existem algumas formas de realização dessa combinação, a depender do significado que se queira enfatizar. O primeiro tipo de coordenação de períodos condicionais acontece com o emparelhamento de construções iniciadas por *si... si*: com essa combinação assinala-se uma simples contraposição entre as duas hipóteses, como acontece no exemplo (19). Clackson & Horrocks (2011, p. 115) destacam que a dupla prótase condicional com assíndeto (sem que haja conectivo explícito na segunda prótase inserida no mesmo período) é uma estrutura característica das primeiras leis romanas. De modo equivalente, já estavam presentes, na lei das XII Tábuas, duas prótases condicionais conectivas vinculadas a uma mesma oração nuclear: *si nox furtum faxsit, si im occisit, iure caesus esto* (VIII, 12) (“se alguém comete um furto à noite, e se outro alguém o matar, que seja legalmente morto”).

Um segundo tipo de coordenação de períodos condicionais, conforme Bassols (1992, p. 435), ocorre com o paralelismo de construções introduzidas por *si... sin*: essa combinação, semelhantemente a anterior, é habitual na língua literária. A conjunção *sin*, formada por *si* e pela partícula enfática *ne*, denota, por sua etimologia, “mas se”, “se, pelo contrário”, como pode ser observado no exemplo (4). Dado que o seu significado é contrastivo e não negativo, pode o conectivo *sin* vir acompanhado também de partículas negativas, como *sin non, nihil, nullus* etc. O autor em tela ainda aborda o par conectivo *siue...siue* ao tratar da coordenação de períodos condicionais. Contudo, nesse caso, especificamente, verifica-se uma correlação condicional de natureza alternativa.

Associando o período condicional à noção semântica de comparação, Ernout & Thomas (2002, p. 388) informam que, em latim, existem construções comparativas condicionais. Tais estruturas apresentam uma comparação de forma hipotética, de modo a possibilitar o contraste com a realidade. Essas cláusulas são compostas com formas verbais no subjuntivo, mas a escolha dos tempos pode variar de acordo com as conjunções que são utilizadas: (i) com *quasi* (“como se”) e *tamquam* (“bem como se”) empregam-se o presente e o pretérito perfeito do subjuntivo; (ii) com locuções conjuntivas formadas por *si*, como *ut si, uelut si* (“como se”), *non minus... quam si* (“não menos... do que se”), *tam quam si* (“tanto... quanto se”), mais próximas da sintaxe de *si*, usam-se o pretérito imperfeito e o pretérito mais-que-perfeito do subjuntivo para expressar o irreal.

De modo bastante sutil, Faria (1995) e Vasconcellos (2013) abordam o uso de orações subordinadas sem a presença obrigatória de um conectivo. Ao recuperar a origem primitiva das construções subordinadas, em que o verbo apenas por estar no subjuntivo já era o suficiente para exprimir a própria ideia de subordinação, os autores esclarecem que o processo de

consolidação/cristalização (o que para os funcionalistas poderia ser chamado de gramaticalização) das partículas subordinativas é paralelamente similar ao processo pelo qual as preposições passaram a sempre acompanhar um determinado caso latino. Outro aspecto bastante relevante, destacado por Faria (1995, p. 395) acerca das orações de matiz condicional não “canônicas”, diz respeito ao uso das orações relativas (adjetivas), quando acompanhadas de formas verbais no subjuntivo. De maneira geral, a oração relativa, em seu uso prototípico, é acompanhada de formas verbais no indicativo. Contudo, em muitas construções em que eram empregadas com o subjuntivo, adquiriam matiz adverbial condicional.

Como se pode notar, diante de tantas obras citadas em língua estrangeira, não há em língua portuguesa uma grande variedade de estudos gramaticais que apresentem, de modo satisfatório, as nuances dos processos de articulação de orações – com exceção da contribuição de Vasconcellos (2013), que, embora se detenha exclusivamente sobre a sintaxe do período subordinado, ainda deixa de considerar, em muitos momentos, fatores pragmáticos que possam interferir no uso. Os compêndios gramaticais, em língua vernácula, utilizados nas disciplinas de Latim, por analisarem sentenças isoladas – quando não criam seus próprios exemplos, como acontece em Almeida (2000) e em Carl *et al.* (1986) –, não levam em conta o contexto em que os enunciados estão inseridos, deixando de lado, portanto, aspectos pragmáticos, como as intenções e as funções comunicativas. No tópico a seguir, são levados em consideração estudos que, pautados em perspectivas linguísticas mais recentes, apresentam descrições do período condicional latino que não se atêm meramente aos aspectos formais.

2.3 Dos estudos de base linguística descritivos do Latim

Tradicionalmente, define-se a prótase condicional como a sentença que expressa uma condição de cujo cumprimento depende a realidade do que está enunciado na apódose, de modo que se estabelece uma relação causal entre os membros do período subordinado (Cf. BASSOLS, 1992; WOODCOCK, 1959). Nesse sentido, o fato de a oração principal ter o seu sentido complementado pelo da oração condicional é um argumento em defesa da interdependência existente entre os enunciados do período condicional. Conforme Puente (2009, p. 658), essas características atribuídas ao período hipotético são, em maior ou menor medida, válidas para os períodos condicionais prototípicos, mas não para os casos em que a condicional é uma oração completiva ou para os casos em que a verdade da oração principal não depende da oração introduzida pela conjunção condicional. De acordo com a referida autora, existem diferentes relações que se materializam entre a prótase e a apódose de um período condicional, já que,

além do variado nível de integração sintática, cada tipo de condicional apresenta traços sintáticos, semânticos e pragmáticos específicos.

Primeiramente, segundo o nível sintático de dependência, há vários tipos de orações condicionais: as que podem funcionar como argumento do predador verbal, as condicionais de predicação, as condicionais de proposição e as condicionais de enunciação. Puente (2009, p. 661) ressalta que nem sempre é fácil distinguir o tipo de condicional correspondente a determinado exemplo e que algumas condicionais podem apresentar aspectos próprios de distintos tipos. A autora em tela propõe o seguinte quadro que sintetiza os tipos e os subtipos de orações condicionais existentes em latim:

Quadro 05 – Tipos de orações condicionais, segundo Puente (2009, p. 661)

ORAÇÕES CONDICIONAIS EM LATIM		
Tipos	Subtipos	
condicionais argumentais ⁷⁰	completivas hipotéticas	
	interrogativas indiretas	
condicionais de predicação (adjuntos)	condicionais prototípicas	reais
		potenciais
		irreais ou contrafactuais
	condicionais com sentido	concessivo
		causal
		final
		temporal
condicionais de proposição (disjuntos)		
condicionais de enunciação (disjuntos)	usos cortes, metalinguísticos ou metadiscursivos e processurais	

Bertocchi & Maraldi (2011, p. 93), para além da classificação tripartida dos subtipos de condicionais em reais, potenciais e irreais, distinguem, com base em Sweetser (1990), três domínios da esfera semântico-pragmática para realização das orações condicionais: domínio do conteúdo, domínio epistêmico e domínio de ato de fala – que correspondem, respectivamente, às camadas de predicação, de proposição e de enunciação, expostas no quadro anterior, pautadas na gramática funcional de Dik (1989). Assim, as condicionais de conteúdo (do nível da predicação) relacionam estados de coisas e são normalmente usadas pelo falante para fazer previsões; as condicionais epistêmicas (ou de nível da proposição) permitem que inferências

⁷⁰ As condicionais argumentais não serão estudadas nesta tese, por não expressarem propriamente uma circunstância, já que funcionam como complemento do verbo da oração principal.

abduativas sejam feitas, isto é, o conhecimento previamente estabelecido pelo estado de coisas da prótase possibilita que o falante passe à conclusão na apódose; e as condicionais do ato de fala (ou do nível da enunciação) especificam uma condição não para a verdade, mas para a legitimidade de afirmar o conteúdo da apódose.

As condicionais de conteúdo, de acordo com Puente (2009, p. 663), introduzem complementos não necessários (adjuntos) no nível representativo e indicam a circunstância em que a situação se desdobra. Dentro os dois subtipos com que pode se realizar, o primeiro corresponde às orações condicionais prototípicas, que apontam uma condição que, se cumprida, terá como consequência o conteúdo expresso na apódose (se p acontece, segue-se q de maneira lógica); o segundo subtipo, por outro lado, é constituído pelas condicionais que, devido ao contexto, adquirem outros matizes circunstanciais como os de concessão, de causa, de finalidade e de tempo, e cuja efetuação não prejudica a realização da apódose.

No domínio do conteúdo, as condicionais prototípicas expressam uma condição indispensável para o entendimento do conteúdo da prótase e a apódose explicita a consequência da realização dessa condição prévia. Produz-se, genericamente, entre a prótase e a apódose uma relação de dupla implicação (ou de reversibilidade), ou seja, se houver alguma mudança na condicional, há também alguma mudança na apódose:

- (24) *adsequar omnia si propero: si cunctor, amitto* (Cic., Att., 10, 8) (“apanharei todas as coisas, se [me] apresso: se hesito, perco”).
 [apódose: *adsequar* (fii) // prótase: *propero* (pi)]
 [prótase: *cunctor* (pi) // apódose: *amitto* (pi)]

Sobre o grau de integração sintática dessas orações condicionais, Puente (2009, p. 663) esclarece que elas se apresentam menos integradas dos que as completivas. Normalmente, a prótase e a apódose apresentam seus verbos no mesmo modo e no mesmo tempo em decorrência de um paralelismo modal, vinculado à grande interdependência existente entre os dois componentes do período. Como já mencionado anteriormente, o emprego de diferentes modos verbais evidencia variados níveis de hipoteticidade. O falante pode exprimir a relação estabelecida entre o enunciado da sentença condicional e a situação contextual de três formas, independentemente da realidade extralinguística: como possível (com as condicionais reais), como indiferente à verdade (com as condicionais potenciais) ou como falso (com as condicionais irrealis ou contrafactuais). Deve-se ressaltar, por conseguinte, que cada um desses tipos é singularizado por determinadas marcas morfológicas de modo e de tempo em relação ao verbo da prótase.

No que diz respeito às orações condicionais reais, Ernout & Thomas (2002) e Bassols (1992) assinalam que, quando o modo empregado na prótase é o indicativo, o verbo da apódose pode aparecer em subjuntivo ou em imperativo. Entretanto, Puente (2009, p. 664) observa que é bastante provável que essas condicionais pertençam ao domínio epistêmico ou de ato de fala. No exemplo (25), as apódoses estão construídas com as formas verbais no imperativo e as condicionais, em decorrência disso, situam-se no nível do ato de fala:

- (25) *si dormis, expergiscere; si stas, ingredere; si ingrederis, curre; si curris, aduola* (Cic, Att., 2, 23) (“se dormes, desperta; se estás de pé, põe-te a andar; se estás caminhando, corre; se corres, voa”)
 [protáse: *dormis* (pi) // apódose: *expergiscere* (ip)]
 [protáse: *stas* (pi) // apódose: *ingredere* (ip)]
 [protáse: *ingrederis* (pi) // apódose: *curre* (ip)]
 [protáse: *curris* (pi) // apódose: *aduola* (ip)]

Segundo Puente (2009, p. 666), as condicionais de conteúdo podem ainda adquirir pelo contexto um sentido concessivo, causal, final ou temporal. Em muitas dessas construções, as orações introduzidas por *si* aparecem coordenadas com orações tipicamente concessivas ou causais. Nesses casos, é bastante frequente que haja assimetria modo-temporal entre o verbo da prótase e o da apódose:

- (26) *non possum disposite istum accusare, si cupiam* (Cic., Verr., 2, 4) (“não posso acusá-lo regularmente, se eu quiser > mesmo se eu quiser”) [apódose: *possum accusare* (pi) // prótase: *cupiam* (ps)]
- (27) *reliquis diebus si quid erit quod te scire opus sit, aut etiam si nihil erit, tamen scribam cotidie aliquid* (Cic., Quin., 2, 10) (“nos dias restantes, se houver algo que devas saber, ou mesmo se não houver nada, porém, escreverei alguma coisa todo os dias”) [prótase: *erit* (fii) // apódose: *scribam* (fii)]
- (28) *epistulam Caesaris misi, si minus legisses* (Cic., Att., 13, 22) (“enviei a carta de César, caso não tivesses lido > visto que não tivesses lido”) [apódose: *misi* (ppi) // prótase: *legisses* (pms)]
- (29) *qui optime nostros homines nouit, uel quia non nosset, uel si nosset, contemneret* (Cic., Deiot., 23) (“aquele que conheceu bem os nossos homens, ou porque não o tivesse conhecido, ou se o tivesse conhecido, o desprezaria”) [apódose: *contemneret* (pis) // prótase: *nosset* (pms)]

Como se pode notar, nos exemplos (26) e (27) a oração principal é verdadeira independentemente da veracidade da condicional e entre ambos os membros do período há uma incompatibilidade ou um contraste; a sentença com *si* adquire, portanto, um valor concessivo hipotético, equivalente às orações introduzidas por *etiam si* (que pode ser conectivo condicional ou concessivo). Em (27), especificamente, a oração condicional com *si* aparece coordenada com uma oração condicional-concessiva. Também a oração principal é verdadeira de maneira independente da veracidade do conteúdo da condicional quando a oração com *si* adquire valor causal, como acontece em (28) e (29); o que diferencia as concessivas das causais, nesse caso, é a ausência de contraste. Em (29) a condicional com *si* se encontra coordenada com uma oração causal com *quia*.

Conforme Puente (2009, p. 667), existem estudiosos que, no nível dos disjuntos, não estabelecem distinção entre as condicionais epistêmicas e as de ato de fala, denominando-as conjuntamente pseudo-condicionais ou condicionais indiretas. Porém, para a autora, há um tipo específico de condicionais epistêmicas. Essas orações expõem uma condição para que o que está expresso na apódose seja verdadeiro, sem que o locutor se comprometa com a verdade do que a condicional exprime, de modo que se instaura uma relação de inferência dedutiva entre ambas as partes. Esse tipo de condicional se insere na esfera da modalidade epistêmica e, às vezes, pode ser parafraseado por “se é verdade que p...”. Existem alguns subtipos de condicionais epistêmicas: de um lado, há a condicional epistêmica padrão, assimilável a modificadores adverbiais atitudinais, como “talvez”, e a satélite, que especifica a fonte da informação contida na proposição, como “de acordo com”; de outro, há vários usos retóricos das condicionais epistêmicas, tais como as condicionais de realização óbvia:

- (30) *quae est igitur alia praeter mortem? si enim est in exilio, sicuti est, quid amplius postulatis?* (Cic., *Lig.*, 13) (“pois, que outro castigo há, exceto a morte? Ora, se ele está no exílio, como de fato está, o que mais solicitais?”) [prótase: *est* (pi) // apódose: *postulatis* (pi)]
- (31) *tu, si me amas tantum quantum profecto amas, expeditus facito ut sis, si inclamaro, ut accurras* (Cic., *Att.*, 2, 20) (“tu, se [é verdade que] me amas tanto quanto realmente me amas, estejas preparado para vir, se eu te chamar, para que me acudas”)
[prótase: *amas* (pi) // apódose: *sis* (ps)]
[apódose: *sis* (ps) // prótase: *inclamaro* (fpi)]

No exemplo (31), é possível perceber que em um mesmo período aparecem condicionais de domínios distintos. A primeira condicional com *si* pertence ao domínio epistêmico e tem um

uso retórico semelhante ao do exemplo (30); a segunda oração é uma condicional de conteúdo prototípica.

Em relação às orações condicionais de ato de fala, Puente (2009, p. 669) elucida que tais sentenças apresentam uma condição para a relevância ou a adequação da frase-tópico ou de algum elemento dela, de maneira que possam justificar, especificar ou modificar o próprio ato de fala. Nesse sentido, não é estabelecida a relação de causa-efeito de modo estrito e, portanto, essas condicionais não são reversíveis. O cumprimento da hipótese exposta não afeta a realização da apódose semanticamente, mas pragmaticamente. Com certa frequência, essas condicionais se pospõem à apódose ou tomam a forma de orações parentéticas. Do ponto de vista pragmático, podem ser reconhecidos usos cortesês, usos metalinguísticos ou metadiscursivos e usos processurais.

Sobre os usos cortesês, pode-se notar que a prótase torna-se desnecessária pela ótica gramatical, mas permanece pertinente do ponto de vista pragmático, pois que revela o compromisso conversacional. Por meio dela, o falante exhibe pistas para negociar a conversa, por exemplo, sobre o modo como deseja conduzir a interpretação do conteúdo ou sobre a maneira de estabelecer o contato interpessoal. São frequentemente utilizadas as expressões *sis* (= *si uis*) (“se queres”), *si licet* (“se é permitido”), *si placet* (“se agrada”), *si faz est* (“se é possível”):

- (32) *condemnatus est C. Iunius qui ei quaestioni praefuerat; adde etiam illud si placet: tum est condemnatus cum esset iudex quaestionis*, (Cic., *Cluent.*, 89) (“foi condenado C. Iunius que havia sido o juiz do tribunal; acrescenta também aquilo, se te agrada: foi condenado então quando era juiz do tribunal”) [apódose: *adde* (ip) // prótase: *placet* (pi)]

De outra parte, as orações condicionais com usos metalinguísticos são reflexões (e muitas vezes retificações) referentes a termos da apódose. Eventualmente, o comentário assume natureza metadiscursiva e passa a constituir uma reflexão com valor reformulativo sobre a estrutura linguística do discurso:

- (33) *ciues, inquam, si eos hoc nomine appellari fas est* (Cic., *Mur.*, 80) (“cidadãos, digo, se é que possível chamá-los com este nome”) [prótase: *fas est* (pi)]

Por fim, quanto aos usos processurais, percebe-se que a prótase indica as circunstâncias em que a verdade da frase principal é uma informação útil ou relevante. A consequência de a hipótese ser verdadeira deve ser inferida do conhecimento de mundo dos interlocutores, uma

vez que não é explicitada linguisticamente. Assim, no exemplo (34), a consequência implícita de “se tu o procuras”, já que “ele está na sua frente”, é que tu facilmente o encontrarás.

- (34) *siquidem pol me quaeris, adsum praesens praesenti tibi* (Plau., *Most.*, 1075) (“por Pólux, se me procuras, estou aqui presente diante de ti”) [prótase: *quaeris* (pi) // apódose: *adsum* (pi)]

Com base na descrição das orações subordinadas adverbiais condicionais no latim, apresentada nesta seção, já é possível observar, mais detalhadamente, o funcionamento tanto dos conectivos condicionais quanto das construções oracionais, propriamente ditas. Assim, o preâmbulo inicial, delineado a partir da tradição filosófico-gramatical greco-latina, possibilita aproximar as considerações acerca da linguagem, próprias daquele contexto, das sistematizações linguísticas dos estudiosos modernos. Já na contemporaneidade, associam-se as exposições presentes nos compêndios gramaticais tradicionais, muito pautadas em aspectos formais (morfofossintáticos), às proposições dos estudos linguísticos, que perpassam os níveis semântico e pragmático.

Assim, pode-se depreender que interferem no uso das orações condicionais fatores como a ordem dos componentes do período hipotético; a correlação modo-temporal entre as formas verbais da prótase e da apódose; o tipo de conectivo utilizado; os subtipos semânticos das condicionais (reais, potenciais e irreais); e os domínios semântico-pragmáticos (de conteúdo, epistêmico e de ato de fala) de realização das condicionais. Os fatores elencados dialogam de maneira harmoniosa com a abordagem funcionalista de descrição e análise dos fenômenos da linguagem, pela vinculação dos aspectos linguísticos aos elementos extralinguísticos, inerentes às situações reais de interação comunicativa. Por conseguinte, na próxima seção, são expostos os pressupostos que alicerçam a teoria da linguística funcional, seus parâmetros atinentes aos processos de articulação de orações e as concepções funcionalistas que embasam a compreensão acerca da condicionalidade.

3. DA FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Em conformidade com o paradigma funcional de interpretação dos fenômenos da linguagem, a organização do sistema linguístico deve ser examinada não apenas com base em seus aspectos formais, inerentes à sua própria estrutura, mas, principalmente, a partir das funções comunicativas a que se prestam, balizadas pelas motivações de natureza pragmático-discursivas. Sem negar, evidentemente, a sistematicidade da língua, consideram-se, em primeiro plano, os fins a que servem as unidades linguísticas, isto é, buscam-se, por meio de usos reais, as intenções comunicativas que determinam a organização linguística. Desse modo, compreende-se que as expressões linguísticas estão intimamente relacionadas à situação comunicativa em que são utilizadas e que fatores contextuais e situacionais influenciam, sobremaneira, no modo como a língua é codificada.

Nesta seção, apresentam-se os postulados teóricos que sustentam o estudo ora proposto, com o objetivo de delimitar um quadro conceitual, de acordo com o qual se focaliza o funcionamento das orações condicionais. Embora não seja tarefa fácil caracterizar a linguística funcional, dada a diversidade de abordagens existentes, há alguns pontos em comum que a permeiam e que podem caracterizá-la. Assim, expõem-se, primeiramente, os pressupostos teóricos que fundamentam esta pesquisa; em seguida, destacam-se as concepções funcionalistas acerca dos processos de articulação de orações; e, por fim, salientam-se as propriedades sintáticas, semânticas e pragmáticas das orações condicionais.

3.1 Dos pressupostos teóricos funcionalistas

Como já mencionado, a pesquisa aqui empreendida adota pressupostos teóricos de base funcionalista, o que significa assumir que a estrutura linguística é influenciada e, ao mesmo tempo, moldada pelas particularidades discursivas que a motivam. Nesse sentido, parte-se do postulado de que a língua (e a gramática) não pode ser descrita como um sistema autônomo (GIVÓN, 1979; 1995; 2018), como preconizam os estudos formalistas. Por essa perspectiva, a sintaxe é redefinida a partir das funções semânticas e pragmáticas que ela desempenha, isto é, buscam-se os parâmetros comunicativos e cognitivos que motivam e definem os domínios gramaticalmente codificados.

Por levarem em consideração fatores como fins comunicativos, interlocutores e contextos discursivos, os funcionalistas não compreendem a língua como uma entidade independente e uniforme, mas sim como um sistema fluido, uma vez que é constituído ao

mesmo tempo por padrões mais ou menos regulares e por outros padrões que afloram de acordo com as necessidades cognitivas e comunicativas dos falantes. A gramática e o discurso, desse modo, não podem ser separados em áreas isoladas, como propõe o gerativismo, por exemplo. Tais entidades devem ser entendidas como polos de um mesmo *continuum*, visto que espelham certas funções próprias da natureza humana: a necessidade de comunicação e de expressão (discurso) e a pré-disposição à repetição de parâmetros (gramática). As expressões linguísticas passam a ser interpretadas, segundo as seguintes propriedades: (i) as estruturas são mutáveis e podem sofrer variação de acordo com as pressões de uso; (ii) as estruturas não são em sua totalidade arbitrárias; (iii) as estruturas, devido à dinâmica discursiva, são passíveis de reelaborações constantes, por meio de mecanismos e processos de mudanças (CASTILHO, 2012).

De acordo com Hopper (1987), a gramática, entendida como plano emergente do discurso, configura-se a partir da fixação de estratégias oriundas da esfera discursiva. Vale ressaltar, por conseguinte, que as noções de discurso e de gramática nem sempre foram compreendidas da mesma maneira nos estudos funcionalistas. Contudo, compreende-se modernamente, em consonância com Oliveira & Votre, que o conceito de discurso diz respeito às “estratégias criativas dos usuários na organização de sua produção linguística, aos modos individuais com que cada membro da comunidade elabora suas formas de expressão verbal” (2012, p. 158). De outra parte, concebe-se a gramática como “o conjunto das regularidades linguísticas, como o modo ritualizado ou comunitário do uso” (2012, p. 158).

Ao se considerar a gramática como um conjunto de padrões linguísticos regulares, nota-se que esses padrões são passíveis de variação em decorrência das vicissitudes do discurso. Portanto, segundo esta perspectiva teórica, a estrutura linguística é uma variável dependente, resultante das estratégias de organização da informação empregadas pelo falante no ato de interação comunicativa. Desse modo, segundo Pezatti, a análise linguística de base funcionalista, contempla dois tipos de sistemas de regras, reforçados pelas convenções sociais: (i) “as regras que governam a constituição das expressões linguísticas (regras semânticas, sintáticas, morfológicas e fonológicas)” (2005, p. 173); e (ii) “as regras que governam os padrões de interação verbal em que essas expressões linguísticas são usadas (regras pragmáticas)” (2005, p. 173).

Destarte, afirmar que a estrutura linguística é um elemento variável de acordo com o contexto discursivo pressupõe entender que os domínios da sintaxe, da semântica e da pragmática são inter-relacionados e interdependentes. Não basta descrever apenas sintaticamente uma construção ou um elemento gramatical, é necessário investigar as

circunstâncias discursivas que permitem determinado uso. Nesse sentido, por se entender que os três domínios são anteriores e, ao mesmo tempo, basilares para a configuração do sistema gramatical, postula-se que a língua se assenta numa trajetória que vai dos sentidos e das funções contextualizadas para as formas que compõem o repertório gramatical (GIVÓN, 1984; NEVES, 2017).

Tomada como um sistema adaptativo complexo, a língua exhibe caráter gradiente entre suas categorias e variação considerável em todos os seus níveis de análise. A gradiência se refere ao fato de que muitas categorias da língua não são facilmente distinguidas: determinado elemento linguístico, por compartilhar traços de polos categoriais distintos, pode deslocar-se de uma categoria a outra, ao longo do *continuum* linguístico, em um processo de mudança que ocorre ao longo do tempo de maneira gradual. A variação, por outro lado, está relacionada ao fato de que “unidades e estruturas da língua exibem variação no uso sincrônico, normalmente ao longo das trajetórias contínuas de mudança que criam a gradiência” (BYBEE, 2016, p. 18), isto é, um item linguístico pode ter certo aspecto realçado/alterado em um contexto específico de uso, o que possibilita deslizamento de sentido/função e posterior deslocamento do polo categorial inicial. Para tanto, conforme Bybee (2016), deve ser considerada a frequência com que os elementos linguísticos são usados na comunicação, pois que a alta frequência de uso desses elementos conduz à convencionalização e à (re)elaboração do sistema linguístico.

São subjacentes às noções de gradiência e de variação, as concepções de prototipia e de categorização, ambas associadas a aspectos cognitivos. Segundo Rosch (1973), a prototipia (ou prototipicidade) pode ser depreendida como consequência dos atributos próprios da percepção humana. Assim, as classes morfológicas e as categorias sintáticas são entendidas como feixes de traços mais ou menos presentes nessas classes e categorias. Consoante Cunha & Tavares,

O representante prototípico de uma categoria reúne os traços recorrentes de que se compõe essa categoria. Dessa maneira, a classificação é feita através do elemento que exemplifica o protótipo, enquanto os outros pares são classificados considerando as características mais próximas e as mais distantes em relação ao exemplar prototípico. (...) Assume-se, portanto, um fluxo de migração entre as categorias, que são maleáveis e instáveis, como a própria gramática. É a recorrência de uso de um elemento linguístico nos contextos cotidianos de interação que fixa e regulariza um determinado sentido novo ou novo emprego para esse elemento. (2007, p. 26)

Croft (1990) compreende a tarefa da categorização linguística, baseando-se na acepção de protótipo. Assim, a categorização designa um processo de incorporação de um determinado elemento linguístico em dada categoria (morfológica ou sintática, por exemplo). Essa inserção pauta-se no critério de presença daquelas propriedades que definem a própria categoria. Em

outras palavras, pode-se observar que a classificação das categorias linguísticas, concebida pelo modelo de categorização por protótipos, leva em consideração as relações de similaridade e de emparelhamento existentes entre o protótipo e seus congêneres. Como um processo cognitivo, a categorização apoia-se em um procedimento associativo de representações estocadas mentalmente, em decorrência das experiências com a língua (BYBEE, 2016).

Em outro plano funcional, de acordo com Givón (1979, 2018), assume-se que fatores de natureza comunicativa, como o dinamismo comunicativo, o grau de planejamento da produção (oral ou escrita), o monitoramento face a face e o conhecimento pragmático compartilhado interferem na forma linguística. Nesse sentido, conforme Halliday (2004), dado que a gramática organiza as opções de uso, o falante procede às suas escolhas – o que implica seleções simultâneas –, a depender de suas intenções comunicativas. Neves, ao salientar a natureza sistêmica da teoria hallidayana, indica que a interpretação acerca do sistema linguístico se estabelece a partir das “categorias funcionais (ideacional, interpessoal e textual), por onde se vai ao texto, que é o lugar da instanciação do significado potencial que surge nos contextos de uso” (2018, p. 35).

Para Halliday (1978), o potencial de significado é definido em dois níveis contextuais distintos: o contexto de situação e o contexto de cultura. Considera-se contexto de situação “o ambiente imediato no qual o texto está de fato funcionando” (FUZER; CABRAL, 2014, p. 27); por outro lado, o contexto de cultura “relaciona-se ao ambiente sociocultural mais amplo, que inclui ideologia, convenções sociais e instituições” (FUZER; CABRAL, 2014, p. 28). Dessa maneira, nota-se que o texto reflete, em alguma medida, as influências do contexto em que é produzido, seja por meio da atuação das variáveis do contexto de situação sobre a configuração linguística, seja por meio do propósito social delineado pelo contexto de cultura. Esse último contexto refere-se também ao fato de que a convivência em comunidade possibilita que grupos de pessoas desenvolvam, ao longo do tempo, tipos comuns de textos (escritos ou falados), os chamados gêneros textuais, que se firmam em objetivos comunicativos específicos.

Quadro 06 – Planos contextuais (adaptado de Neves, 2018a, p. 69)

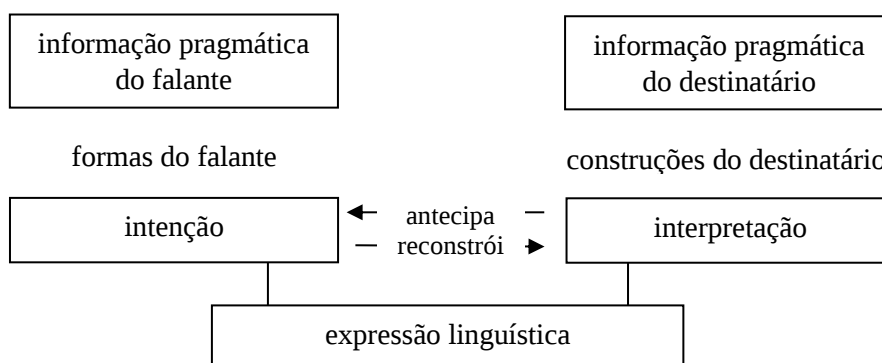
CONTEXTO DE SITUAÇÃO	CONTEXTO DE CULTURA
Mais particular e restrito: concretiza a comunicação em um determinado ambiente.	Mais abstrato e geral: é parte de um sistema social.
“Real”: constitui o modo como se efetivam as possibilidades na língua.	“Potencial”: constitui as possibilidades de produção de sentido na língua.
Ambiente em que se faz a seleção das possibilidades de uso.	Ambiente de desenvolvimento das diversas possibilidades de uso linguístico disponíveis.

Associação com o registro: liga o texto e seu microcontexto.	Associação com o gênero: liga texto e macrocontexto.
--	--

Como se pode notar, no contexto de cultura são definidos os gêneros, enquanto no contexto de situação são definidos os registros. Esses dois fatores atuam sobremaneira na “angulação” e na “moldagem” de cada produção linguística (NEVES, 2018, p. 69). Especificamente em relação ao contexto de situação, pode-se perceber que suas variáveis podem ser identificadas a partir de determinados elementos linguísticos e esse fato está diretamente vinculado às funções que a linguagem desempenha – funções essas nomeadas metafunções por Halliday (2004). As metafunções podem ser compreendidas como as manifestações, no sistema linguístico, das necessidades comunicativas que estão implícitas a todos os usos da língua. Assim, a linguagem serve para a expressão do conteúdo (metafunção ideacional); serve também para estabelecer e manter relações sociais (metafunção interpessoal); e ainda cabe à linguagem possibilitar o estabelecimento de vínculos entre a própria língua e as características da situação em que é usada (metafunção textual).

Por essa mesma perspectiva, Dik (1997) estabelece que, em um paradigma funcional, a língua deve ser concebida como instrumento de interação social entre os seres humanos, usado com o objetivo precípuo de estabelecer relações comunicativas entre os usuários. Em seu modelo de interação verbal, Dik expõe que a expressão linguística é função: (i) da intenção do falante; (ii) da informação pragmática do falante; (iii) da antecipação que ele faz da interpretação do destinatário. Por sua vez, a interpretação do destinatário é função: (i) da expressão linguística; (ii) da informação pragmática do destinatário; (iii) da sua conjectura sobre a intenção comunicativa que o falante tenha tido (Cf. NEVES, 2018, p. 40):

Figura 01 – Modelo de interação verbal, segundo Dik (1997, p. 8)



Para que esse modelo se torne eficaz, Dik (1997) salienta que é necessário distinguir, pelo menos, dois tipos de conhecimento contidos na informação pragmática: (i) o conhecimento prévio (conhecimento que falante e destinatário possuem antes do evento comunicativo) – e que, em grande medida, corresponde à informação do contexto de cultura de Halliday –, que pode ser linguístico ou não-linguístico, relacionado ao conhecimento de mundo; e (ii) conhecimento imediato (conhecimento decorrente da situação comunicativa em si) – que, paralelamente, é correspondente às variáveis do contexto de situação de Halliday. É importante ressaltar ainda que a intenção do falante e a interpretação do destinatário não são estabelecidas pela expressão linguística, mas são mediadas por ela. Desse modo, salienta-se que as escolhas linguísticas realizadas pelos interlocutores estão estritamente concatenadas com a função que assumem no ato interativo e com os propósitos comunicativos.

Pode-se perceber, com base nesse modelo de interação, que o falante organiza as suas expressões linguísticas de acordo com a suposição de conhecimento (informação pragmática) do destinatário sobre o tema abordado, em determinado contexto de comunicação. Assim, o falante, com a intenção de provocar alguma mudança no destinatário, parte, normalmente, de alguma informação que presumivelmente o destinatário já possua, para só então acrescentar a informação considerada pelo próprio falante como mais nova – capaz de possibilitar a modificação desejada. Essa suposição de conhecimento compartilhado, vinculada diretamente à informação pragmática do destinatário, seja na dimensão cognitiva seja, principalmente, na dimensão textual, pode ser configurada por meio do estatuto informacional.

Conforme Chafe (1987), o falante manipula as informações consideradas dadas/novas, como uma estratégia de organização discursiva, na tentativa de compreender o que se passa na mente do seu destinatário. Por uma perspectiva cognitiva, o autor ressalta que o “empacotamento” linguístico do conteúdo enunciado está intimamente relacionado ao estatuto da informação na consciência do falante e do destinatário. Seriam três os estados de ativação das informações – ou, nos termos do autor, dos conceitos (ideias dos indivíduos sobre objetos, eventos ou propriedades) – na consciência dos interlocutores: ativo, semiativo e inativo.⁷¹

(i) ativo é o estado de ativação em que um conceito está regularmente focalizado. Está no foco de consciência do falante, e esse, por sua vez, também estima que o conceito

⁷¹ Antonio sublinha que esses estados de ativação “não se aplicam a todos os elementos de uma oração, mas aos sintagmas nominais, sintagmas verbais e sintagmas adjetivos que codificam as ideias (...)” (2004b, p. 47).

esteja ativo na consciência do destinatário. Na terminologia tradicional, o conceito ativo corresponde à noção de informação dada;

(ii) semiativo é o estado de ativação em que um conceito está na consciência periférica do falante. Há um conhecimento prévio acerca desse conceito, mas não está focalizado diretamente. A estatuto semiativo de um conceito pode ser ocasionado pela desfocalização de um conceito anteriormente considerado ativo (nesse caso, o conceito já precisa ter sido explicitado em algum ponto do discurso) ou pela evocação de um esquema (ou *frame*), em que a menção a determinado objeto, evento ou propriedade emoldura um horizonte de elementos associativos que, a qualquer momento, podem ser instanciados ativamente. Segundo Antonio (2004b), tal estado de ativação não encontra representação na antiga oposição entre informação nova x informação velha e pode ser designado pela expressão informação acessível;

(iii) inativo é estado de ativação em que um conceito está na memória de longo prazo do indivíduo, sem que esteja focalizado diretamente ou periféricamente ativado. Consoante Antonio (2004b), um conceito inativo demanda maior esforço cognitivo para ser ativado, o que gera pausas mais marcadas entre as unidades. Pela terminologia tradicional, o conceito inativo corresponde à noção de informação nova.

Diferentemente da perspectiva cognitivista de Chafe (1987), Prince (1981) aborda a definição do estatuto informacional das entidades do discurso em nível textual, ao considerar a menção inicial a determinado elemento (nova), a disponibilidade de menção a determinado elemento pelo modelo de esquema (inferível) ou ainda a retomada de menção a determinado elemento (evocada). Sua taxionomia diverge daquela apresentada por Chafe (1987) e seu modelo apresenta, de maneira mais aprofundada, subtipos e subclasses para os três tipos de estatuto informacional. Seguindo a associação teórica proposta por Antonio (2004b) e em conformidade com os propósitos desta tese, o estatuto informacional é aqui compreendido à luz da perspectiva textual de Prince (1981), embora não siga a terminologia própria desse autor, e sim a terminologia mais difundida nos estudos linguísticos, a saber: informação nova, informação acessível e informação dada.

Um dos princípios funcionalistas mais relevantes para a análise das tendências de mudança e de estabilização da língua, nas suas mais diversas manifestações de uso, é o de iconicidade. Tal conceito está associado a uma visão dinâmica de língua, na qual entram em

jogo objetivos comunicativos. Compreende-se que a estrutura da língua reflete, de algum modo, a estrutura da experiência. Nas palavras de Neves, “a noção de iconicidade implica, pois, alguma relação entre o mundo (com sua representação conceptual) e o modo de verbalização, e isso na direção do mundo para a linguagem” (2018, p. 152). Ao se considerar a existência de uma força de motivação para a linguagem, a iconicidade manifesta-se por meio da correlação motivada entre forma e função.

Ao se contrariar a relação isomórfica entre forma e conteúdo defendida por Bolinger (1977), assume-se que os usos linguísticos, em fase inicial de funcionamento, tendem a ser essencialmente icônicos e, com o passar do tempo, por meio da convencionalização, tornam-se mais opacos em relação à sua motivação inicial. Desse modo, determinadas estruturas, observadas por um prisma sincrônico, podem revelar certa opacidade quanto aos papéis semânticos e sintáticos que desempenham em seu contexto imediato. É assim que uma forma pode passar a exercer diferentes funções e, de modo oposto, uma mesma função pode ser decodificada por distintas formas (CUNHA; COSTA; CEZARIO, 2003).

A noção de iconicidade mais amplamente utilizada nos estudos funcionalistas diz respeito às motivações icônicas. Tal noção de motivação corresponde ao que Croft (1990) define como correspondência de relação entre as partes. Assim, há um reflexo em nível estrutural das relações análogas existentes no nível semântico. A língua é moldada por pressões do domínio comunicativo e experiencial. Associada ao nível do discurso, conforme Neves, “a iconicidade supõe que a estruturação dos enunciados tenha correspondência com a organização dos fatos” (2018, p. 152).

A iconicidade, aqui abordada em sua versão mais branda, evidencia a ligação existente entre o plano da expressão e o plano do conteúdo, isto é, há correspondência entre a relação das partes em uma estrutura linguística e a relação das partes na estrutura daquilo que está sendo significado. Tal princípio contradiz a hipótese saussureana da arbitrariedade do signo linguístico, pois, na língua, são identificados certos padrões que mantém relação estreita com o sentido que eles designam, a partir de uma motivação de ordem discursiva e/ou pragmática (CROFT, 1990). A arbitrariedade do signo seria consequência do esquecimento das motivações que impulsionaram determinado uso linguístico, em dada sincronia.

Proposto por Givón (1984), o princípio de iconicidade pode ser evidenciado, na superfície textual, por três subprincípios relacionados: (i) à quantidade de informação; (ii) ao grau de integração (ou de proximidade) entre constituintes da expressão e do conteúdo; e (iii) à organização das estruturas na linearidade do enunciado linguístico. Assim, determinado elemento se torna mais icônico na medida em que apresenta maior quantidade de informação,

alto nível de integração dos constituintes e segmentos ordenados de modo linear. De acordo com o subprincípio da quantidade de informação, um texto maior deve expor maior quantidade de informação, visto que, pela relação icônica entre forma e organização do conteúdo, quanto maior a quantidade de informação, maior a quantidade de forma. Conforme o subprincípio da integração (ou da proximidade), a distância linguística entre as expressões corresponde a uma distância conceptual análoga, isto é, os conteúdos cognitivamente mais próximos tendem a estar mais integrados no nível da codificação linguística. Segundo o subprincípio da ordenação linear, “o grau de importância atribuído aos conteúdos de um texto pelo falante, numa determinada situação de interação, determina a ordenação das formas, seja no nível oracional, seja no nível de organização do texto” (NEVES, 2018, p. 156). A autora ainda exemplifica esse subprincípio por meio da oração condicional que normalmente precede a asserção conclusiva da oração nuclear.

No campo dos estudos sobre mudança semântica e gramaticalização, Traugott & Dascher (2002), propõem que tais processos linguísticos podem estar associados às noções de objetividade, subjetividade e intersubjetividade. A perspectiva objetiva corresponde à pretensão do falante em descrever as situações da maneira com que elas se apresentam na realidade. A perspectiva subjetiva, por outro lado, está associada ao falante que, conscientemente, produz uma visão pessoal e subjetiva dos fatos, por meio de recursos linguísticos específicos, capazes de representá-lo no discurso. A perspectiva intersubjetiva, por seu turno, está relacionada à capacidade do falante em dedicar sua atenção ao ouvinte que participa do evento comunicativo.

Considerados os seguintes aspectos que particularizam a teoria funcionalista de interpretação dos fenômenos da linguagem, objetiva-se compreender como os conceitos e os princípios expostos nesta seção podem contribuir para a compreensão acerca dos processos de combinação de orações, de maneira geral, e acerca dos mecanismos de articulação da hipotaxe condicional, em particular.

3.2 Dos processos de combinação de orações

Diferentemente da proposta de classificação tradicional, que costuma caracterizar o processo de articulação de cláusulas⁷² de maneira dicotômica, a perspectiva funcionalista apresenta abordagens variadas para esse tipo de construção, o que parece indicar que o

⁷² Consoante Decat, os termos *cláusula* e *oração* podem ser considerados sinônimos, compreendidos como “qualquer estrutura provida de verbo” (2001, p. 103), mesmo que somente o verbo esteja presente nessa estrutura. Adota-se esse entendimento nesta tese.

fenômeno em exame é um pouco mais complexo do que a tradição descreve. Nesta seção, são expostos alguns aspectos concernentes aos mecanismos de articulação de orações.

Segundo Neves (2010, p. 226), observar a língua sob uma ótica funcionalista implica considerar as categorias linguísticas de modo não-discreto. Desse modo, o corte rígido proposto pela gramática tradicional entre coordenação e subordinação torna-se bastante questionável. Nas palavras da autora,

Há algum tempo vêm os pesquisadores de orientação funcionalista (inclusive no Brasil) desenvolvendo estudos sobre os processos de constituição do enunciado, os quais mostram à exaustão que o rótulo **subordinação**, colocado pela tradição (e pela Nomenclatura Gramatical Brasileira) nesse amplo bloco de construções complexas não pode ser simplesmente e indiscriminadamente definido como designador de construções em que uma oração ‘exerce função sintática em outra’. Só para servir de exemplo, já há mais de vinte anos Givón (1979)⁷³ mostrava o papel determinante que têm as orações do tipo adverbial de marcar o ‘fundo’ (*background*) na organização discursiva, e Chafe (1984)⁷⁴ também mostrava que uma oração adverbial pode entrar no discurso (até como oração independente) simplesmente para servir de pista, de guia (*guidepost*), no fluxo de informação. (2010, p. 227) [grifos do original]

Nota-se que a gramática tradicional, ao longo do tempo, distingue dois tipos de vinculação entre cláusulas – coordenação x subordinação ou parataxe x hipotaxe – associados ou não a um terceiro mecanismo, a correlação. Contudo, tal como exposto acima, esses rótulos não espelham adequadamente a sistematicidade dos tipos oracionais, seja por imprecisão teórica, seja por circularidade na proposição de definições. Na prática analítica, as orações são mecanicamente classificadas como coordenadas ou subordinadas, a partir da aplicação da taxionomia proposta pela tradição.

Entretanto, os estudos mais recentes, sobretudo aqueles associados à perspectiva funcionalista, tendem a abandonar a rigidez dessa dicotomia, com a proposição de um *continuum* que abarque estágios intermediários de integração oracional. Tais estágios são estabelecidos a partir de um conjunto de traços que, quando combinados, são capazes de diferenciar e particularizar os mecanismos de combinação de cláusulas. Segundo Hopper & Traugott (1993), os vínculos entre as orações percorreriam uma trajetória diacrônica: da combinação entre dois núcleos (compreendidos como duas formas do discurso com relativa independência e apresentados sob um mesmo contorno entonacional) poderiam surgir formas cada vez mais complexas de (inter)dependência entre um núcleo e uma margem. Conforme a

⁷³ GIVÓN, T. From discourse to syntax: grammar as a processing strategy. In: _____. **Syntax and semantics: discourse and syntax**. v. 12. New York: Academic Press, 1979, p. 81-112.

⁷⁴ CHAFE, W. L. How people use adverbial clauses. **Annual meeting of the Berkeley linguistic Society**, v. 10, 1984, p. 437-449.

proposição dos autores, essas cláusulas complexas manifestam forte tendência de gradual gramaticalização⁷⁵.

Assim, para Hopper & Traugott (1993), no que tange ao *continuum* de gramaticalização dos processos de combinação de orações, haveria três etapas graduais em sequência crescente de gramaticalização: (i) a parataxe; (ii) a hipotaxe; e (iii) a subordinação. Na parataxe, não há dependência relativa (o vínculo apenas se estabelece para que haja a relação semântica entre as orações) e não há encaixamento (sem que uma oração desempenhe função argumental na outra); na hipotaxe, há interdependência (entre núcleo e margem) e não há encaixamento (a margem funciona como satélite do núcleo, não como argumento); e na subordinação, há dependência completa entre núcleo e margem e há encaixamento (a margem, em função argumental, se insere como um constituinte do núcleo). Assim, com base nos parâmetros de [(in)dependência] e de [encaixamento], os referidos autores propõem o seguinte *continuum*:

Quadro 07 - Dependência e encaixamento entre orações (HOPPER; TRAUGOTT, 1993)

	Parataxe	➤ Hipotaxe	➤ Subordinação
[Dependência]	-	+	+
[Encaixamento]	-	-	+

Assim, na parataxe estão inseridas as sequências oracionais justapostas e coordenadas, em que as orações podem ocorrer por si mesmas, com o *status* de oração-núcleo. As sequências oracionais em que uma oração-margem é incluída em uma oração-núcleo são subordinadas (encaixadas) – são as orações que se caracterizam, de acordo com os parâmetros, pela dependência e pelo encaixamento. Entre esses dois extremos (polos categoriais), situa-se a hipotaxe, em que a combinação de orações se estabelece a partir da (inter)dependência. Os exemplos abaixo ilustram os três processos com diferentes graus de integração entre as orações:

- (a) *nolebas aut non audebas* (Cíc., *Quinct.*, 39) – parataxe
 (“não querias ou não ousavas”)
- (b) *si diceret non crederetur* (Cíc., *Amer.*, 103) – hipotaxe
 (“se tivesse falado, não teria sido acreditado”)
- (c) *equidem suasi ut Romam pergeret* (Cíc., *Att.*, 16, 8, 2) – subordinação
 (“com efeito, aconselhei que se dirigisse para Roma”)⁷⁶

⁷⁵ O termo “gramaticalização”, conforme Hopper & Traugott (1993), pode ser entendido como um processo, por meio do qual itens do léxico e construções, inseridos em determinados contextos linguísticos, podem assumir funções gramaticais e, uma vez convencionalizados, podem vir a desempenhar novas funções gramaticais. Prevê ainda a mudança de estratégias discursivas em estruturas sintáticas.

⁷⁶ Exemplos retirados de Faria (1995).

De acordo ainda com Hopper & Traugott (1993), os critérios de dependência/independência e encaixamento/não-encaixamento estão relacionados a vários fatores, dentre os quais destacam-se o nível de integração e presença/ausência de marca explícita de ligação (como conectivo, por exemplo). A combinação das orações complexas pode ocorrer de diferentes maneiras e a evidência de marca de ligação entre elas pode variar. Nesse sentido, os referidos autores ainda esboçam um esquema que enfatiza as propriedades gradientes existentes em um sistema de polarização entre *parataxe* e *subordinação*:

Quadro 08 – Propriedades gradientes da combinação de orações (HOPPER; TRAUGOTT, 1993)

Propriedades gradientes da combinação de orações		
Parataxe	Hipotaxe	Subordinação
(independência)	(interdependência)	(dependência)
núcleo	-----	margem
integração mínima	-----	integração máxima
ligação explícita máxima	-----	ligação explícita mínima

Conforme a exposição dos referidos autores, na subordinação (nível mais alto de gramaticalização) uma das orações constitui argumento oracional de outra oração. Na hipotaxe, as orações são interdependentes e esse traço diferencia as orações hipotáticas das orações subordinadas. Na parataxe, as cláusulas apresentam independência entre si, não estão integradas e a marca de ligação está explícita. Com base nesse *continuum*, baseado em diferentes propriedades dos períodos complexos, essa proposta permite distinguir as subordinadas substantivas das relativas e das adverbiais.

A evidência de que não existe um fenômeno único de subordinação, e de que existem tipos diferentes de interdependência entre as orações em um enunciado, impulsionou Halliday (1985) a propor um quadro, tendo como base o complexo de orações, capaz de distinguir tipos de orações consideradas subordinadas. De acordo com autor, a interpretação dos elementos de um complexo oracional pode se dar em duas dimensões: a) o da interdependência ou *taxe* (parataxe e hipotaxe); ou b) o sistema das relações lógico-semânticas, as quais emergem da conexão entre as cláusulas.

Na primeira dimensão (no domínio tático) existem dois tipos de interdependência: a paratática – que diz respeito às relações entre elementos de mesmo estatuto, sem dependência entre eles (dimensão de orações simétricas e transitivas) – e a hipotática – na qual o estatuto

dos elementos não é igual, isto é, um elemento depende do outro, pois o modifica (dimensão de orações assimétricas e não-transitivas). A proposta de Halliday parece ir além na compreensão dos processos de articulação de cláusulas ao reforçar a necessidade de se diferenciar o encaixamento das relações táticas. Para o autor, a parataxe a hipotaxe indicam relações que se estabelecem entre orações, ao passo que o encaixamento indica que um constituinte passa a exercer uma determinada função dentro de um grupo oracional.

Já na segunda dimensão, as relações que podem ser estabelecidas entre os membros primário e secundário de uma oração complexa são de dois tipos fundamentais: (i) expansão, em que uma oração pode expandir a outra de três maneiras distintas – por elaboração, por extensão ou por realce; e (ii) projeção, em que uma oração se projeta sobre a outra e funciona correspondendo à própria representação linguística. Conforme o quadro elaborado por Neves (2010, p. 232), pode-se observar a organização da zona referente à expansão, eixo semântico-funcional sob o qual recai o interesse desta pesquisa:

Quadro 10 – O complexo frasal no subsistema de expansão (NEVES, 2010, p. 232)

			Eixo Tático >>	Interdependência
			Parataxe (ou: continuação) - ambas as orações são elementos livres (cada uma é um todo funcional). - a segunda oração faz a expansão (ordem fixa)	Hipotaxe (ou: dominação) - uma oração domina / modifica a outra (há dependência). - A oração dominante é livre, a dependente, não.
EIXO SEMÂNTICO-FUNCIONAL	Expansão	Elaboração =	- coordenadas assindéticas* - justapostas	- relativas explicativas
		Extensão +	- coordenadas sindéticas** (aditivas, alternativas, etc.)	- hipotáticas de adição
		Realce x	- falsas coordenadas*** (com matiz circunstancial: conclusivas, etc.)	- adverbiais
	Projeção	-----		

* eneárias e com mobilidade.

** binárias e com pouca / sem mobilidade.

*** coordenação indicando circunstância (semelhante às adverbiais).

Diferentemente do *continuum* de integração de orações proposto por Hopper e Traugott (1993), Halliday (1985) observa a subordinação (encaixamento) como um mecanismo em que não são estabelecidas relações lógico-semânticas. Interessa, de modo mais particular, para este estudo a combinação entre a expansão por realce e a hipotaxe, campo das orações conhecidas tradicionalmente como adverbiais. Nesse caso, a oração dependente expande a outra e passa a expressar as noções circunstanciais, dentre as quais se ressalta a de condição.

Com o objetivo de superar dicotomias como dependência/independência e coordenação/subordinação, por meio da distinção entre níveis de articulação de cláusulas, Matthiessen & Thompson (1988), procurar diferenciar, sob uma perspectiva discursiva, de um lado as orações denominadas relativas e substantivas, e de outro as orações chamadas de adverbiais. Nesse sentido, as orações encaixadas podem modificar um nome inserido em um sintagma nominal, como é caso das relativas restritivas, ou podem integrar a estrutura argumental de um verbo ou de um nome, como acontece com as orações completivas. Por seu turno, as orações tradicionalmente reconhecidas como adverbiais envolvem algum tipo de relação circunstancial, como, por exemplo, condição e se realizam por meio de uma combinação entre orações.

Há dois tipos de relação que podem ser estabelecidas entre orações ou entre porções maiores do texto: aquelas do tipo listagem, na qual nenhum membro do par é auxiliar daquele com que se relaciona, isto é, as duas porções oracionais ou textuais têm o mesmo estatuto; e aquelas do tipo núcleo-satélite, na qual uma porção é ancilar da outra, ou seja, os dois membros oracionais e/ou textuais não possuem o mesmo estatuto.

É importante reforçar que, segundo os autores, essas relações não se restringem e não podem ser definidas apenas em nível sentencial. Por adotarem uma perspectiva discursiva, eles argumentam que as orações hipotáticas explicitam a gramaticalização da estruturação hierárquica do discurso. Em todo texto, algumas porções textuais são mais centrais no que diz respeito à importação da informação, e outras são mais periféricas. Da mesma maneira, na hipotaxe, considerada a relação do tipo núcleo-satélite, as orações circunstanciais tendem a refletir a informação mais periférica diante da oração nuclear. Para esses autores, por conseguinte, as relações entre as orações refletem a organização do discurso.

3.3 Das orações hipotáticas adverbiais condicionais

Variadas são as perspectivas que podem ser adotadas para que se possa discutir a noção de condicionalidade. Desse modo, a definição e a caracterização desse tipo de construção oracional poderiam perpassar autores como Ducrot (1972), Haiman (1978), Comrie (1986), Dik (1990), Dancygier (1998), Neves, (2011), Gryner (1990), Hirata-Vale (2005), Oliveira (2008), dentre outros. Desde a tradição greco-latina, como se pode observar na segunda seção deste estudo, estudiosos ligados à filosofia, à lógica, à retórica e à gramática têm se debruçado sobre a essência e a forma de expressão da condicionalidade.

Em linhas gerais, a concepção mais tradicional e comum encontrada acerca das orações condicionais associa-a a uma oração subordinada (dependente), que evidencia uma relação lógico-semântica que poderia ser expressa, denominando-se **p** à prótase (normalmente anteposta) e **q** à apódose:

“se **p**, **q**” → “**p** verdadeiro e **q** verdadeiro”.

Segundo Neves (2011, p. 832), a construção condicional apoia-se, em seu sentido básico, em uma hipótese, motivo pelo qual os períodos que possuem orações condicionais são chamados de hipotéticos. Considerando-se a relação instaurada entre um conteúdo da oração condicionante (prótase) e o conteúdo da oração condicionada (apódose), com respaldo de Neves (2011), Comrie (1986) e Dancygier (1998), pode-se formular que:


 Oração 1 – condição para a realização
 Oração 2 – consequência / resultado da realização da condição anunciada

A inserção das orações condicionais no grupo das orações subordinadas, no que diz respeito aos processos sintáticos de composição do período, é uma visão amplamente contestada por estudiosos do modelo teórico funcionalista, como se pode observar nos trabalhos de Hopper & Traugott (1993), Halliday (1985) e Matthiessen & Thompson (1988) assinalados anteriormente. Assim, segundo tais teóricos, a oração condicional pertenceria ao eixo intermediário – entre a parataxe e a subordinação – denominado hipotático, no *continuum* de articulação de cláusulas. Essas orações se materializariam por meio de uma relação núcleo-satélite, em que, discursivamente, a condição tenderia a desempenhar papel periférico. No que tange às relações da esfera semântico-funcional, as cláusulas condicionais se caracterizariam por produzir uma expansão por realce, visto que podem expandir o conteúdo da oração nuclear, acrescentando-lhe a circunstância da condicionalidade.

Por uma perspectiva mais ligada à lógica, Comrie (1986) informa que a noção de condição se insere na zona maior da causalidade, visto que o conteúdo enunciado na prótase configura-se como causa, para a consequência veiculada na apódose, o que exige uma relação estreita entre **p** e **q**. Para esse autor, existe uma sequenciação lógica que organiza a causa em primeiro lugar e a consequência em seguida:

- I. *Se o gelo for deixado ao sol, ele derrete.*

II. *Se ele ronca, dorme.*

Entretanto, tal relação de causalidade não pode ser sustentada em todos os tipos de construções condicionais, como já observara Haiman (1978). Em alguns casos, por interferência de fatores discursivos e pragmáticos, não é possível que seja proposta uma leitura do tipo causa-consequência. Para Comrie (1986) usos como os abaixo listados devem ser considerados atípicos por não serem representativos da noção de condicionalidade *stricto sensu*:

III. *Se você estiver com fome, tem comida na geladeira.*

IV. *Se você me permite, posso fazer uma pergunta indiscreta?*

Levando-se em consideração os diversificados estudos realizados acerca das construções condicionais, em língua vernácula (NEVES, 2011; OLIVEIRA, 2008; HIRATA-VALE, 2005; GRYNTER, 1990; 1995, dentre outros)⁷⁷, parte-se do pressuposto de que nem sempre o período hipotético se constrói embasado em uma relação de causa e consequência. Em outros termos, compreende-se que a relação de condicionalidade nem sempre implica uma relação de causalidade lógica, visto que pode estar relacionada à relevância comunicativa de um ato de fala ou mesmo estar ancorada em um valor de verdade, como acontece, respectivamente, em:

V. *Se você quiser, posso entregar o trabalho para você.*

VI. *Se não me engano, aquele ali é o Luís.*

Ao se retomar a concepção formular, apresentada por Neves (2011), de que a oração 01 (prótase) é a condição para a realização da oração 02 (apódose) que denota a consequência / o resultado da resolução da condição anunciada, a autora, evidenciando os três subtipos de orações condicionais expõe que o resultado, na oração 02, se resolve a partir: (a) da realização / fato – considerado o subtipo semântico factual; ou (b) da não realização / não fato – compreendido como o subtipo semântico contractual; ou (c) da realização eventual / fato eventual – assimilado como o subtipo semântico potencial. Assim, a partir dessa constatação, já se percebem três grupos de construções ligadas a uma oração condicionante:

⁷⁷ Citam-se aqui, especialmente, os estudos que descrevem as estruturas condicionais em língua vernácula, em virtude da sua vinculação histórica com o latim, objeto de investigação nesta tese.

- (a) “dada a realização / a factualidade da **oração condicionante**, segue-se, necessariamente, a realização / a factualidade da **oração condicionada** (NEVES, 2011, p. 832):

VII. *SE tudo está desse jeito, eu não posso confiar!*

- (b) “dada a não realização / a não factualidade da **oração condicionante**, segue-se, necessariamente, a não realização / a não factualidade da **oração condicionada**” (NEVES, 2011, p. 832):

VIII. *Pois olhe, SE o Natel tivesse escolhido o secretariado logo que saiu a indicação, a essas horas ele seria o governador eleito de São Paulo.*

- (c) “dada a potencialidade da oração condicionante, segue-se a eventualidade da **oração condicionada**” (NEVES, 2011, p. 832-833):

IX. *Quer dizer que, SE eu chegar às nove, a revista vai vender de novo, os anunciantes vão voltar, vai ser uma beleza!*⁷⁸

Pode-se perceber, portanto, com base nos exemplos elencados, que a oração condicional, quando anteposta, explícita, de modo geral, um conhecimento partilhado entre o falante e o ouvinte, e, desse modo, passa a constituir uma base para assentar a porção seguinte do discurso (Cf. NEVES, 2011, p. 834). A prótase funciona, nesse caso, como uma moldura de referência para o conteúdo da oração condicionada, o que, em nível pragmático, corresponde a noção de tópico discursivo. Destarte, é possível invocar o princípio da iconicidade que parece favorecer essa anteposição da prótase, prevendo-se que, em termos discursivos, enuncia-se primeiramente o tópico, isto é, aquela porção do discurso sobre a qual algo é comentado, para, na sequência, se enunciar o comentário, ou seja, aquilo que se diz acerca do tópico.

Essa visão claramente ancorada na associação proposta por Haiman (1978) entre tópico, concebido como informação dada, e oração condicional, parece contrariar a noção de que as orações hipotáticas adverbiais (condicionais), em geral, constituem o fundo sobre o qual o discurso se constrói. Nesse caso, em concordância com Wakker (1996) e Dik (1997), assume-se que, em relação à sua função na organização do discurso, as orações condicionais podem veicular tanto informação nova, como informação dada.

Quanto ao seu conteúdo semântico e pragmático, entende-se que as orações condicionais podem assumir diferentes configurações. Segundo Sweetser (1990), a relação

⁷⁸ Exemplos VII, VIII e IX retirados de Neves (2011).

condicional pode estar ancorada em três domínios: (i) de conteúdo; (ii) epistêmica; e (ii) de ato de fala. Assim, as construções condicionais do domínio do conteúdo envolvem relações entre estados-de-coisas ou eventos que ocorrem em algum mundo real ou possível. Nesse sentido, a realização do estado-de-coisas ou do evento contido na apódose depende da realização do estado-de-coisas ou do evento contido na prótase (como em X). As construções condicionais do domínio epistêmico, por sua vez, englobam as relações que ocorrem entre conteúdos proposicionais ou fatos possíveis. Dessa maneira, a validade do conteúdo veiculado pela apódose é dependente da validade do conteúdo expresso pela prótase. Há uma relação de implicação epistêmica (como se observa em XI). Já as construções condicionais do domínio do ato de fala correspondem à camada das frases, na qual a relação se estabelece entre atos de fala. Assim, a relação estabelecida entre as orações nesse domínio é de adequação do ato de fala, ou seja, a prótase válida, em termos de adequação pragmática, o ato de fala expresso na apódose (como se nota em XII).

X. *If Mary goes, John will go.*
Se Mary vai, John irá.

XI. *If she is divorced, she's been married.*
Se ela é divorciada, ela foi casada.

XII. *There are biscuits in the side board if you want them.*⁷⁹
Tem biscoitos no armário se você quiser.

A depender do conectivo que introduz as orações hipotáticas condicionais, essas orações podem manifestar diferentes sentidos. Neves (2011), descrevendo o português, contempla essa variação de sentido estabelecida pelas diferentes conjunções e locuções conjuntivas. A autora ainda explicita que em alguns casos a “condição necessária e suficiente pode manifestar-se com a inversão da polaridade, isto é, com a condicional introduzida pela fórmula negativa (a não ser que, a menos que)” (NEVES, 2011, p. 845). De maneira mais sistematizada, Visconti (1996), ao abordar as locuções conjuntivas do inglês e do italiano, sugere uma distinção tripartite para as locuções conjuntivas condicionais e as classifica como: (a) conjunções condicionais hipotéticas; (b) conjunções condicionais restritivas positivas; e (c) conjunções condicionais restritivas negativas. Para tanto propõe as seguintes leituras:

⁷⁹ Exemplos X, XI e XII retirados de Sweetser (1990).

- (a) considere a realização/verdade/adequação pragmática da oração nuclear no caso da realização/verdade/adequação pragmática da oração de matiz condicional (Cf. OLIVEIRA, 2008, p. 76):

XIII. *Se ele for, eu vou.*

- (b) considere a realização/verdade/adequação pragmática da oração nuclear (apódose) na **condição única** da realização/verdade/adequação pragmática da oração condicional (prótase) (Cf. OLIVEIRA, 2008, p. 74):

XIV. *Somente se ele for, eu vou.*

- (c) considere a realização/verdade/adequação pragmática da oração nuclear **na condição única da não** realização/verdade/adequação pragmática da oração de matiz condicional (Cf. OLIVEIRA, 2008, p. 75):

XV. *A não ser que ele vá, eu vou.*⁸⁰

No que diz respeito às particularidades das construções condicionais, Neves (2011) assinala que em determinadas construções condicionais pode ocorrer a elipse da apódose, isto é, o período hipotético não explicita a oração nuclear. Nesse caso, o falante configura a moldura de referência condicional, mas deixa sob a responsabilidade do ouvinte o preenchimento do conteúdo emoldurado (a oração nuclear). Esse conteúdo tem de ser resgatado pelo ouvinte com base no seu conhecimento, na sua experiência, na situação comunicativa, como se pode observar em XVI:

XVI. *Hoje eu acreditei no amor dele! Ah, se fosse sempre assim.*⁸¹

Associando o estudo das fórmulas de polidez ao estudo das orações condicionais, Oliveira (2009) ressalta que as orações condicionais de polidez fazem um uso específico das propriedades formais das cláusulas condicionais, o que reforça a premissa funcionalista de que a expressão linguística deve ser observada em relação ao uso que os falantes fazem dela. Para a autora, as condicionais de polidez podem atuar em dois domínios, no epistêmico e no de ato de fala. No primeiro caso, as cláusulas condicionais de polidez diluem “o valor de verdade da proposição enunciada pela oração núcleo, promovendo, assim, o distanciamento entre o falante

⁸⁰ Exemplos XIII, XIV e XV retirados de Oliveira (2008).

⁸¹ Exemplo XVI retirado de Neves (2011).

e seu enunciado, evitando conflitos futuros caso seja contestada a falsidade dessa proposição (OLIVEIRA, 2009, p. 380):

XVII. (...) ***se eu não me engano**, ele é o presidente do, associação ou sindicato dos surdos e mudos.*

No segundo caso, as cláusulas condicionais de polidez pertencentes ao domínio do ato de fala são empregadas para “modificar a força ilocucionária do ato expresso pela oração núcleo. Essa modificação, por causa da hipoteticidade expressa pela oração condicional, acarreta a atenuação desse ato, que, em geral é uma sugestão, oferta, pedido, asserção etc.” (OLIVEIRA, 2009, p. 378):

XVIII. (...), ***se vocês permitirem** eu só vou faze(r) uma uma observação que para mim é bastante importante (...).*⁸²

Dadas as observações expostas nesta parte da seção, é importante considerar que a noção de condicionalidade não pode ser reduzida apenas à descrição do seu núcleo prototípico e nem à simples identificação do conectivo que introduz tal oração, mas deve, sobretudo, explicar os efeitos a conformação dos elementos que integram, com propriedades morfossintáticas, o período hipotético. A partir dos exemplos indicados sobre a função de polidez desempenhada pela oração condicional, pode-se ainda considerar que tais construções podem indicar diferentes graus de subjetividade e/ou intersubjetividade nos eventos descritos.

⁸² Exemplos XVII e XVIII retirados de Oliveira (2009).

4. DOS PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Considerando que a produção do conhecimento científico é fundamental para desenvolvimento da humanidade e que as reflexões, as conjecturas e as observações propostas a partir de um dado fenômeno real – neste caso, particularmente do âmbito da linguagem – precisam estar bem fundamentadas e especificadas, torna-se necessário expor o percurso metodológico desta pesquisa. Caracterizada como de natureza qualitativa, cuja relevância está no aprofundamento da análise dos dados e na descrição dos usos, esta pesquisa pauta-se em uma abordagem que não tem por finalidade propor generalizações acerca do Latim Clássico ou mesmo da prosa ciceroniana, e sim mapear as regularidades de uso de conectivos e os aspectos linguísticos associados ao processo de combinação de orações, tanto a partir de parâmetros gramaticais quanto das relações lógico-semânticas evidenciadas em decorrência dos distintos fins comunicativos. Embora não seja o intuito principal deste estudo, dados estatísticos, próprios de um estudo quantitativo, são explicitados à medida que possam sugerir padrões funcionais de uso, associados ao gênero textual utilizado.

De acordo com Lincoln & Guba (2006), pode-se diferenciar uma pesquisa positivista de uma qualitativa por meio de um conjunto de crenças ontológicas, epistemológicas e metodológicas que orientam as ações do pesquisador. Assim, consoante Guba, crenças ontológicas dizem respeito à “natureza do que é conhecível ou da ‘realidade’” (1990, p.18); crenças epistemológicas se referem à “natureza da relação entre o conhecedor (o pesquisador) e o conhecido ou conhecível” (1990, p.18); e as crenças metodológicas estão relacionadas ao modo “como o pesquisador deve buscar o conhecimento” (1990, p.18). Esta pesquisa, portanto, se insere em um dos paradigmas de base qualitativa, a saber, o pós-positivista, que leva em consideração: (i) a crença ontológica do realismo crítico, cuja realidade apreensível tem como parâmetro de análise a plausibilidade; (ii) a crença epistemológica do objetivismo⁸³ modificado, cujas “descobertas” passam a ser classificadas como provavelmente verdadeiras; e (iii) a crença metodológica da manipulação⁸⁴, por meio da qual são propostas variáveis, articuladas pelo pesquisador, na tentativa de descrever um determinado fenômeno em sua totalidade.

Quanto à postura epistemológica, esta pesquisa ancora-se em uma filosofia de base interpretativista. Schwandt esclarece que “[...] o que diferencia a ação (social) humana do

⁸³ O termo “objetivismo” aqui está muito mais relacionado ao rigor científico usado na condução do percurso metodológico (estabelecimento de parâmetros e critérios, por exemplo) do que na natureza do objeto de pesquisa e na observação do pesquisador.

⁸⁴ Nesta pesquisa, trata-se de uma manipulação “ponderada”, uma vez que não se trabalha com métodos experimentais, em contextos de produção controlados.

movimento dos objetos físicos é o fato de a primeira ser inerentemente significativa” (2006: 195). O referido autor compreende que há muitos jogos executados através da linguagem. “Cada um desses jogos possui regras ou critérios próprios que o revestem de significado a seus participantes. Raciocinando por analogia, podemos dizer que a ação humana, assim como a fala, é um elemento de comunicação governado por regras” (SCHWANDT, 2006: 197). Nesse caso, ao se levar em consideração objetivos comunicativos em uma análise, objetivos esses pautados nas intenções dos interlocutores, concede-se significação por parte do falante/escritor ao elemento linguístico. Nesse sentido, não basta identificar construções linguísticas e agrupá-las a partir de um dado critério, torna-se imperioso analisar e interpretar, em cada construção linguística destacada, traços contextuais relevantes de acordo com o uso. A compreensão de que variáveis distintas podem agir de maneira diversa para que determinada forma apareça e seu uso se torne mais regular é condição *sine qua non* nesta pesquisa.

Vale ressaltar ainda que, por estar de acordo com um paradigma investigativo pós-positivista, esta pesquisa adota uma postura moderada no que tange à interpretação do pesquisador. Saliente-se que, por esse prisma, a capacidade de compreensão do observador, embora esteja entrelaçada com a sua história e com o seu comportamento social, traços intrínsecos e não descartáveis, ampara-se na habilidade de articulação de variáveis para a interpretação do fenômeno, sem que suas crenças, identidades e ideologias sejam colocadas em primeiro plano na análise. Herda-se, portanto, um modelo de observação mais objetivo que visa, para além do estabelecimento de relações de causa e consequência entre um fenômeno antecedente e um fenômeno consequente (BORTONI-RICARDO, 2008), compreender que os aspectos imbricados na realização linguística são derivados das intenções comunicativas do sujeito-falante e do contexto situacional. A objetividade desse modelo respalda-se na própria materialidade linguística instaurada sem a interferência direta do pesquisador.

No que diz respeito a metodologia empregada nesta pesquisa de base funcionalista, concorda-se com Bryman (1998), em relação aos objetivos do pesquisador. Segundo o autor, é necessário que haja uma preocupação em: a) oferecer uma descrição detalhada do objeto de análise; b) compreender o contexto em que o objeto analisado ocorre; e c) considerar como os conceitos surgem a partir dos dados, e não *a priori*. Como já mencionado, com o propósito de aprofundar o conhecimento sobre o objeto de análise, o método misto, que consiste na combinação de elementos das abordagens qualitativa e quantitativa é empregado (JOHNSON *et al.*, 2007; CUNHA LACERDA, 2016).

De fato, não é possível afirmar que exista uma metodologia mais apropriada para as pesquisas que se sustentam sob o aporte teórico dos pressupostos funcionalistas. Deve-se levar

em consideração o fenômeno linguístico a ser analisado, bem como os conceitos teóricos mobilizados para, a partir disso, delinear um quadro metodológico. Contudo, é inerente aos estudos que adotam tal perspectiva a observância de usos linguísticos reais, seja da modalidade escrita, seja da modalidade falada. Tal constatação revela que a metodologia adequada para uma análise funcionalista deve ponderar todas as variáveis atinentes à natureza multiforme da escrita e da fala, sem o intuito de propor a interpretação correta, e sim uma interpretação válida, a partir da mensuração dos componentes selecionados para a análise.

Deve-se mencionar ainda a necessidade de observação dos fenômenos linguísticos sem desconsiderar o contexto comunicativo em que ocorrem. Esse contexto, a partir das noções de contexto de cultura e de registro, propostas por Halliday (1978), engloba tanto os aspectos culturalmente compartilhados, como o gênero textual empregado ou o tratamento concedido a um senador, por exemplo, quanto os elementos que se inserem em determinada situação comunicativa, como o motivo de elaboração de um discurso acusatório ou o nível de intimidade entre os interlocutores, por exemplo. Além disso, uma metodologia funcionalista, preocupada em investigar os objetos linguísticos de modo holístico, deve abranger fatores de diferentes níveis de análise. Assim para além dos aspectos formais, é fundamental considerar as dimensões contextual, cognitiva e pragmática (ROSÁRIO, 2015), no exame das construções hipotáticas condicionais conectivas, objeto desta pesquisa.

4.1 Da caracterização do *corpus*: as Catilinárias de Cícero

Posto que, nesta pesquisa, a hipotaxe adverbial é examinada em texto escrito, apontam-se, em seguida, características típicas do gênero textual *discurso de acusação* e salientam-se particularidades relacionadas ao seu contexto de circulação (Roma Antiga – Século I a. C.) e ao seu autor (orador romano Cícero). Após tal exposição, são elencados os procedimentos de coleta dos dados, os parâmetros para a segmentação das unidades de análise e o tratamento concedido aos dados coletados, por meio de ferramentas computacionais.

As Catilinárias são compostas por quatro discursos, tendo sido o primeiro e o último proferidos diante do Senado e os dois restantes para o povo. Segundo Von-Albrecht (1997), nos discursos destinados ao povo, Cícero expõe os acontecimentos, enquanto nos discursos proferidos diante do Senado o orador argumenta de modo mais eloquente, pois é por meio da argumentação que o mesmo pode influenciar na decisão dos senadores. Logo, pode-se

pressupor que além do gênero textual ter natureza formal, o público a que o discurso estava destinado também poderá interferir em seu nível de formalidade.

Conforme Citroni *et al.* (2006), após desmascarar perante o senado as manobras do exército de Catilina, Cícero conseguiu que fosse declarado o *senatus consultum ultimum*, pelo qual os cônsules passavam a dispor de plenos poderes. Contra Catilina, o cônsul Cícero ainda não dispunha de provas concretas capazes de gerar a condenação dele, havia apenas revelações em privado. O primeiro discurso de acusação é proferido em 8 de novembro de 63 a. C., após a convocação do senado para o Templo de Júpiter Stator, no Palatino. O segundo discurso, proferido no dia seguinte, é direcionado ao povo romano e, nele, Cícero constrói uma imagem feroz de Catilina, embora o mesmo não estivesse presente, uma vez que havia deixado a cidade de Roma, logo após o pronunciamento do primeiro discurso. Após Cícero ter recebido as cartas em que os conspiradores convidavam uma delegação dos Alóbroges para apoiar militarmente a iniciativa de conspiração, em Roma, ele convoca de urgência o senado para uma assembleia no dia 3 de dezembro. O terceiro discurso é proferido para o povo romano, logo após a reunião com os senadores. Nesse discurso, Cícero tece muitos elogios à sua própria figura (por isso, ficou também conhecido como auto-elogio de Cícero). O quarto e último discurso foi proferido no senado, apenas para os senadores. Nele, Cícero, após expor e discutir as hipóteses sobre a sorte dos conspiradores, decide-se por condená-los à morte, que viria a ser executada imediatamente.

Quadro 11 - Estrutura dos Discursos: Catilinárias (63 a. C.) Adaptado de Dyck (2008)

<i>In Catilinam Oratio Prima</i>	
(discurso pronunciado para o senado, em 8 nov. de 63 a. C.)	
I. Exordium: [§ 1-2]	
A situação paradoxal atual (da República)	
• segurança reforçada • sobrevivência de Catilina e sua participação nas deliberações do Senado	
II. Digressio I: [§ 3-6]	
Os precedentes históricos que contrastam com a falta de ação atual	
• P. Scipio > Tiberius Gracchus • C. Servilius Ahala > Sp. Maelius • L. Opimius > C. Gracchus • C. Marius, L. Valerius > L. Saturninus, C. Servilius • Atuais cônsules > Catilina 1. perigo para o estado a. na Etrúria b. na cidade 2. potencial acusação de crueldade	
III. Narratio: [§ 7-10(L.4)]	
Os planos dos conspiradores	
• previsão de Cícero sobre a ascensão de C. Manlius em 27 out. • plano para matar os principais cidadãos em 28 out. • plano para ocupar a cidade de Preneste em 1º nov.	

• encontro na casa de Laeca na noite de 6-7 nov. 1. divisão da Itália entre os conspiradores 2. plano para assassinar Cícero
IV. <i>Argumentatio</i>: [§ 10(L.5)-27(L.3)] O pedido para que Catilina deixasse Roma • por ser uma questão de interesse público 1. ataques a Cícero individualmente 2. ataque a todo o estado • por não haver nada que justificasse a permanência dele em Roma 1. a sua desgraça doméstica 2. a ruína de sua fortuna 3. a trama do último dia de dez. 66 a. C. 4. as conspirações contra Cícero 5. ele é evitado no senado • apelo de Roma a Catilina • Catilina em custódia voluntária • exigência de Catilina para que o assunto fosse submetido à votação • partida de Catilina 1. possível <i>invidia Ciceronis</i> 2. preparativos de Catilina
V. <i>Digressio II</i>: [§ 27(L.4)-32] O apelo de Roma a Cícero por ação e a resposta dele • senado dividido • solução: partida de Catilina e seus seguidores
VI. <i>Peroratio</i>: [§ 33] • nova chamada para a partida de Catilina • profecia de que Júpiter protegerá Roma e punirá seus inimigos
<i>In Catilinam Oratio Secunda</i> (discurso pronunciado para o povo, em 9 nov. de 63 a. C.) (p. 125)
I. <i>Exordium</i>: [§ 1-2] A partida de Catilina de Roma e as suas consequências
II. <i>Narratio + Refutatio</i>: [§ 3-16] Antecipação dos seguintes argumentos • resposta aos críticos insatisfeitos com o fato de Catilina ter sido autorizado a escapar 1. as medidas severas não estão de acordo com os tempos 2. os conspiradores que deixaram a cidade não são aterrorizantes 3. um aviso para aqueles que permanecem • apoiadores restantes de Catilina 1. pedido para que eles sigam Catilina 2. caráter desses apoiadores a. pessoas dissolutas b. jovens corruptos c. devedores d. gladiadores e atores 3. mudança das suas <i>libidines</i> da esfera privada para a pública 4. Cícero se oferece como líder em uma guerra contra inimigos domésticos Cícero não forçou Catilina ao exílio • eventos do dia anterior 1. tentativa de assassinato de Cícero 2. reunião do senado, incluindo o relato de Cícero sobre os preparativos de Catilina • afirmação de que Catilina está se exilando em Marselha 1. Cícero não acredita 2. três reações ao exílio de Catilina: esperança, medo e reclamação
IV. <i>Argumentatio</i>: [§ 17-27] Os seguidores de Catilina • categorização 1. os devedores ricos

2. os politicamente ambiciosos 3. os veteranos de Sila 4. os que não fazem o bem (de natureza variada) 5. os criminosos 6. os jovens imorais • as forças de ambos os lados comparadas • as contramedidas de Cícero • aviso
V. Peroratio: [§ 28-29] • a promessa de Cícero sobre a condução da guerra • base para confiança: sinais dos deuses
<i>In Catilinam Oratio Tertia</i> (discurso pronunciado para o povo, em 3 dez. de 63 a. C.) (p. 165-166)
I. Exordium: [§ 1-3(L.4)] A salvação da cidade é anunciada
II. Narratio: [§ 3(L.5)-15] • a preocupação de Cícero em fornecer provas palpáveis da conspiração • uma trama envolvendo os Alóbroges e as contramedidas de Cícero 1. P. Lentulus tenta recrutar os Alóbroges para a conspiração 2. partiram com T. Volturcius, o último a levar cartas para Catilina 3. os pretores L. Flaccus e C. Pomptinus se estabeleceram com uma força perto da ponte Milvia 4. confronto sem sangue entre os dois grupos; cartas obtidas e traidores aprisionados 5. principais conspiradores são convocados por Cícero 6. reunião do senado convocada para considerar as evidências 7. o arsenal dos conspiradores, encontrado na casa de Cethegus • a reunião do senado 1. Volturcius, concedida a imunidade, testemunha os planos dos conspiradores 2. o testemunho dos Alóbroges acrescenta detalhes sobre o papel deles e as esperanças e as discordâncias dos conspiradores 3. os conspiradores são confrontados com as cartas a. Cethegus fica em silêncio b. Statilius, e depois de alguma insistência, Lentulus confessam c. leitura da carta composta por Lentulus para Catilina d. Gabinius não nega as acusações 4. a resolução do senado a. agradecimentos a Cícero, Flaccus, Pomptinus e C. Antonius b. os quatro indivíduos presentes devem ser mantidos em custódia; o mesmo é decretado para os outros cinco <i>in absentia</i> c. uma <i>supplicatio</i> é decretada em favor dos deuses d. Lentulus abdica da pretura
III. Argumentatio: [§ 16-22] • a essencial partida de Catilina 1. Catilina possui energia, eficiência, motivação sem igual entre os conspiradores 2. tal sucesso, sem sangue, dificilmente seria possível se ele tivesse permanecido em Roma • sinais da providência divina 1. declarações sobre os prodígios que envolvem os fenômenos naturais (como os relâmpagos) em 65 a. C. a. expiações especiais realizadas b. uma nova e maior estátua de Júpiter a ser feita voltada para o leste 2. a estátua foi concluída e erguida neste dia 3. Cícero nota uma providência divina subjacente aos eventos do dia
IV. Peroratio: [§ 23-29] • convocação aos cidadãos para que participem da realização da <i>supplicatio</i> • comparação desta crise com casos anteriores de conflito civil • recompensa de Cícero: a memória deste dia 1. comparação de si mesmo com líderes militares em geral, e com Pompeu em particular 2. apelo aos cidadãos para a proteção futura 3. compromisso de Cícero para com o futuro • Cícero incita os cidadãos a irem para casa e a continuarem suas preocupações

In Catilinam Oratio Quarta

(discurso pronunciado para o senado, em 5 dez. de 63 a. C.) (p. 209-210)

I. Exordium: [§ 1-6]

- o perigo pessoal de Cícero deve ser desconsiderado
 1. ele esteve sujeito a várias armadilhas
 2. ele está preparado para enfrentar qualquer fortuna para garantir a segurança de Roma
 3. os pedidos de sua família impelem-no ao desejo de garantir segurança aos seus e aos outros
- a questão atual
 1. uma situação diferenciada em relação aos casos anteriores de conflito civil
 2. os objetivos dos conspiradores
 3. os atos anteriores do senado criam um *praeiudicium*
 - a. Lentulus foi forçado a abdicar da pretura
 - b. recompensas destinadas aos Alóbroges e a T. Volturcius
- o julgamento do senado
 1. decisão sobre a punição a ser exigida ao cair da noite
 2. uma conspiração de dimensão escalar sem precedentes

II. Narratio: [§ 7-8]

As duas punições propostas

- D. Silanus: a pena de morte
- C. Caesar: os conspiradores devem ser espalhados em custódia pelos *municipia* da Itália
 1. potencial injustiça ou dificuldade
 2. sanções a serem impostas aos *municipia* em caso de fuga
 3. sem esperança de alívio
 4. confisco das propriedades dos conspiradores

III. Digressio I: [§ 9-10] (*popularis* no sentido verdadeiro e no falso)

- a proposta de César dá proteção a Cícero
- o interesse público deve, no entanto, prevalecer
- a *Lex Sempronia* não é obstáculo, uma vez que *hostis* não pode ser um *ciuis*
- Lentulus não é *popularis*

IV. Argumentatio: [§ 11-19]

- não se deve temer a acusação de crueldade
 1. tendo em vista o caráter de Cícero
 2. tendo em vista os planos dos conspiradores, comparados com a morte e a destruição causadas por escravos em uma casa particular
 3. L. Caesar é favorável à morte de Lentulus
 4. Lentulus é contrastado com o avô
 5. é um perigo maior parecer ser cruel com a pátria
- receia-se que Cícero tenha proteção insuficiente, tendo em vista:
 1. o consenso dos vários grupos sociais:
 - a. *equites*
 - b. *tribuni aerarii*
 - c. escribas
 - d. libertos
 - e. escravos
 2. o fracasso do agente de Lentulus em obter apoio dos *tabernarii*
- Cícero pede aos senadores que demonstrem coragem
 1. as classes (ordens) estão unidas
 2. as vidas de todos os cidadãos e os bens do estado e seus cultos são confiados aos seus cuidados
 3. suas vidas, lares e entes queridos estão em risco
 4. o reaparecimento (de uma conspiração) deve ser evitado

V. Digressio II: [§ 20-22] (posição de Cícero)

- ele fez dos conspiradores seus inimigos pessoais
- ele não se arrepende das honras recebidas, que o colocaram ao lado de ilustres comandantes militares
- os comandantes não precisam, no entanto, conviver com os conquistados
- Cícero está confiante de que pode se defender e defender a sua família com a ajuda dos *boni*

VI. Peroratio: [§ 23-24]

- Cícero pede apenas a memória do seu consulado, principalmente a dos episódios mais recentes
- se seus inimigos prevalecem, ele confia o filho dele aos cuidados dos senadores
- clama por uma votação corajosa e ponderada, considerando o que está em jogo
- compromete-se a obedecer, a defender e a assumir a responsabilidade de acordo com o decreto

Do ponto de vista retórico, as partes que compõem um discurso seja ela de acusação ou de acusação são: *exordium* (exórdio), *narratio* (narração), *argumentatio* (argumentação) e *peroratio* (peroração). Em alguns discursos, é possível encontrar também *digressio* (digressão) (CITRONI *et al.*, 2006). O *exordium* refere-se à introdução do discurso. Essa parte é facilmente adaptada a depender das situações do discurso, como o orador, o auditório, o assunto tratado e os eventos adversários. Tem como objetivos obter a benevolência do público e a sua atenção. A *narratio*, em segundo lugar, expõe os fatos referentes à causa. E essa exposição normalmente orientada para atender as necessidades do ato de acusar ou de defender. Indica o partido tomado pelo orador e o ponto de vista que será exposto. A *argumentatio*, logo em seguida, é a parte mais longa de um discurso e é composta por um conjunto de provas. Pode apresentar uma confirmação ou uma refutação em relação aos aspectos da causa. Normalmente, nessa parte do discurso, o orador não só constrói a sua argumentação, como também tenta refutar os argumentos contrários. A *peroratio*, por fim, é o momento de fechamento do discurso e pode, por isso, apresentar um tom mais apelativo. A *digressio*, que nem sempre é identificada nos discursos ciceronianos, consiste em um afastamento proposital do assunto do discurso, normalmente com o objetivo de gerar alguma reflexão ou de evitar a monotonia temática (Cf. FIGUEIREDO, 2016).

4.2 Da coleta e do tratamento dos dados

Como já mencionado, escolheu-se como *corpus* para esta pesquisa o discurso de acusação *In Catilinam Orationes Quattuor*, conhecido como Catilinárias. Logo, a análise proposta assenta-se em uma perspectiva sincrônica. Os exemplos analisados estão acompanhados de um contexto mínimo de compreensão – seja do próprio texto, seja especificado pelo pesquisador – para que o leitor desta pesquisa possa assimilar a interpretação dos dados, a partir das inferências necessárias. São apresentados, quando necessário, um contexto particular, pautado nas linhas que antecedem e sucedem o registro das construções oracionais e também um contexto mais global que expõe informações relevantes para o entendimento do fragmento do discurso.

Embora o fenômeno gramatical da articulação de cláusulas leve em consideração estruturas oracionais conjuntivas ou não, desenvolvidas (com formas verbais flexionadas) ou não (as chamadas orações reduzidas, que possuem seus respectivos verbos em uma das formas nominais), nesta pesquisa são somente consideradas as orações hipotáticas condicionais

sinalizadas, isto é, com um conectivo expreso. Além disso, somente investigam-se as estruturas oracionais que codifiquem uma relação hipotática de realce, isto é, a expansão projetada por uma cláusula em relação a outra cláusula ou a um fragmento textual. Nesse sentido, construções como *Educ tecum etiam omnes tuos, si minus, quam plurimos* (Cíc., *Cat.*, I, V, 10) “Leva também contigo todos os teus, senão o maior número possível”, passam a ser descartadas, pois, embora apresentem um conectivo (como *si minus*) não se constroem sobre base oracional. Da mesma forma, foram descartados exemplos *nisi* em função prepositiva: *et iamdiu nihil te iudicat nisi de parricidio suo cogitare* (Cíc., *Cat.*, I, VII, 17) “e julga que tu há muito em nada pensas senão sobre o seu parricídio”.

Para a coleta dos dados, utilizou-se a ferramenta *localizador* (ctrl + f) como instrumento de busca das estruturas oracionais no texto de Cícero, a partir da inserção dos conectivos condicionais, propostos por Faria (1995). A versão do texto usada para tal coleta foi a disponível em <<https://www.thelatinlibrary.com/cicero/cat.shtml>>. em seguida, os fragmentos textuais selecionados eram contrastados com o texto da edição proposta por Andrew R. Dyck, publicada pela editora de Cambridge (2008). Essa obra, por se tratar de uma edição crítica, apresenta as variantes dos manuscritos existentes, trabalho filológico relevante para o manejo e o estudo de textos antigos. Para que houvesse segurança em relação à confiabilidade do textos, a edição de Cambridge foi ainda comparada a outras duas edições críticas: Teubner, 2003; Les Belles Lettres, 2012, ambas com ampla tradição no meio acadêmico. As construções condicionais que apresentavam algum tipo de variação, principalmente na presença do conectivo, foram descartadas.

Também foram utilizados recursos digitais que possibilitaram tanto a tabulação dos dados, como o programa *Systemic Coder*, quanto a observação dos valores relativos, isto é, o valor de relevância de determinado conectivo, diante da totalidade das palavras do discurso, por meio do programa *Antcoc*. Nesse último caso, a título de ilustração, no primeiro discurso foram encontradas aproximadamente 3397 palavras (*word tokens*). Dessas palavras, aproximadamente, 1597 eram palavras diferentes (*word types*). Nesse contexto, a conjunção *si* aparece como o sexto vocábulo mais usado com 38 ocorrências. Nas primeiras cinco posições, estão a preposição *in* (com 68 ocorrências), o advérbio *non* (com 65 ocorrências), o pronome *te* (com 60 ocorrências), a conjunção *et* (com 54 ocorrências) e a preposição *ad* (com 48 ocorrências).

A análise do *corpus* desta pesquisa está dividida em duas etapas, sempre levando em consideração as características próprias dos gêneros, tais como a divisão do discurso jurídico em *exordium* (começo), *narratio* (exposição da causa), *digressio* (digressão), *argumentatio*

(argumentação) e *peroratio* (fim). Isto porque, dependendo da parte do discurso, por exemplo, um uso específico pode ser empregado. Afirmar Vasconcellos sobre o estilo de Cícero:

O estilo de suas cartas não é, geralmente, o mesmo do de seus discursos e, nestes, há momentos narrativos em que se veem frases curtas e justapostas ou coordenadas. De fato, a retórica pregava que a narração propriamente dita dos fatos que estão em causa num processo, a *narratio*, deveria ter estilo mais simples, menos adornado. Mas, em outras passagens, ganha destaque o estilo periódico, repleto de subordinação e coordenação sindética, agenciadas de forma a criar enunciados que primam por uma espécie de amarramento sintático, em que as relações entre as palavras se estreitam por uma série de meios: correlação (*non solum... sed etiam...*), disjunções que enfatizam um termo e deixam o ouvinte-leitor em suspenso, subordinação marcada por instrumentos gramaticais, figuras como anáforas, paralelismos etc (2013, p. 17).

Foram ainda desconsiderados, de modo a se obter determinado rigor científico, as seguintes construções: (i) estruturas condicionais com conectivo temporal com valor condicional (“*cum*”), como acontece em (*Cat.*, I, 2, 5); (ii) estruturas sem conectivo condicional explícito, como em (*Cat.*, I, 1, 3); (iii) estruturas condicionais comparativas introduzidas por *quam si*, como acontece em (*Cíc. Cat.*, II, X, 21); (iv) estruturas com conectivos que apresentaram variação na forma e nas edições críticas (conjunção e locução), como é o caso de *quod si x quodsi, etiam si x etiamsi*; (v) estruturas condicionais com conectivo, mas que não configuram uma oração, como em (*Cíc., Cat.*, II, XI, 25); (vi) estruturas condicionais reduzidas de particípio (ablativo absoluto), como em (*Cíc., Cat.*, III, X, 25); (vii) estruturas condicionais em nível de subordinação, e não em hipotaxe, como em (*Cíc. Cat.*, III, V, 11); (viii) estruturas condicionais correlativas, como em (*Cíc.*, IV, VI, 11) – o único exemplo que apareceu no *corpus*.

4.3 Dos parâmetros de análise

Como parâmetros de análise, são considerados os traços que perpassam o nível (morfos)sintático, o nível semântico e, em alguma medida, o nível pragmático, níveis que são abordados em uma pesquisa funcionalista:

i) no nível (morfos)sintático:

- a posição da oração condicional em relação à oração nuclear ou à porção do texto com a qual se articula: foram consideradas as posições anteposta, posposta e intercalada. Em alguns dados, há algum tipo de topicalização e um constituinte

oracional é deslocado para o início da oração, antes do conectivo. Nesses casos, as orações foram consideradas antepostas normalmente.

- a relação modo-temporal estabelecida entre as cláusulas: esse aspecto está estritamente relacionado ao nível de hipoteticidade das orações condicionais. Nos casos, em que a prótase não possui uma oração nuclear, indica-se apenas o tempo e o modo da forma verbal da prótase.
- o tipo de conectivo utilizado: segundo Visconti (1996), os conectivos condicionais podem ter o sentido hipotético, o sentido restritivo positivo ou o sentido restritivo negativo;

ii) no nível semântico:

- os subtipos de estruturas oracionais, quanto ao nível de hipoteticidade da condição: condicionais factuais, potenciais ou contrafactuais;
- a camadas semânticas, segundo o tipo de entidade que designam: condicionais do domínio do conteúdo, do domínio epistêmico ou do domínio de ato de fala;

iii) no nível pragmático:

- o estatuto informacional das estruturas condicionais: informação nova, informação dada ou informação acessível. Esse aspecto está correlacionado à noção de tópico discursivo e, por conseguinte, à noção de iconicidade;
- as parte do discurso de acusação em que se insere a construção condicional: *exordium*, *digressio*, *narratio*, *argumentatio* ou *peroratio*;
- a própria condição do discurso: *oratio prima* – dirigida ao Senado; *oratio secunda* – dirigida ao povo; *oratio tertia* – dirigida ao povo; e *oratio quarta* – dirigida ao Senado.
- funções pragmáticas: estratégias retóricas e usos cortezes.

5. DA ANÁLISE DA HIPOTAXE ADVERBIAL CONDICIONAL EM LATIM

Conforme apresentado na seção teórica desta tese, Visconti (1996) agrupa as conjunções condicionais (e as locuções conjuntivas) segundo o sentido que podem expressar e as distribui nos seguintes tipos (i) hipotéticas, (ii) restritivas positivas e (iii) restritivas negativas. Nesse sentido, as ocorrências encontradas no *corpus* ciceroniano foram analisadas com base nos tipos distinguidos pela autora. A análise dos dados demonstra que, no texto do orador romano, podem ser encontrados os três tipos de construções condicionais conectivas, como se observa na tabela a seguir.

Tabela 01 – Construções condicionais, segundo o sentido da conjunção

CONSTRUÇÕES ORACIONAIS CONECTIVAS NAS CATILINÁRIAS DE CÍCERO			
hipotéticas	restritivas positivas	restritivas negativas	total
99 86%	05 4%	11 10%	115 100%

5.1 Das construções condicionais com conjunção hipotética (*si*, *sin*)

Como já mencionado, as orações condicionais hipotéticas formam o maior grupo desta pesquisa: foram encontradas 99 ocorrências. Desse total, apenas 05 construções condicionais foram introduzidas por *sin* e apenas 04 orações se apresentaram sem a respectiva oração nuclear: 03 iniciadas por *si* e apenas 01 por *sin*. As construções condicionais estruturadas com conjunções hipotéticas são aquelas que explicitam a prótase como a condição suficiente para a realização do conteúdo descrito pela apódose. Esse tipo de condicional permite a seguinte leitura:

- considere a realização/verdade/adequação pragmática da oração nuclear no caso da realização/verdade/adequação pragmática da oração de matiz condicional (Cf. OLIVEIRA, 2008, p. 76). O principal exemplo dessa conjunção em latim é o *si* (“se”), como é possível observar no exemplo:

- (01) [*Si te iam, Catilina, comprehendi, si interfici iussero, credo, erit uerendum mihi, ne non potius hoc omnes boni serius a me quam quisquam crudelius factum esse dicat.*] (Cíc., Cat., I, II, 5)

[Se eu ordenar agora, Catilina, que tu sejas preso, se eu ordenar que tu sejas morto, o meu grande temor, creio eu, não será que todos os bons (cidadãos) digam que isto foi feito por mim muito tarde, mas que digam que isto foi feito de modo muito cruel.]

No exemplo (01), a condição descrita pela prótase “*si te iam, Catilina, comprehendi (...)* *iussero*” (se eu ordenar agora que tu sejas preso) é exposta como uma condição suficiente para a validação do conteúdo contido na oração nuclear “*erit uerendum mihi, ne non potius hoc omnes boni serius a me quam quisquam crudelius factum esse dicat.*” (o meu grande temor não será que todos os bons (cidadãos) digam que isto foi feito por mim muito tarde, mas que digam que isto foi feito de modo muito cruel). De outra maneira, com o preenchimento da condição descrita pela prótase segue-se a eventual realização da apódose nuclear.

No referido exemplo, há duas construções condicionais e ambas estão assinaladas pela presença do conectivo. Seguindo o que foi indicado na seção metodológica deste estudo, as construções condicionais são contabilizadas quando apresentam conjunção expressa e a forma verbal da oração, se não estiver explícita, pode ser recuperada pelo contexto – o que se pode considerar uma elipse verbal. O exemplo (01) exhibe uma estrutura condicional em paralelismo, em que para as duas prótases formuladas com orações reduzidas de acusativo com infinitivo (“*te comprehendi*” e “*te interfici*”), há apenas um verbo flexionado “*iussero*”. As duas orações condicionais, nesse caso, relacionam-se com a mesma apódose. Esse tipo de estrutura, como mencionado, recupera uma tradição de discurso legal, já presente desde a Lei das XII Tábuas, e Cícero se valerá amplamente desse recurso na elaboração dos seus discursos. É, inclusive, por meio desse paralelismo estrutural, não correlativo, que a conjunção *sin* é empregada:

- (02) [*nam si te interfici iussero, residebit in re publica reliqua coniuratorum manus;*] [*sin tu, quod te iam dudum hortor, exieris, exhaurietur ex urbe tuorum comitum magna et pernicioosa sentina rei publicae.*] (Cíc., Cat., I, V, 12)

Pois, se eu ordenar que tu sejas morto, permanecerá na República o bando restante dos conspiradores; se, pelo contrário, tu saíres, o que já há muito te aconselho, a sentina dos teus companheiros, grande e perigosa para a República, será expulsa da cidade.

Nota-se, em (02), que não há exatamente duas orações condicionais emparelhadas, e sim dois períodos hipotéticos coordenados de modo contrastivo. Essa é a função da conjunção *sin*, nesse contexto, coordenar períodos hipotéticos de modo a explicitar entre eles a noção semântica da adversidade. O segundo período pressupõe o primeiro justamente por ser, em relação a ele, que a noção de oposição irá se estabelecer, mas o primeiro não antevê a presença do segundo. Não há correlação aqui, não há interdependência sintática entre esses construtos oracionais, o que há é mais uma vez a elaboração de uma estrutura em paralelo, como marca definidora do próprio gênero textual. A prótase do primeiro período hipotético “*si te interfici iussero*” (se eu ordenar que tu sejas morto) possui a sua respectiva apódose “*residebit in re publica reliqua coniuratorum manus*” (permanecerá na República o bando restante dos conspiradores), da mesma forma que a prótase do segundo período hipotético “*sin tu, quod te iam dudum hortor, exieris*” (se, pelo contrário, tu saíres, o que já há muito te aconselho) também possui a sua respectiva apódose “*exhaurietur ex urbe tuorum comitum magna et perniciosa sentina rei publicae*” (a sentina dos teus companheiros, grande e perigosa para a República, será expulsa da cidade).

Ainda ao se considerar o período hipotético com a conjunção *sin*, é válido mencionar que a prótase iniciada por tal conectivo obrigatoriamente encabeça o segundo período hipotético, isto é, considerado o seu papel também coordenativo no nível dos períodos, tal oração condicional aparece devidamente anteposta à sua oração nuclear. Essa posição é fixa, como se vê, uma vez que a conjunção *sin* desempenha um duplo papel: por um lado, volta-se para o próprio período hipotético em que está inserida e auxilia na vinculação hipotática entre a oração condicional e a sua respectiva oração nuclear sempre posposta; por outro, articula-se com o período hipotético precedente, instaurando um mecanismo coordenativo de adversidade.

No discurso ciceroniano tal estrutura condicional é empregada quando são evidenciadas duas possibilidades de argumentação, duas propostas no processo condenatório. Essas duas possibilidades de argumentação ocorrem justamente no primeiro discurso, em que Cícero intenta, mesmo sabendo que Catilina é um cidadão romano, ou matar seu inimigo ou levá-lo ao exílio, e no último discurso, em que os senadores, para condenar os cúmplices de Catilina, discutem se eles devem ser enviados para as províncias em prisão ou se devem ser mortos. Assim, esse tipo de paralelismo condicional só é encontrado no *corpus* no primeiro discurso e no último discurso. Esses dois discursos, como já possível inferir, têm como público os senadores romanos, o que pode ratificar a necessidade de um estilo mais formal, capaz de recuperar linguisticamente uma tradição jurídica.

Quanto à distribuição do uso das referidas conjunções hipotéticas no discurso acusatório de Cícero, como se nota na tabela a seguir, verifica-se que o emprego de tais conectivos é mais recorrente nas partes mais argumentativas do texto, a saber a *narratio* e a *argumentatio*:

Tabela 02 – Construções condicionais com conectivo hipotético nas Catilinárias

Conjunção <i>Si, Sin</i> (“se”, “se, pelo contrário”)					
<i>Oratio</i>	I	II	III	IV	Total
<i>Exordium</i>	01	00	01	06	08
<i>Digressio</i>	15	00	00	02	17
<i>Narratio</i>	01	18	05	05	29
<i>Argumentatio</i>	20	11	02	06	39
<i>Peroratio</i>	00	03	02	01	06
	37	32	10	20	99

A partir dos dados expostos nessa tabela, observa-se que as construções condicionais com conjunção hipotética são mais frequentes não só entre as partes do discurso mais argumentativas (*narratio* e *argumentatio*), mas também entre os dois discursos mais argumentativos – o primeiro e o segundo. Esses discursos pretendem, no primeiro caso, expulsar Catilina de Roma e, no segundo caso, assegurar que o inimigo não retornará, bem como também afastar de Roma os cúmplices dele. Visto que Catilina e seus comparsas, em grande maioria, são cidadãos romanos, a causa não parece ser tão simples. Retomando as partes do discurso, enquanto a *narratio* serve para apresentar os aspectos da causa que não são favoráveis para a obtenção da vitória ou para convencer, acusar e iniciar uma transição acerca de algum ponto específico, a *argumentatio* consiste na demonstração dos atos e na refutação de provas contrárias à causa: a boa argumentação, nesse caso, exige não só a boa colocação dos argumentos favoráveis, mas também a refutação dos argumentos contrários considerados consistentes. Observe o exemplo (03):

- (03) [*serui mehercule mei si me isto pacto metuerent ut te metuunt omnes ciues tui, domum meam relinquendam putarem;*] (Cíc., *Cat.*, I, VII, 17)

[Por Hércules! Se meus escravos me temessem desse modo, como todos os teus concidadãos te temem, julgaria que a minha casa deveria ser abandonada;]

O referido exemplo, retirado da *argumentatio* do primeiro discurso contra Catilina, ilustra bem a natureza argumentativa dessa parte do discurso. Aqui a oração condicional auxilia na criação de uma situação hipotética que justificaria determinado tipo de comportamento. Há uma sobreposição de equivalências: o temor dos escravos em situação hipotética (identificada pelo tempo verbal empregado: *pretérito imperfeito do subjuntivo*) é comparado ao temor dos concidadãos em situação real (marcado pelo tempo verbal empregado: *presente do indicativo*). Assim, a ideia de obrigatoriedade advinda do gerundivo (“*relinquendam*” – deve ser abandonada) refere-se diretamente ao abandono da casa pela associação aos escravos, mas também indiretamente a Roma e à pátria pela associação aos concidadãos. É também, nesse sentido, que as orações condicionais colaboram para o desenvolvimento da argumentação ciceroniana: por meio de situações hipotéticas que podem ser transpostas para a realidade.

No que diz respeito aos domínios da esfera semântico-pragmática, constata-se que não foram encontrados exemplos pertencentes ao domínio do conteúdo. As orações condicionais introduzidas pela conjunção hipotética *si* concentram-se nos domínios epistêmico e de ato de fala. Tal característica linguística pode estar vinculada à própria natureza argumentativa do discurso ciceroniano: quando Cícero inicia sua acusação contra Catilina, no primeiro discurso, ainda não há, para além do clima político instável, nenhum tipo de evidencialidade de que a conspiração seja real e de que Catilina seja o principal culpado. Nesse caso, não é aleatório que as condicionais empregadas nesse discurso se situem na esfera das crenças, das expectativas e da plausibilidade. Observe-se o exemplo a seguir, recuperado da segunda seção desta tese, e o exemplo (04) retirado do *corpus* em tela:

(XXIV) *adsequar omnia si propero: si cunctor, amitto* (Cíc., *Att.*, 10, 8)
[apanharei todas as coisas, se (me) apresso: se hesito, perco]

(04) *demonstrabo iter: Aurelia uia profectus est; [si **accelerare uolent**, ad uesperam **consequentur**.]* (Cíc., *Cat.*, II, IV, 6)

*Mostrarei o caminho: (ele) partiu pela via Aurélia. [Se **quiserem se apressar**, alcançá-lo-ão, à tarde.]*

O exemplo extraído das correspondências ciceronianas exhibe uma construção condicional pertencente ao domínio do conteúdo: entre os dois eventos (“apanhar todas as coisas” e “se apressar”) se estabelece uma relação de causa e efeito: apanhar todas as coisas será a consequência de se apressar. Nesse caso, há uma implicação direta entre os enunciados da prótase e da apódose. Com base no texto das Catilinárias, por outro lado, o exemplo (04),

ainda que esboce conteúdo semântico semelhante (“se apressar” para “alcançar”) ao exemplo da correspondência, situa-se no domínio epistêmico, em decorrência do uso da forma verbal “*uolent*” (quiserem) que denota uma modalização volitiva e, portanto, passa a se enquadrar no eixo das crenças, das avaliações. Assim, estados-de-coisas e eventos possíveis de ocorrer em um mundo real ou imaginário passam pela avaliação do orador romano na elaboração do seu discurso acusatório.

- (05) *ut saepe homines aegri morbo graui cum aestu febrique iactantur, [si **aquam gelidam biberunt**, primo releuari uidentur,] deinde multo grauius uehementiusque affligantur, sic hic morbus qui est in re publica releuatus istius poena uehementius reliquis uiuis ingrauescet.* (Cíc., Cat., I, XIII, 31)

*Como frequentemente os homens enfermos com grave moléstia, quando são perturbados pelo calor e pela febre, [se **beberem água gelada**, parecem primeiro ficar aliviados,] (mas) em seguida, são atacados muito mais grave e violentamente, assim essa doença que está na República, aliviada pelo castigo desse, se agravará mais intensamente com os restantes vivos.*

Do mesmo modo que ocorre em (04), em (05), também se estabelecerá apenas uma relação implicativa de causa e efeito entre os conteúdos da oração condicional e da sua respectiva oração nuclear (“beber água gelada” e “ficar aliviado”), caso não houvesse um modalizador epistêmico inserido na apódose (“*uidentur*” – “parecem”). Mais uma vez a relação semântico-pragmática que poderia ser estabelecida no nível do conteúdo é levada para a camada epistêmica, em virtude da avaliação do falante. Esses dois exemplos demonstram a maneira como Cícero constrói sua argumentação, ao focalizar tais conteúdos de acordo com a sua perspectiva. Assim, tais enunciados passam a ser considerados em termos de validade e revelam a atitude do falante em relação ao seu enunciado. Quanto à validade da afirmação enunciada, note-se o exemplo (06):

- (06) *quam ob rem discede atque hunc mihi timorem eripe; [si **est uerus**,] ne opprimar, [sin **falsus**,] ut tandem aliquando timere desinam.* (Cíc., Cat., I, VII, 18)

Por esse motivo, afasta-[te] e me livra desse temor; [se (isso) é verdadeiro], para que (eu) não seja oprimida; [se, pelo contrário, é falso], para que finalmente algum dia (eu) possa deixar de temer.

O exemplo (06) corresponde a trecho da fala simulada da pátria romana. Esse é mais um dos recursos argumentativos empregados por Cícero para conseguir o seu objetivo. Desse modo, a pátria, de maneira personificada, por meio do discurso do orador, profere essas palavras. As orações condicionais, em construção paralela “*si.../sin...*”, referem-se à validade de verdade do temor. Pertencentes essencialmente ao domínio epistêmico, tais construções condicionais resultam de uma suposição do falante, que, em hipótese, avalia o conteúdo do enunciado precedente. Deve-se ressaltar, contudo, que as duas orações condicionais codificadas em (06), não apresentam uma oração nuclear, como acontece com a construção condicional prototípica. Diante de um ato de fala diretivo esboçado no enunciado precedente, essas orações articulam-se diretamente a uma finalidade (“*ne*” - para que não / “*ut*” para que”) no período em que se inserem. Nesse sentido, essas orações, embora denotem uma condicionalidade epistêmica prototípica, exibem uma codificação sintática que se afasta da regularidade do período hipotético.

No domínio do ato de fala, as orações condicionais com conjunção hipotética elucidam uma condição para a relevância ou para a adequação da oração nuclear ou de algum elemento dela, de maneira que possam justificar, especificar ou modificar o próprio ato de fala. O cumprimento da hipótese indicada na prótase não afeta a realização da apódose de modo pragmático. Em relação à sua estruturação sintática, essas orações podem apresentar natureza variada:

(07) *ex urbe, Catilina, libera rem publicam metu, [in exsilium, **si hanc uocem expectas, proficiscere**.]* (Cíc., Cat., I, VIII, 20)

*Sai da cidade, Catilina, liberta a República do medo; [para o exílio, **se esta ordem esperas, parte.**]*

(08) *[non iubeo sed, **si me consulis, suadeo**.]* (Cíc., Cat., I, V, 13)

*[Não (te) ordeno, mas, **se me consultas, (te) aconselho.**]*

No *corpus* selecionado, diferentemente das condicionais epistêmicas, as condicionais de ato de fala com o conectivo hipotético *si*, em consonância com o que já informara Puente (2009), são mais frequentes em posição intercalada, como acontece em (07) e (08), ou em posposição à oração nuclear. Nesses exemplos, considerando-se a situação condicionante, o ato de fala da apódose é enunciado. Nos dois exemplos, as orações condicionadas estão antepostas ao verbo da oração nuclear, o que atua a força ilocucionária desse comando verbal. Em (07), há

uma atenuação da ordem indicada e em (08) – exemplo que dá origem ao título desta tese –, a oração condicional atenua a orientação do conselho e essa atenuação é ainda reforçada pela estrutura corretiva da coordenação adversativa (“*non iubeo, sed suadeo*” – não ordeno, mas aconselho). Em (07), há um ato assertivo na prótase e um ato diretivo na apódose que se circunscrevem respectivamente sob o esquema declarativo (com o presente do indicativo) e sob o esquema imperativo (com o imperativo futuro). Em (08), o ato da prótase e o ato da apódose são assertivos e se enquadram no domínio declarativo (com ambas as formas verbais no presente do indicativo), embora a forma verbal da apódose, dada a sua particularidade lexical, indique uma orientação.

Podem ainda as orações condicionais do domínio de ato de fala manifestar usos cortesês, relacionados a situação de interação. Essas orações condicionais, facilmente dispensáveis do ponto de vista da estrutura gramatical, caracterizam-se como essenciais do ponto de vista pragmático, visto que estão associadas ao compromisso conversacional:

- (09) *exponam enim uobis, Quirites, ex quibus generibus hominum istae copiae comparentur; [deinde singulis medicinam consili atque orationis meae, **si quam potero**, afferam.]* (Cíc., Cat., II, VIII, 17)

*Expor-vos-ei, com efeito, ó romanos, de que espécies de homens essas tropas estão compostas; [depois trarei a cada um, **se eu puder trazer algum**, o remédio do meu conselho e do meu discurso.]*

- (10) *municipiis dispertiri iubet: habere uidetur ista res iniquitatem, si imperare uelis, difficultatem, si rogare; [decernatur tamen, **si placet**.]* (Cíc., Cat., IV, IV, 7)

*Manda que sejam distribuídos pelos municípios: essa medida parece incluir uma injustiça, se a quiserdes ordenar, uma dificuldade, se a quiserdes pedir; [todavia, que se decrete, **se (te) agrada**.]*

Por meio das construções condicionais do domínio do ato de fala, o falante pode exhibir pistas sobre a maneira como deseja conduzir a interpretação de um conteúdo ou como pretende estabelecer o contato interpessoal. Assim, Cícero, em (09) e em (10), se vale da construção condicional para modificar a força do ato ilocucionário expresso pela oração nuclear. Em (09), ao começar o enunciado informando que vai expor as espécies de homens que acompanham Catilina e, em seguida, informar que dará conselhos como “remédios”, Cícero poderia obter uma má interpretação do seu interlocutor, pois poderia soar ao público – nesse caso, o povo

romano, por se tratar de um exemplo extraído do segundo discurso –, um tanto arrogante se autodenominar “o médico conselheiro” da República. Por conseguinte, o orador atenua a força do seu discurso com a oração condicional “*si quam potero*” (se puder trazer algum). Desse modo, o orador protege a sua face na interação e, ao mesmo, de maneira polida, coloca-se como disposto a negociar essa interação com o seu público, aliás essa é uma grande preocupação do orador, que visa à aprovação do povo romano quanto às suas atitudes nesse processo de condenação.

O exemplo (10), inserido no quarto discurso das Catilinárias, insere-se em um contexto, como já mencionado, em que são expostas duas possibilidades de sentença para os comparsas de Catilina: uma, defendida por Silano, pretende condená-los à morte; a outra, defendida por César, intenta que sejam presos, separadamente, nas províncias, nos municípios de Roma. Já é possível perceber, então, que, no referido fragmento, Cícero se dirige a César para comentar a sua proposta de pena. Após tecer o comentário de que essa pena apresenta uma injustiça (“*iniquitatem*”) e uma dificuldade (“*difficultatem*”) – e tais comentários estão também codificados sob uma estruturação condicional –, Cícero, então, conclui: “*decernatur, si placet*” (decrete-se, se [te] agrada). Essa construção condicional, que parece estar cristalizada no Latim Clássico, como observara Puente (2009), em virtude justamente da hipoteticidade expressa, acarreta uma atenuação da força ilocucionária do verbo da oração nuclear. Esse tipo de condicional de polidez, como salienta Oliveira (2009), em contextos em que há uma situação de sugestão, de oferta, de pedido, de demanda de atenção etc.

Pode-se perceber, portanto, a partir dos dados expostos, que as construções condicionais com conjunção hipotética *si* pertencentes ao domínio epistêmico funcionam, do ponto de vista subjetivo, como hipóteses que partem das crenças e das expectativas do orador romano: ao conteúdo das orações condicionais é atribuído um valor de verdade por parte do orador. Por outro lado, as condicionais enquadradas no domínio de ato de fala, do ponto de vista intersubjetivo, são responsáveis pela manutenção da harmonia no ato de interação. Elas resguardam a face do orador, que, preocupado com a interpretação de seu interlocutor, coloca-se discursivamente de uma maneira cortês, seja para dar uma ordem, seja para emitir um conselho, sempre disposto a negociar o seu discurso.

Quanto aos subtipos semânticos das orações condicionais introduzidas por conjunção hipotética *si* e ao nível de hipoteticidade dessas orações, foram encontrados exemplos representativos do subtipo factual, do contrafactual e do potencial. Segundo Bassols (1992), as orações condicionais factuais exibem, principalmente, formas verbais no modo indicativo. Os

dados extraídos do *corpus* reforçam a constatação do autor. As formas encontradas podem estar empregadas nos mesmos tempos e modos verbais ou em tempos e modos verbais distintos:

- (11) [*ne illi uehementer errant, si illam meam pristinam lenitatem perpetuam sperant futuram.*] (Cíc., Cat., II, III, 6)

[Ah! Eles se enganam bastante, **se esperam que aquela minha antiga bondade seja perpétua.**]

- (12) [*si hoc post hominum memoriam contigit nemini, uocis exspectas contumeliam,*] cum sis grauissimo iudicio taciturnitatis oppressus? (Cíc., Cat., I, VII, 16)

[Se isso não aconteceu a ninguém, ao longo da memória dos homens, **esperas a repreensão da voz,**] quando estejas sufocado pelo gravíssimo juízo do silêncio?

- (13) *quam ob rem, ut saepe iam dixi, proficiscere ac, [si mihi inimico, ut praedicas, tuo conflare uis inuidiam, recta perge in exsilium;*] (Cíc., Cat., I, IX, 23)

Por isso, como já disse muitas vezes, parte e, **[se intentas incitar o ódio contra mim, teu inimigo, como proclamas, segue direto para o exílio;**]

Os exemplos apontados acima demonstram a diversidade de possibilidades de correlação modo-temporal encontrada nas construções condicionais com a conjunção hipotética *si*. Em (11), as formas verbais da apódose (“*errant*”) e da prótase (“*sperant*”) encontram-se no presente do indicativo; em (12), a forma verbal da prótase (“*contigit*”) está no pretérito perfeito do indicativo e a forma da apódose (“*exspectas*”), no presente do indicativo; em (13), a forma verbal da prótase (“*uis*”) está no presente do indicativo e a forma da apódose (“*perge*”) no imperativo presente. Assim, no subtipo factual, as orações que compõem o período hipotético podem exibir formas verbais, respectivamente, nos mesmos tempos e modos verbais, em tempos distintos do mesmo modo verbal ou em tempos e modos verbais diferentes.

Conforme Bassols (1992), as construções condicionais do subtipo contrafactual podem ser expressas com os verbos de ambas as orações (prótase e apódose) no pretérito imperfeito ou no mais-que-perfeito do subjuntivo, segundo o dado condicionado possa estar, respectivamente, no presente ou no passado. No *corpus*, foram encontrados exemplos ilustrativos dos tipos de construção:

- (14) [*si te parentes **timerent** atque odissent tui neque eos ratione ulla placare posses, ut opinor, ab eorum oculis aliquo concederes.*] (Cíc., Cat., I, VII, 17)

[*se teus pais te temessem e odiassem e não pudesses acalmá-los de modo algum, desapareceria, como penso, para algum lugar longe dos olhares deles.*]

- (15) [*si fortissimo uiro M. Marcello **dixissem**, iam mihi consuli hoc ipso in templo senatus iure optimo uim et manus intulisset.*] (Cíc., Cat., I, VIII, 21)

[*se tivesse dito ao bravíssimo varão, Marco Marcelo, o Senado já teria conduzido a mim, cônsul, a força e as mãos neste mesmo templo com a maior justiça.*]

- (16) [*atque interea statim admonitu Allobrogum C. Sulpicium praetorem, fortem uirum, misi, qui ex aedibus Cethegi si quid telorum **esset** efferret;*] (Cíc., Cat., III, III, 8)

[*E, entretanto, logo mandei, por conselho dos Alóbroges, Gaio Sulpício, pretor, homem corajoso, que trouxesse da casa de Cetego, algumas armas, se (as) houvesse.*]

Os exemplos acima exibidos indicam algumas particularidades quanto ao uso dos tempos e modos verbais no período hipotético com a presença da conjunção *si*. Em (14), as formas verbais da prótase (“*timerent*” e “*posses*”)⁸⁵ e da apódose (“*concederes*”) estão no pretérito imperfeito do subjuntivo e indicam, de fato, algo irreal no presente. Como nesse caso, tal correlação modo-temporal é usada, com alguma frequência, na *argumentatio* do discurso ciceroniano para explicitar casos de exemplos simulados (*exempla ficta*). Em (15), por sua vez, as formas verbais da prótase (“*dixissem*”) e da apódose (“*intulisset*”) estão no pretérito mais-que-perfeito do subjuntivo e denotam uma situação irreal do passado. Nesse caso, no texto, não há uma situação simulada, há um comportamento que poderia ter sido adotado pelo orador, mas não foi.

Em (16), as construções condicionais não podem ser enquadradas no subtipo semântico contrafactual. Em (16), embora as formas verbais da apódose (“*efferret*”) e da prótase (“*esset*”) estejam no pretérito imperfeito do subjuntivo, a forma verbal que comanda a noção temporal é o verbo da oração principal (“*misi*”). A apódose do período condicional é uma oração relativa, nesse caso. Vale destacar que esse exemplo está presente na *narratio* do terceiro discurso e que,

⁸⁵ A forma verbal “*odissent*” empregada também na prótase do exemplo (14) está no pretérito mais-que-perfeito do subjuntivo. Isso acontece porque tal verbo é defectivo e não possui as formas do pretérito perfeito do subjuntivo.

portanto, faz parte do relato de Cícero acerca das ações que já ocorreram. Desse modo, a oração condicional, apesar de apresentar, por atração modal, a forma verbal no pretérito imperfeito do subjuntivo, não indica uma contrafactualidade, e sim uma potencialidade. Assim, não basta perceber a correlação modo-temporal empregada no período hipotético, é necessário verificar o seu contexto de uso.

Conforme Vasconcellos (2013), as orações condicionais do subtipo potencial podem ser formuladas com o presente do subjuntivo ou com o pretérito perfeito do subjuntivo. Azevedo (2017), em contrapartida, também inclui nesse subtipo orações condicionais construídas com o verbo no futuro do indicativo. Assim, foram encontrados os seguintes exemplos no *corpus*:

- (17) [*hi dum aedificant tamquam beati, dum raedis, lecticis, familiis magnis, conuiuiis apparatis delectantur, in tantum aes alienum inciderunt ut, si salui esse uelint, Sulla sit iis ab inferis excitandus;*] (Cíc., Cat., II, IX, 20)

[*Enquanto estes construía como afortunados, enquanto se deleitavam com as carroças, com as leiteiras, com muitos escravos e com os banquetes (bem) preparados, caíram em tão grande dívida que, se quiserem ser livres, Sila deve ser retirado dos infernos por eles.*]

- (18) [*non uident id se cupere, quod si adepti sint, fugitiuo alicui aut gladiatori concedi sit necesse?*] (Cíc., Cat., II, IX, 19)

[*Não percebem que (eles) cobizam aquilo que, se (o) tivessem obtido, seria necessário que fosse concedido a qualquer fugitivo ou a (qualquer) gladiador?*]

Quanto ao subtipo potencial das orações condicionais iniciadas por *si*, com base nos exemplos expostos, notam-se algumas especificidades. Em (17), as formas da apódose (“*sit*”) e a forma verbal da prótase (“*uelint*”) estão no presente do subjuntivo e denotam uma eventualidade. Em (18), em alternativa, a forma verbal da apódose (“*sit*”) está no presente do subjuntivo e a forma verbal da prótase (“*adepti sunt*”) está no pretérito perfeito do subjuntivo. Essa oscilação no tempo verbal da prótase e da apódose, com o pretérito perfeito do subjuntivo utilizado na prótase, indica que a anterioridade e destaca o valor aorístico do referido tempo verbal. Esse é o único exemplo do *corpus* em que o pretérito perfeito do subjuntivo foi usado como representativo do subtipo potencial. Para confrontar o valor do presente do subjuntivo com o futuro do indicativo no subtipo potencial, é necessário retomar aqui o exemplo (04):

- (04) *demonstrabo iter: Aurelia uia profectus est; [si **accelerare uolent**, ad uesperam **consequentur**.]* (Cíc., Cat., II, IV, 6)

*Mostrarei o caminho: (ele) partiu pela via Aurélia. [Se **quiserem se apressar**, alcançá-lo-ão, à tarde.]*

No exemplo (04), a forma verbal utilizada na prótase (“*uolent*”) e na apódose (“*consequentur*”) estão no futuro imperfeito do indicativo. De acordo com a tradição gramatical, tal exemplo deveria ser enquadrado no subtipo factual por apresentar os verbos no modo indicativo. Contudo, a partir da observação de Azevedo (1997), e da observação de que a própria forma verbal expressa modalidade volitiva, o que nesse contexto reforça a eventualidade da condição, não é possível interpretar tal exemplo no campo da factualidade. Ao se compararem os exemplos (04) e (18), é possível perceber que potencialidade dessas situações não é tratada do mesmo modo: assim, corroborando a exposição de Azevedo (1997), a potencialidade com o presente do subjuntivo denota algo mais improvável de acontecer, uma vez que seria necessário “retirar Sila das moradas infernais” ou seja, dar vida a ele novamente para que os comparsas de Catilina possam ser livres dadas as dívidas obtidas; já a potencialidade com o futuro imperfeito do indicativo indica algo mais provável de ocorrer, visto que, no exemplo (04), Cícero está se dirigindo aos companheiros de Catilina e os orienta a deixar a cidade de Roma tal como ocorrera com Catilina.

Ao se retomar o uso do presente do subjuntivo, é possível perceber que, por vezes, ele pode ser usado com o sentido contrafactual, como resquício de uma construção linguística arcaica, muito própria dos textos dos comediógrafos latinos. Assim, diante da hipótese irreal de a pátria falar, tem-se o exemplo (19):

- (19) *haec si tecum, ita ut dixi, patria **loquatur**, nonne **impetrare debeat**, etiam si uim adhibere non possit?* (Cíc., I, VIII, 19)

*Se a pátria, assim como eu disse, **falasse contigo** essas coisas, acaso não deveria alcançar o seu intento, ainda que não possa empregar a força?*

Além das correlações modo-temporais explicitadas para elucidar os subtipos semânticos das construções condicionais introduzidas pela conjunção hipotética *si*, ainda é possível encontrar os seguintes emparelhamentos modo-temporais para esse tipo de período hipotético:

Quadro 12 – Correlação modo-temporal das condicionais com *si*

Prótase	Apódose	Exemplos do Apêndice
presente do indicativo	presente do indicativo	(04), (05), (06), (10), (18), (31), (32), (44), (66), (70), (78), (85)
presente do indicativo	futuro imperfeito do indicativo	(07)
presente do indicativo	presente do subjuntivo	(38), (50), (62), (63), (88)
presente do indicativo	pretérito perfeito do indicativo	(97), (98)
presente do indicativo	imperativo presente	(20), (24), (27)
presente do indicativo	imperativo futuro	(43)
presente do indicativo	xxxxx	(15), (16)
futuro imperfeito do indicativo	futuro imperfeito do indicativo	(45), (58), (77), (91)
futuro imperfeito do indicativo	presente do indicativo	(57), (59), (92)
futuro imperfeito do indicativo	presente do subjuntivo	(67)
futuro perfeito do indicativo	presente do indicativo	(19), (49), (89), (95), (96)
futuro perfeito do indicativo	presente do subjuntivo	(23), (36), (93)
futuro perfeito do indicativo	futuro imperfeito do indicativo	(02), (03), (08), (09), (25), (26), (41), (42), (52), (53), (68), (69), (84), (94), (99)
futuro perfeito do indicativo	xxxxx	(46), (47), (48)
pretérito perfeito do indicativo	pretérito perfeito do indicativo	(65)
pretérito perfeito do indicativo	presente do indicativo	(11), (37)
pretérito perfeito do indicativo	presente do subjuntivo	(79), (82), (83)
pretérito perfeito do indicativo	pretérito imperfeito do indicativo	(34)
pretérito perfeito do indicativo	futuro imperfeito do indicativo	(81)
presente do subjuntivo	presente do subjuntivo	(17), (61)
presente do subjuntivo	presente do indicativo	(01), (28), (29), (30), (56), (64), (75), (86), (87)
pretérito imperfeito do subjuntivo	pretérito imperfeito do subjuntivo	(12), (13), (14), (51), (71), (73), (76)
pretérito imperfeito do subjuntivo	pretérito m-q-p do subjuntivo	(33), (39)
pretérito imperfeito do subjuntivo	pretérito perfeito do indicativo	(74)
pretérito perfeito do subjuntivo	presente do subjuntivo	(60)
pretérito perfeito do subjuntivo	presente do indicativo	(80)
pretérito m-q-p do subjuntivo	pretérito m-q-p do subjuntivo	(21), (22), (90)
pretérito m-q-p do subjuntivo	presente do subjuntivo	(40)
pretérito m-q-p do subjuntivo	pretérito imperfeito do indicativo	(72)
pretérito m-q-p do subjuntivo	pretérito imperfeito do subjuntivo	(35), (54), (55)

Para a análise da ordem nas orações condicionais, foram consideradas as posições antepostas, pospostas e intercaladas, tal como mencionado na seção metodológica. Das 99 ocorrências das construções condicionais com *si* encontradas no *corpus*, 52 orações estavam antepostas à oração nuclear, o que corresponde ao uso prototípico no discurso ciceroniano, como demonstram os exemplos (01), (02), (03), (04), (05), (12), (14), (15) e (09) aqui transcritos. Não foram contabilizadas, quanto ao parâmetro posição, as condicionais que não apresentaram suas respectivas orações nucleares, como ocorre no exemplo (06) desta seção. Dos usos restantes, 13 estavam pospostos à oração nuclear, como evidenciam os exemplos (10) e (11) aqui citados, e 29 estavam intercalados na oração nuclear, como se vê nos exemplos (07), (08), (09), (13), (16), (17) e (18) acima listados.

É válido mencionar que, dos 13 exemplos de condicionais pospostas, 7 estavam no primeiro discurso e 5 estavam no quarto discurso. Essa informação torna-se relevante, quando se leva em consideração que esses dois discursos foram direcionados aos senadores. Há também como semelhança entre eles, o fato de que, em ambos, Cícero se coloca diante de duas propostas de punição: no primeiro discurso, Catilina pode ser expulso ou morto; no quarto, os comparsas de Catilina podem ser presos nos municípios de Roma ou mortos. Também é relevante assinalar que dos 29 exemplos de orações condicionais intercaladas, 17 estavam localizadas na *argumentatio* dos discursos: 7 no primeiro, 8 no segundo, 1 no terceiro e 1 no quarto. Como também já mencionado, os dois primeiros discursos comportam 69 dos usos de orações condicionais. Desse modo, pode-se notar que as construções condicionais com a conjunção hipotética *si* contribuem de modo significativo para o desenvolvimento da argumentação ciceroniana.

5.2 Das construções condicionais com conjunção restritiva positiva (*modo*, *dummodo*)

Segundo evidenciam os dados analisados, as construções oracionais condicionais com conjunção restritiva positiva são as que menos aparecem no *corpus* ciceroniano em tela: apenas foram encontradas cinco ocorrências (01 com *modo* e 04 com *dummodo*). Esse tipo de conectivo restringe positivamente o significado da oração condicional, de modo que o período em que se insere a construção condicional recebe a seguinte leitura:

- considere a realização/verdade/adequação pragmática da oração nuclear (apódose) na **condição única** da realização/verdade/adequação pragmática da oração condicional (prótase) (Cf. OLIVEIRA, 2008, p. 74), como pode ser verificado na ocorrência abaixo:

(20) *educ tecum etiam omnes tuos, si minus, quam plurimos; purga urbem. [magno me metu liberabis, **modo inter me atque te murus intersit.**]* (Cic., Cat., I, V, 10)

Leva também contigo todos os teus, senão (todos), o maior número possível; limpa a cidade. [Libertar-me-ás de grande medo, **contanto que entre mim e ti se interponha um muro.**]

No exemplo exposto em (20), a relação condicional é estabelecida de tal modo que as duas orações envolvidas se implicam mutuamente, ou seja, são ambas verdadeiras ou ambas são falsas. A expurgação do medo do orador poderá ocorrer desde que uma condição seja assegurada: *se e somente se* os inimigos estiverem separados por uma muralha. Assim, Cícero somente será libertado do medo se Catilina estiver fora da cidade de Roma. No *corpus*, somente foi encontrado esse exemplo com a conjunção *modo*. Todavia, como já mencionado na seção metodológica, dadas as similaridades linguísticas do uso dessa conjunção e da conjunção *dummodo* (inclusive, formada por tal elemento), as duas conjunções são igualmente consideradas nesta análise.

Como demonstra a tabela abaixo, quanto à distribuição do uso das referidas conjunções no discurso acusatório de Cícero, pode-se perceber que o emprego de tais conectivos é maior nas partes mais argumentativas do texto: seja na *narratio*, em que a causa da acusação é retomada e exposta; seja na *argumentatio*, em que os argumentos são efetivamente desenvolvidos. Há apenas um uso da conjunção *dummodo* no *exordium* do quarto discurso.

Tabela 03 – Construções condicionais com conectivo restritivo positivo nas Catilinárias

Conjunções <i>Modo</i> , <i>Dummodo</i> (“contanto que” ou “desde que”)					
<i>Oratio</i>	I	II	III	IV	Total
<i>Exordium</i>	00	00	00	01	01
<i>Digressio</i>	00	00	00	00	00
<i>Narratio</i>	00	02	00	00	02
<i>Argumentatio</i>	02 (01 modo)	00	00	00	02
<i>Peroratio</i>	00	00	00	00	00
	02	02	00	01	05

É interessante observar que no primeiro discurso as conjunções foram empregadas efetivamente na *argumentatio* e que, no segundo discurso, na mesma proporção, foram utilizadas na *narratio*. Os dois primeiros discursos das Catilinárias são efetivamente mais argumentativos, uma vez que o orador romano pretende, no primeiro, expulsar de Roma seu inimigo político e, no segundo – proferido após Catilina deixar a cidade –, banir de Roma também os companheiros dele. Assim, é possível associar, mesmo que com um número de ocorrência baixo, o uso das conjunções *modo* e *dummodo* não só aos discursos mais argumentativos, mas também às partes mais argumentativas dos discursos. Ainda é importante considerar que, no segundo discurso, as construções condicionais conjuncionais estão inseridas no mesmo parágrafo, justamente no momento em que Cícero comenta a expulsão de Catilina.

Considerando-se que a camada de atuação da condição pode ser estabelecida entre conteúdos, diferentes momentos de um processo cognitivo do locutor ou atos de fala, as orações hipotáticas condicionais podem ser classificadas como pertencentes ao domínio do conteúdo, ao domínio epistêmico ou ao domínio do ato de fala. Nas Catilinárias de Cícero, não foram encontradas construções oracionais condicionais com *modo* ou com *dummodo* pertencentes ao domínio do conteúdo. Da mesma maneira que acontece em (20), o exemplo (21) evidencia uma construção condicional do domínio epistêmico:

- (21) *mihi si haec condicio consulatus data est ut omnes acerbitates, omnes dolores cruciatusque perferrem, [feram non solum fortiter uerum etiam libenter, **dummodo meis laboribus uobis populoque Romano dignitas salusque pariat.**]* (Cic., Cat., IV, I, 1)

Se esta condição do consulado me foi dada para que eu suportasse todas as amarguras, todas as dores e (todos) os tormentos, [suportá-los-ei não só com força, mas também de boa vontade, **contanto que, com meus esforços, seja alcançada a dignidade e a salvação para vós e para o povo romano.**]

Dos cinco usos de orações condicionais restritivas positivas, quatro são classificados como pertencentes ao domínio epistêmico, o que corresponde a maior parte das ocorrências. O exemplo (21) – o único encontrado em um *exordium* –, localizado no quarto discurso das Catilinárias, particulariza-se, como um uso condicional do domínio epistêmico, porque nele o que está em jogo são as crenças do orador romano. Assim, a verdade da premissa explicitada na prótase constitui uma boa razão para que o orador confie na verdade da premissa veiculada na apódose (Cf. NEVES; BRAGA, 2016, p. 142). A crença e/ou a expectativa de Cícero,

colocada de maneira argumentativa em favor de sua própria figura, ancora-se na concepção de que ele, por ser o cônsul que zela pelo bem da pátria, suportará todas as mazelas existentes em seu consulado, desde que seja para assegurar a salvação do Senado e do povo romano. Na interação com o Senado, público do seu último discurso, Cícero elabora a estrutura condicional de modo a privilegiar a sua própria situação e a sua própria imagem.

Dos dois usos de *dummodo* encontrados na *narratio* do segundo discurso, um pode ser enquadrado no domínio do ato de fala, como ilustra o exemplo (22):

- (22) [*dicatur sane eiectus esse a me, **dummodo eat in exsilium.***] (Cic., *Cat.*, II, VII, 15)

[Que se diga, na verdade, que foi expulso por mim, **contanto que vá para o exílio.**]

No exemplo (22), a oração condicional introduzida por *dummodo* confere relevância para a ocorrência do ato de fala expresso na apódose. Desse modo, Cícero considera que a culpa pela expulsão de Catilina pode recair sobre ele mesmo, desde que seu inimigo parta para o exílio e assim, livre Roma dos perigos iminentes. Diferentemente do que acontece com algumas das condicionais de ato de fala introduzidas por *si*, aqui a oração condicional não modifica a força ilocucionária do ato expresso pela oração nuclear, isto é, não funciona como um recurso de polidez. Até mesmo pela sua posposição, como uma espécie de adendo, a prótase evidencia o desejo do orador, o que, inclusive, justifica que a ele próprio seja atribuída a culpa. Vale ressaltar ainda que, pelo uso do presente do subjuntivo tanto na apódose quanto na prótase, os dois atos de fala do período assumem uma face volitiva e isso assegura o mesmo tipo de força ilocucionária entre as orações.

Quanto à hipoteticidade, a exemplo de (23), todas as orações condicionais restritivas positivas encontradas no *corpus* ciceroniano podem ser inseridas no subtipo semântico da potencialidade. Nesse caso, dada a potencialidade da prótase, segue-se a eventualidade da apódose.

- (23) *utinam tibi istam mentem di immortales duint! tametsi uideo, [si mea uoce perterritus ire in exsilium animum induxeris,] quanta tempestas inuidiae nobis, si minus in praesens tempus recenti memoria scelerum tuorum, at in posteritatem impendeat. [sed est tanti, dummodo tua ista sit priuata calamitas et a rei publicae periculis seiungatur.]* (Cic., *Cat.*, I, IX, 22)

Oxalá, que os deuses imortais te proporcionem esse pensamento! Embora veja, se, aterrorizado pela minha voz, levores o espírito a sair para o exílio, quão grande tempestade de ódio cairá sobre nós, senão no tempo presente, sendo recente a lembrança dos teus crimes, talvez na posteridade. [Mas é para mim de tão grande importância, **contanto que essa calamidade seja particular e esteja separada dos perigos para a república.**]

Em (23), enuncia-se a prótase como uma condição que pode eventualmente se realizar, como algo possível de acontecer para garantir a estima do orador. O fato de a oração condicional em (23) estar introduzida por uma conjunção restritiva positiva faz com que a prótase se transforme em condição *sine qua non* para que o orador assuma a responsabilidade do exílio de Catilina. Associada diretamente ao nível de hipoteticidade das orações condicionais, está a correlação modo-temporal empregada entre as orações do período. Em todas as orações condicionais restritivas positivas encontradas no corpus, a forma verbal está no presente do subjuntivo, como atestam os exemplos (20), (21), (22), (23) e também (24), a seguir:

(24) [*est mihi tanti, Quirites, huius invidiae falsae atque iniquae tempestatem subire, **dummodo a uobis huius horribilis belli ac nefarii periculum depellatur.***] (Cic., Cat., VII, 15)

[Eu estimo muito, ó romanos, experimentar a tempestade deste ódio falso e iníquo, **contanto que o perigo desta horrível e criminosa guerra seja afastado de vós.**]

Embora as formas verbais da prótase estejam no presente do subjuntivo como demonstram os exemplos expostos, as formas verbais da apódose nem sempre estão no presente do subjuntivo como acontece em (22) e como defendem os autores dos compêndios gramáticos latinos. Há certa variação no tempo verbal empregado na apódose: em (23) e em (24), as formas verbais estão no presente do indicativo e ambos os exemplos estão localizados na *argumentatio* do primeiro discurso; em (20) e em (21), as formas verbais da apódose estão no futuro imperfeito do indicativo. É digno de nota que em (23), em (24) e em (21) as formas verbais da prótase estão no presente do subjuntivo passivo: respectivamente, *seiungatur* (esteja separada) *depellatur* (seja afastado), *pariatur* (seja alcançada).

Quanto à posição das orações condicionais introduzidas por conjunções restritivas positivas, tanto as orações com *modo* quanto as orações com *dummodo* estão todas pospostas à oração nuclear. Tal aspecto pode ser considerado conforme a própria natureza restritiva dessas

orações. A posposição para esse tipo de construção condicional também é bastante comum em Língua Portuguesa, como demonstrou o trabalho de Oliveira (2008).

Ao se retomar o funcionamento das construções oracionais restritivas positivas no texto acusatório de Cícero é possível verificar uma particularidade no que diz respeito às orações introduzidas por *dummodo*: enquanto a oração condicional introduzida por *modo* apenas explicita uma restrição, como se pode verificar em (20), a oração iniciada por *dummodo* tende a ser utilizada em um contexto em que o orador romano expressa algum tipo de consentimento, como ilustram os exemplos (21), (22), (23) e (24). Linguisticamente, as formas verbais em primeira pessoa do singular e os pronomes oblíquos e possessivos de primeira pessoa reforçam uma espécie de concessão realizada pelo orador, de modo a viabilizar a imagem (*ethos*), construída de modo argumentativo, de um cônsul benevolente, altruísta. É possível notar, por conseguinte, que o emprego de *dummodo*, nesses fragmentos, sinaliza um contexto anterior de concessão (na oração nuclear) e introduz uma informação de interesse para o bem-estar da República (na oração hipotática condicional).

5.3 Das construções condicionais com conjunção restritiva negativa (*nisi*)

Outro tipo de construção condicional conectiva encontrada no *corpus* de Cícero é aquela encabeçada por uma conjunção restritiva negativa como *nisi* “a não ser que”. É importante recuperar, inicialmente, que nem sempre *nisi* foi utilizada no texto como uma conjunção condicional, como já exposto na seção metodológica, dadas as suas composições em nível sentencial com função prepositiva (“senão”, “exceto”) de valor exclusivo, em que normalmente estava precedida por um termo de sentido genérico e negativo como *nihil* “nada” ou *nullum* “nenhum”. Esses usos foram desconsiderados nesta análise.

Como conjunção restritiva negativa, *nisi* restringe a relação condicional com inversão de polaridade da oração nuclear, como já apontado por Neves (2011). Para esse tipo de construção pode-se propor a seguinte leitura:

- considere a realização/verdade/adequação pragmática da oração nuclear **na condição única da não** realização/verdade/adequação pragmática da oração de matiz condicional (Cf. OLIVEIRA, 2008, p. 75), como se demonstra no exemplo (25), abaixo:

- (25) [*Quod exspectavi iam sum assecutus, ut uos omnes factam esse aperte coniurationem contra rem publicam uideretis; **nisi uero si quis est qui Catilinae similes cum Catilina sentire non putet.***] (Cic., Cat., II, IV, 6)

[*Já consegui aquilo que eu esperava para que todos vós vísseis abertamente que uma conjuração foi feita contra a república; **a não ser, na verdade, que haja alguém que não pense que os semelhantes a Catilina pensam com(o) Catilina.***]

Em (25), o que está dito, na verdade, inverte a polaridade da oração nuclear. Tal oração está organizada formalmente com a polaridade afirmativa, no entanto o que é expresso – invertendo-se a polaridade pelo uso de *nisi* – é que não foi alcançado o objetivo de Cícero de evidenciar a formação da conjuração, se houver algum dos semelhantes de Catilina que se diferencie quanto ao pensamento. Nesse caso, para que seja evidenciada a conspiração é necessário que o povo romano – público deste segundo discurso – tenha a compreensão de que aqueles que acompanham Catilina desejam o mal da República tanto quanto ele. Por outro lado, pode ser também que a oração nuclear tenha sido elaborada concretamente com a polaridade negativa, como acontece em (26):

- (26) [*nunc uero, cum ei **nihil** adhuc praeter ipsius uoluntatem cogitationemque acciderit **nisi quod uiuis nobis Roma profectus est,***] optemus potius ut eat in exilium quam queramur. (Cíc., Cat., II, VII, 16)

[*agora, na verdade, como **nada** lhe tenha acontecido até agora, para além da sua própria vontade e intenção, **a não ser que tenha sido expulso de Roma, deixando-nos vivos,***] desejemos que ele vá para o exílio de preferência a lamentarmos.

No caso do exemplo (26), o que se compreende a partir da inversão da polaridade pelo uso de *nisi* é que alguma coisa acontecera merecidamente com Catilina, caso ele já tenha sido expulso de Roma, como, de fato acontecera, uma vez que, quando Cícero profere o segundo discurso, Catilina já havia deixado a cidade com medo do que poderia lhe acontecer. No *corpus* de Cícero em tela, somente os exemplos (26) e (27) apresentam polaridade negativa na oração nuclear, os demais 09 exemplos encontrados exibem todos polaridade afirmativa nessa porção oracional.

Como se pode perceber, por meio da tabela a seguir, no que diz respeito à distribuição dos usos da conjunção *nisi* entre as partes que compõem as Catilinárias de Cícero, da mesma forma que as construções condicionais restritivas positivas, as condicionais restritivas negativas aparecem com mais frequência na parte mais argumentativa do discurso, a *argumentatio*. É interessante notar que tal construção não é empregada no primeiro discurso de acusação.

Tabela 04 – Construções condicionais com conectivo restritivo negativo nas Catilinárias

Conectivo <i>Nisi</i> (“a não ser que”)					
<i>Oratio</i>	I	II	III	IV	Total
<i>Exordium</i>	00	00	00	01	01
<i>Digressio</i>	00	00	00	01	01
<i>Narratio</i>	00	02	00	00	02
<i>Argumentatio</i>	00	03	03	01	07
<i>Peroratio</i>	00	00	00	00	00
	00	05	03	03	11

Há somente um uso da construção condicional restritiva negativa no *exordium*, que se caracteriza por ser a parte do discurso que tende a ser mais apelativa para chamar a atenção do público, a partir da menção direta ao objeto temático daquela peça. Esse único exemplo está localizado justamente no quarto discurso, de maneira semelhante ao que ocorrera com a única construção restritiva positiva empregada em *exordium*. Embora tenham objetivos diferentes visto que, no segundo discurso, a *argumentatio* serve para categorizar os seguidores de Catilina e, no terceiro discurso, a *argumentatio* evidencia a necessidade da partida de Catilina e os sinais da providência divina, é válido destacar que ambos os discursos são proferidos para o mesmo público: o povo romano. Assim, a simetria quantitativa nesse caso pode não ser aleatória.

No que tange aos diferentes domínios semântico-cognitivos, no *corpus* de Cícero foram encontradas ocorrências com a conjunção restritiva negativa *nisi* pertencentes aos domínios epistêmico e de ato de fala. As de domínio epistêmico, mais frequentes, evidenciam uma relação pautada na crença do falante entre uma premissa avaliada como confiável ou verdadeira na prótase e a expectativa de confiança ou de verdade gerada para a premissa da apódose, como explicita o exemplo (27):

(27) [*iam uero ab Lentulo ceterisque domesticis hostibus tam dementer tantae res creditae et ignotis et barbaris commissaeque litterae*]

numquam essent profecto, nisi ab dis immortalibus huic tantae audaciae consilium esset ereptum.] (Cíc., Cat., III, IX, 22)

[*jamais, de certo, tantos fatos teriam sido tão loucamente confiados, por Lêntulo, não só a outros inimigos domésticos, mas também a desconhecidos e bárbaros, e as cartas **jamais** teriam sido entregues, realmente, a não ser que o juízo tivesse sido arrancado pelos deuses imortais a esta tamanha audácia.*]

Em (27), a crença ou a expectativa do orador romano está relacionada à intervenção das divindades para que a ação de entregar as cartas, por exemplo, pudesse ser ou não considerada. Para que as cartas fossem entregues é necessário considerar uma situação em que os deuses tivessem tornado Lêntulo uma pessoa sem juízo. Tal situação de condicionalidade não se estabelece no nível da predicação entre estados-de-coisas, mas sim no nível da proposição, a partir do jogo de crenças e de expectativas elaborado na mente do falante. Instaura-se uma relação de inferência epistêmica, em que o conhecimento que se tem sobre determinado fato leva o falante a concluir outro fato. Esse tipo de oração condicional, por se fundamentar na avaliação que o falante faz de uma dada situação (cognitiva, inclusive), apresenta índole mais subjetiva.

Diferentemente do que fora identificado com as orações condicionais restritivas positivas pertencentes ao domínio do ato de fala, as restritivas negativas, para além do ato de fala imperativo como (28), também se materializam por um ato de fala declarativo, como em (29):

- (28) *hi pueri tam lepidi ac delicati non solum amare et amari neque saltare et cantare sed etiam sicas uibrare et spargere uenena didicerunt. [qui nisi exeunt, nisi pereunt, etiamsi Catilina perierit, scitote hoc in re publica seminarium Catilinarum futurum.]*

Estes meninos tão graciosos e delicados aprenderam não só a amar e a ser amados, não só a saltitar e a cantar, como também a brandir punhais e a espalhar venenos. [Os quais, a não ser que partam, a não ser que morram, ainda que Catilina tenha morrido, sabeis que isto há de ser um seminário de Catilinas.]

- (29) [*quo autem pacto illi Appenninum atque illas pruinas ac niues perferent? nisi idcirco se facilius io hiemem toleraturos putant, quod nudi in conuiuuiis saltare didicerunt.*] (Cíc., Cat., II, X, 23)

[*Todavia, de que modo eles suportarão o Apenino, aquelas geadas e aquelas neves? A não ser que, nesse caso, acreditem que eles irão suportar o inverno mais facilmente, porque aprenderam a saltitar nus nos banquetes.*]

Em (28) e (29), é possível verificar condicionais restritivas negativas inseridas no domínio do ato de fala. Essas orações expõem que o falante demonstra ter conhecimento das normas pragmáticas e das convenções sociais que embasam o contexto comunicativo. No exemplo (28), o único em que a prótase introduzida por *nisi* aparece anteposta à oração nuclear, o ato de fala assertivo é seguido por um ato diretivo. Os dois atos vinculam-se, então, a esquemas ilocucionários distintos, respectivamente, nos moldes dos esquemas declarativo e imperativo. As duas orações condicionais declarativas com formas verbais no presente do indicativo (*exeunt, pereunt*) estão emparelhadas com a oração nuclear que apresenta a forma verbal no imperativo futuro (*scitote*). Por outro prisma, o exemplo (29), demonstrando que as duas porções oracionais já se encontram com um grau de vinculação bem mais distenso, exibe uma oração nuclear elaborada de maneira interrogativa e uma oração condicional restritiva negativa sob forma declarativa. Como se pode notar tais construtos condicionais externam uma noção lógica de causalidade/condicionalidade bastante diluída, com um grau de intersubjetividade maior.

Em uma escala de hipoteticidade, as orações condicionais restritivas negativas se inserem em dois tipos de períodos hipotéticos: factuais, como em (29) e (30) e contrafactuais como em (27) e (31):

- (30) [*Quare, patres conscripti, incumbite ad salutem rei publicae, circumspicite omnes procellas quae impendent nisi prouidetis.*] (Cíc., *Cat.*, IV, II, 4)

[*Por isso, senadores, lançai-vos à salvação da república, vede à vossa volta todas as procelas que (a) ameaçam, a não ser que não (as) pressintais.*]

- (31) [*quo quidem tempore cum haruspices ex tota Etruria conuenissent, caedes atque incendia et legum interitum et bellum ciuile ac domesticum et totius urbis atque imperi occasum appropinquare dixerunt, nisi di immortales omni ratione placati suo numine prope fata ipsa flexissent.*] (Cíc., *Cat.*, III, VIII, 19)

*[Foi nesse tempo então que, como arúspices de toda a Etrúria tivessem se reunido, profetizaram que se aproximavam as mortes e os incêndios, e a destruição das leis, e a guerra civil e a doméstica, e a queda de toda a cidade e do Império, **a não ser que os deuses imortais, aplacados de todo modo, quase tivessem modificado os seus próprios destinos, com a sua proteção.**]*

O exemplo (30) expressa uma condição já preenchida, a oração principal (condicionada) expressa consequentemente um fato (uma “realidade” em qualquer mundo). Por oposição, o exemplo (31) indica uma condição já não preenchida, a oração condicionada não expressa consequentemente um fato (há uma “irrealidade” em qualquer mundo). A noção de factualidade está diretamente associada a uma marca formal das construções oracionais condicionais restritivas negativas que é a correlação modo-temporal. Assim, nos exemplos acima, a factualidade está atrelada à correlação do imperativo presente na apódose e do presente do indicativo na prótase e a contrafactualidade está vinculada ao uso do pretérito mais-que-perfeito na prótase e do pretérito perfeito do indicativo na prótase. Em (31), embora os adivinhos tenham profetizado e esse conteúdo está afirmado na apódose, a ressalva apontada na prótase acerca da mudança dos deuses em relação aos acontecimentos não se concretiza efetivamente, o que inclui essa prótase no campo da contrafactualidade. Além das correlações mencionadas, ainda se encontram os seguintes emparelhamentos modo-temporais para as condicionais restritivas negativas:

Quadro 13 – Correlação modo-temporal das condicionais com *nisi*

Prótase	Apódose	Exemplo da Análise
presente do indicativo	pretérito perfeito do indicativo	exemplo 25
presente do indicativo	imperativo futuro	exemplo 28
futuro imperfeito do indicativo	presente do indicativo	exemplos 29 e 33
pretérito perfeito do indicativo	presente do indicativo	exemplo 32
pretérito perfeito do indicativo	pretérito perfeito do subjuntivo	exemplo 26
pretérito m-q-p do subjuntivo	pretérito mqp do subjuntivo	exemplo 27
pretérito m-q-p do subjuntivo	pretérito perfeito do indicativo	exemplo 31
imperativo presente	presente do indicativo	exemplo 30

(32) *[sin remissiores esse uoluerimus, summae nobis crudelitatis in patriae ciuiumque pernicie fama subeunda est. **nisi uero cuipiam L. Caesar, uir fortissimus et amantissimus rei publicae,***

crudelior nudius tertius uisus est, cum sororis suae, feminae lectissimae, uirum praesentem et audientem uita priuandum esse dixit, cum auum suum iussu consulis interfectum filiumque eius impuberem legatum a patre missum in carcere necatum esse dixit:] (Cíc., Cat., IV, VI, 13)

[se, pelo contrário, quisermos ser mais moderados, deve ser suportada por nós a fama da maior crueldade em meio à destruição da pátria e dos cidadãos. **A não ser que, de certo, Lúcio César, homem fortíssimo e muito apreciador da república, tenha parecido muito cruel anteontem a alguém,** quando ele disse que o marido de sua irmã, senhora muitíssimo distinta, aqui presente e ouvinte, devia ser privado da vida, quando disse que (seu) avô tinha sido morto por ordem do cônsul e que o seu filho, ainda jovem, mandado como embaixador pelo pai, havia sido assassinado na prisão.]

Ao associar a correlação modo-temporal das condicionais restritivas negativas com as funções que tais orações desempenham no referido *corpus* ciceroniano, constata-se que a conjunção *nisi*, quando acompanhada das partículas *idicirco* (“por isso”), como no exemplo (29), ou *uero* (“por certo”), como no exemplo (33) abaixo, manifestam um sentido restritivo com valor de ironia. Tal aspecto já havia sido notado por autores dos compêndios gramaticais latinos, tais como Allen & Greenough (1903) e Bennett (1908), que ressaltaram as nuances irônicas da conjunção *nisi*, quando acompanhada as partículas *forte* e *uero*.

- (33) *sit Scipio clarus ille, cuius consilio atque uirtute Hannibal in Africam redire atque Italia decedere coactus est; ornetur alter eximia laude Africanus, qui duas urbes huic imperio infestissimas, Carthaginem Numantiamque, deleuit; habeatur uir egregius Paulus ille, cuius currum rex potentissimus quondam et nobilissimus Perses honestauit; sit aeterna gloria Marius, qui bis Italiam obsidione et metu seruitutis liberauit; anteponatur omnibus Pompeius, cuius res gestae atque uirtutes isdem quibus solis cursus regionibus ac terminis continentur: [erit profecto inter horum laudes aliquid loci nostrae gloriae, **nisi forte maius est patefacere nobis prouincias quo exire possimus quam curare ut etiam illi qui absunt habeant quo uictores reuertantur.**]* (Cíc., Cat., IV, X, 21)

Que seja famoso aquele Cipião, cujo juízo e valor forçaram Aníbal a regressar à África e a abandonar a Itália; que seja honrado com exímio louvor outro africano que destruiu duas cidades muito inimigas deste império, Cartago e Numância; que

*seja considerado varão egrégio aquele Lúcio Paulo, cujo carro honrou o outrora o poderosíssimo e nobilíssimo rei Perses; que Mário, que por duas vezes libertou a Itália do cerco e do medo da servidão fique em eterna glória; que se anteponha a todos Pompeu, cujas façanhas e virtudes estão limitadas pelos mesmos territórios e nos (mesmos) termos em que (está limitado) o curso do sol. [Certamente haverá entre os louvores destes algum lugar para a nossa glória, **a não ser que, por acaso, seja mais importante abrir fronteiras por onde possamos nos retirar, do que cuidar para que também aqueles ausentes tenham por onde voltar vitoriosos.**]*

Para além da combinação entre a conjunção e a partícula, esses dois exemplos ainda apresentam a mesma correlação modo-temporal: presente do indicativo na prótase e futuro imperfeito do indicativo na apódose. Assim, a similaridade de funcionamento em nível textual-discursivo revela-se também articulada com os parâmetros formais, como léxico e formas verbais. Em (29), em que há dois atos de fala – um interrogativo e outro declarativo –, Cícero, ao categorizar as espécies de pessoas que seguem os caminhos de Catilina, ironiza um grupo em especial: posto que a rotineira presença de romanos em banquetes era motivo de crítica, uma vez que não correspondia à austeridade própria de um romano (*grauitas*), a referência aos jovens que “saltitam nus” é feita pejorativamente para desqualificar os cúmplices de Catilina. Assim, diante dos exércitos do inimigo que pareciam se reunir no Apenino, em meados de novembro, época de inverno na Itália, esses jovens teoricamente não deveriam sentir frio, por já estarem acostumados com as danças e as orgias dos banquetes.

Em (33), por sua vez, Cícero, em uma *digressio* utilizada para evidenciar seu posicionamento diante das propostas apresentadas por Silano e César, buscando defender um lugar para a sua glória, ironiza o fato de que muitos romanos desprovidos de coragem preferem abrir caminhos para a fuga a garantir internamente a segurança para que aqueles que lutam possam retornar vitoriosos. A ironia, ou mesmo um chiste nesses casos, consiste justamente em, por meio do absurdo daquilo que está sendo observado, transmitir uma mensagem que vise a fortalecer o povo romano e o Senado. Os exemplos (29) e (33), como se pode verificar, embora atuem em domínios diferentes – visto que (29) pertence ao domínio do ato de fala e (33) ao domínio epistêmico –, atuam discursivamente como marcadores de ironia e apresentam semelhanças formais específicas: como a correlação modo-temporal, o uso de partícula junto à conjunção e ainda menor grau de vinculação entre as orações, o que está evidenciado pelo ponto final entre as partes textuais, apesar de a pontuação ser uma dificuldade para a análise de textos antigos.

6. DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como demonstrado nesta pesquisa, o orador romano Cícero, a partir de uma carta direcionada a seu amigo *Paetus* (Peto), atesta a existência de diferentes níveis de língua (variação de registro), a depender do gênero textual que esteja sendo manejado, do tema que esteja sendo abordado e dos elementos extralinguísticos que compõem a situação comunicativa – como o grau de proximidade entre os interlocutores, por exemplo. Nesse sentido, o objetivo principal desta tese foi o de descrever as construções hipotáticas condicionais com conectivo em um texto que fosse capaz de exemplificar o funcionamento das referidas construções em uma época e em um contexto determinados do Latim Clássico.

A tese aqui defendida era a de que “dado o caráter intersubjetivo, ao demandar algum tipo de aceitação por parte do interlocutor, as orações hipotáticas condicionais deveriam contribuir para o desenvolvimento da argumentação ciceroniana. Desse modo, a organização textual e a codificação linguística dessas orações estariam diretamente associadas a fatores semântico-pragmáticos, que se afastam da perspectiva estritamente lógica da tradição greco-latina”. Tal tese pode ser comprovada, na medida em que, com a maior frequência de orações hipotáticas condicionais com conectivo situadas nos domínios epistêmico e de atos de fala, a relação que se instaura na condicionalidade é a de validade do valor de verdade e a de adequação pragmática do texto, e não a sequenciação lógica, conferida a partir de estados-de-coisas e/ou eventos, como preconizava a tradição filosófica, retórica e gramatical da Antiguidade greco-latina.

Tal aspecto concernente à verificação da tese adquire maior relevo quando se leva em consideração que, no início da elaboração do seu discurso acusatório (composto por quatro discursos, na verdade), o orador romano ainda não dispunha de provas legais suficientes para obter a condenação de seu inimigo político. Sabendo de que, por lei, Cícero não poderia nem condenar Catilina à morte, nem sequer desterrá-lo, por ser um cidadão romano, o orador esforça-se, então, para, com o esforço de sua eloquência, forçar Catilina a tomar a decisão *per si* de deixar os limites da cidade de Roma. Para isso, de maneira geral, valia-se do conhecimento público acerca dos episódios que maculavam a biografia de Catilina, de suas próprias percepções, desejos e crenças e da empatia do povo romano e, sobretudo, dos senadores para que decidissem em harmonia sobre o futuro do inimigo (pessoal alçado ao posto de inimigo da pátria).

No que tange ao primeiro questionamento norteador deste estudo, indagou-se sobre a maneira com as orações condicionais eram constituídas e como se organizavam no referido discurso de acusação. Foi possível verificar que as cláusulas hipotáticas condicionais, presentes nesse discurso de acusação, com base na classificação de Visconti (1996), apresentam conectivos que podem ser tipificados em hipotéticos (*si*, *sin*), restritivos positivos (*modo*, *dummodo*) e restritivos negativos (*nisi*). No *corpus*, foram encontradas 115 ocorrências desses conectivos, sendo que 99 usos correspondem ao valor hipotético do conectivo, 05 ao valor restritivo positivo do conectivo e 11 ao valor restritivo negativo do conectivo. Houve, portanto, um predomínio das construções hipotáticas condicionais, introduzidas por conjunção de sentido hipotético.

Ainda em relação ao primeiro questionamento, pode-se verificar que, em sua codificação morfossintática, enquanto as conjunções restritivas positivas e as estruturas iniciadas por elas apresentaram maior regularidade, visto que foram encontradas sempre pospostas e com as formas verbais da prótase no presente do indicativo, as conjunções hipotéticas e as suas construções correspondentes externaram maior variação na configuração morfossintática. Se, por um lado, *si* pode aparecer de maneira anteposta (posição preferida no *corpus*), intercalada ou posposta, por outro, *sin*, dada a sua dupla função – a de introduzir um período hipotético e a de coordenar períodos (ou porções textuais), estabelecendo a relação de adversidade –, apareceu apenas em posição anteposta. Além disso, a correlação modo-temporal empregada com as construções condicionais hipotéticas é bastante variada e chega a 30 tipos diferentes de emparelhamentos modo-temporais entre as formas verbais da prótase e da apódose. Em colocação intermediária, a conjunção restritiva negativa e as cláusulas condicionais que integra evidenciaram certa variação, no que diz respeito à correlação modo-temporal, mas se demonstraram mais fixas quanto à posição da prótase que, com certa frequência aparece preferencialmente posposta, embora também tenham sido encontrados dois usos em anteposição (usos em paralelismo sintático) e um em intercalação.

Em referência ao segundo questionamento apresentado, elaborou-se uma questão com o objetivo de verificar se as orações hipotáticas condicionais empregadas no texto ciceroniano recuperavam, em alguma medida, a essência lógico-semântica advinda da tradição lógica, retórica e gramatical mais ou menos contemporânea ao autor. Constatou-se que, de maneira geral, as cláusulas condicionais utilizadas por Cícero em seu discurso se afastam da perspectiva lógica para o tratamento da condicionalidade. As orações com conjunção condicional hipotética, em grande medida, se situaram no domínio epistêmico dada a negociação acerca da validade da verdade por elas veiculada. Inseriram-se também no domínio

dos atos de fala, em usos que puderam ser considerados como fórmulas de cortesia ou marcadores de polidez, dado o seu alto nível de intersubjetividade.

Relacionando-se ao segundo questionamento ainda, pode-se observar que as orações condicionais com conjunção restritiva negativa, também situadas nos domínios epistêmico e de atos de fala, não só em alguns contextos pareceram unir porções textuais e não períodos, como também, puderam funcionar, discursivamente, como comentários de natureza irônica. Nesses casos, os verbos explicitaram o mesmo tipo de correlação modo-temporal e as conjunções estavam seguidas de partículas enfáticas. As orações com conjunções restritivas positivas, por outro lado, foram todas englobadas no subtipo semântico da potencialidade, uma vez que verbais empregadas estavam no presente do subjuntivo, como já se mencionou, e, com exceção de um uso do domínio do ato de fala, todas consideradas como pertencentes ao domínio epistêmico. Aqui cabe uma diferenciação entre o uso de *modo* e de *dummodo*, pois, enquanto *modo* introduz o período hipotético prototípico, *dummodo* parece testemunhar algum tipo de consentimento ou concessão em relação ao conteúdo veiculado na apódose. Trata-se mesmo de uma construção condicional, no entanto a combinação das orações, considerando-se o tipo de argumentação empregada, faz com que o orador consinta em ter a sua imagem prejudica em prol de um bem coletivo, a salvação da República.

Por fim, vinculada ao terceiro questionamento, foi proposta a análise sobre a maneira como as orações hipotáticas condicionais com conectivo *se* distribuíam no discurso acusatório de Cícero e sobre o modo como tais construtos poderiam contribuir para com a argumentação do orador. Os três tipos de construções condicionais com conectivos foram, com ampla margem de frequência, localizados nas duas partes do discurso de índole mais argumentativa: a *narratio* e a *argumentatio*. Os discursos que exibiram maior número de construções condicionais foram justamente os dois primeiros, mais argumentativos, em essência, porque explicitam para dois públicos variados – os senadores, no primeiro caso, e o povo romano, no segundo – os motivos para o exílio do inimigo do orador. Também nesses dois discursos se concentraram o maior número de orações hipotéticas intercaladas, e é válido lembrar que nessa posição de natureza muitas vezes parentética, a condição interrompe o conteúdo da apódose, mas, de modo geral, as formas verbais ficam situadas após o término da prótase, o que confere maior força argumentativa ao discurso. As construções hipotáticas condicionais com conectivo hipotético, quando pospostas, foram utilizadas com maior frequência no primeiro e no quarto discursos, ambos direcionados ao mesmo público, os senadores de Roma. Nesse caso, tais usos podem evidenciar uma aproximação estilística entre os dois discursos quanto à posposição, uma vez

que dessa maneira a prótase deixa de funcionar como condição efetivamente para desempenhar o papel de adendo.

Assim, por meio deste estudo, intentou-se não só suprir carência de aprofundamento teórico sobre o referido tema, com também atualizar as poucas discussões já existentes acerca dos estudos gramaticais latinos em língua vernácula. Com o apoio de um aporte teórico mais recente, capaz de abranger diferentes níveis de análise, buscou-se demonstrar a necessidade de se levar em consideração, na descrição linguística, fatores que extrapolem o nível de codificação morfossintática. Aspectos semântico-pragmáticos cooperaram, sobremaneira, para uma investigação mais global acerca do fenômeno linguístico proposto. É necessário, por outro lado, que novos estudos acerca das construções condicionais sejam realizados. Para que essa pesquisa se tornasse factível, construções sem conectivos, com conectivos correlativos, com conectivo polissêmico e com conectivos em formação precisaram ser desconsideradas. Nesse sentido, da mesma forma que se reconhecem os limites da pesquisa empreendida, também se ressalta a importância de que este estudo tenha continuidade, bem como a relevância de que novos estudos se somem a este, para que sejam obtidas descrições e análises cada vez mais compatíveis com a realidade linguística dos textos latinos.

REFERÊNCIAS

a) *corpus ciceroniano*:

CICERO. **Catilinarians**. Ed. by Andrew R. Dyck. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

CICERO. **Orationes in Catilinam quattuor**. Rev. de Tadeuz Maslowski. Munique e Leipzig: Teubner, 2003.

CICÉRON. **Catilinaires**. Texte établi par Henri Bornecque. Traduction par Édouard Bailly. Paris: Les Belles Lettres, 2012.

b) fontes antigas:

APOLLONIUS DYSCOLUS. Appolonii Dyscoli quae supersunt. In: SCHNEIDER, R. & UHLIG, G. **Grammatici graeci**, 1-3. Leipzig: Teubner, 1878-1910 (republicado: Hildesheim: Olms, 1965).

_____. **Sintaxis**. Introducción, traducción y notas de Vicente Bécares Botas. Madrid: Gredos, 1987.

APOLÔNIO DÍSCOLO. **De la construction**. Introdução, texto e tradução de J. Lallot. Paris: Vrin, 1997.

ARISTÓTELES. **Poética**. Trad. de Ana Maria Valente. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2004.

_____. **Aristotelis de Arte poetica liber**. Ed. R. Kassel. Oxford: Oxford University Press, 1965.

_____. **Aristotelis Ars rhetorica**. Ed. W. D. Ross. Oxford: Oxford University Press, 1959.

_____. **Aristotelis Categoriae et liber de interpretatione**. Ed. L. Minio-Paluello. Oxford: Oxford University Press, 1949.

CICERO. **Brutus**. Text établi et traduit par Jules Martha. Paris: Les Belles Lettres, 1973.

_____. **De l'orateur**. v. I. Texte établi et traduit par Edmond Coubaud. Paris: Les Belles Lettres, 1950.

_____. **De l'orateur**. v. II. Texte établi et traduit par Edmond Coubaud. Paris: Les Belles Lettres, 1950.

_____. **De l'orateur**. v. III. Texte établi par Henri Bornecque et traduit par Edmond Coubaud. Paris: Les Belles Lettres, 1930.

- _____. **Letters to friends**. v. I. Edited and translated by D. R. Shachleton Bailey. Cambridge, Massachussets/London: Harvard University Press, 2001.
- _____. **Letters to friends**. v. II. Edited and translated by D. R. Shachleton Bailey. Cambridge, Massachussets/London: Harvard University Press, 2001.
- DENYS LE TRACE. **Tekhnē Grammatikē**. Introduction, traduction, notes par Jean Lallot. *Archives et documents de la SHESL*, 1985.
- DIÓGENES LAÉRCIO. **Diogenis Laertii vitae philosophorum**. Ed. H. S. Long. Oxford: Oxford University Press, 1964.
- _____. **Vidas e doutrinas dos filósofos ilustres**. Tradução de Mário da Gama Kury. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1988.
- DIOMEDES. Diomedis artis grammaticae libri III. Edited by H. Keil. In: **Grammatici latini ex recensione Henrici Keilii**. v. I. Hildesheim: Georg Olms, 1961. Acessado via CGL.
- DIONÍSIO TRÁCIO. Dionysii Thracis ars grammatica. Edição de G. Uhlig. In: SCHNEIDER, Richard & UHLIG, Gustaf (ed.). **Grammatici graeci**, I. Leipzig: Teubner, 1878-1910 [republicado: Hildesheim: Olms, 1965].
- DONATO. Ars Donati grammatici urbis Romae. In: HOLTZ, L. **Donat et la tradition de l'enseignement grammatical**. Paris: Centre National de la Recherche Scientifique, 1981.
- DONATO. Donati ars maior. In: KEIL, H. (ed.). **Grammatici latini**, IV, 367-402. Leipzig: Teubner, 1855-1880 [repub. Hildesheim: Olms, 1981].
- DOSITEU. Dosithei ars. In: KEIL, H. (ed.). **Grammatici latini**, VII, 376-436. Leipzig: Teubner, 1855-1880 [repub. Hildesheim: Olms, 1981].
- PLATÃO. **Diálogos**: Teeteto e Crátilo. Trad. C. A. Nunes. Belém: Editora da UFPA, 1988.
- POMPEIO. **Pompeii commentum artis Donati**. Ed. H. Keil. In: *Grammatici Latini ex recensione Henrici Keilii*. Vol. 5. Hildesheim: Georg Olms, 1961. Acessado via CGL
- PRISCIANO. Institutionum grammaticarum libri XVII & XVIII. In: KEIL, Heinrich [ed.]. **Grammatici latini**. Leipzig: Teubner, 1855-1880 [repub. Hildesheim: Olms, 1981].
- QUINTILIANO. **Institution oratoire**. Texte établi et traduit par Jean Cousin. 7 v. Paris: Les Belles Lettres, 1975.
- SACERDOS. Sacerdotis ars. In: KEIL, Heinrich [ed.]. **Grammatici latini**, VI, 427-546. Leipzig: Teubner, 1855-1880 [repub. Hildesheim: Olms, 1981]. Acessado via CGL
- SÉRVIO. Commentarius in artem Donati. In: KEIL, Heinrich [ed.]. **Grammatici latini**, IV, 421-448. Leipzig: Teubner, 1855-1880 [repub. Hildesheim: Olms, 1981]. Acessado via

CGL.

VARRÃO. **De lingua latina quae supersunt**. Edited by Georg Goetz and Friedrich Schoell. Leipzig: Teubner, 1910.

_____. **La langue latine**. 2 ed. v. II: livro VI. Texte établi et traduit par P. Flobert. Paris: Les Belles Lettres, 2004.

c) dicionários:

ERNOUT, A.; MEILLET, A. **Dictionnaire étymologique de la langue latine**. Paris: Klincksieck, 1979.

GAFFIOT, F. **Dictionnaire illustré latin français**. Paris: Hachette, 1943.

GLARE, P. G. W. (ed.). **Oxford Latin Dictionary**. 2 ed. Oxford: Oxford Clarendon Press, 2012.

SARAIVA, F. R. S. **Novíssimo dicionário latino-português**. Rio de Janeiro: Livraria Garnier, 2006.

TORRINHA, F. **Dicionário latino-português**. Porto: Gráficos Reunidos, 1945.

d) estudos modernos:

ALLEN; GREENOUGH. **New latin grammar**. Boston: Ginn & Company Publishers, 1903.

ALMEIDA, N. M. de. **Gramática latina**. 29 ed. Rio de Janeiro: Saraiva, 2000.

ANTONIO, J. D. Expression of cause, evidence, justify and motivation rhetorical relations by causal hypotactic clauses in Brazilian Portuguese. **Acta Scientiarum: Language and culture**. Maringá, v. 34, n. 2, july-dec., 2012, p. 253-268.

_____. **Estrutura retórica e articulação de orações em narrativas orais e em narrativas escritas do português**. Araraquara: Tese de Doutorado, UNESP, 2004a.

_____. Orações hipotáticas adverbiais e mudança de tópico em narrativas orais e em narrativas escritas do português. **VEREDAS - Rev. Est. Ling., Juiz de Fora**, v.8, n.1 e n.2, jan./dez. 2004b, p.41-52.

AZEVEDO, M. T. S. de. Orações condicionais potenciais latinas: que entendimento? **Humanitas**. v. 49, 1997, p. 135-146.

BALDI, F.; CUZZOLIN, P. (Orgs.) **New perspectives on historical latin syntax**. v 4. – complex sentences, grammaticalization, typology. Berlim/Nova York: Mouton de Gruyter, 2009.

BAÑOS, J. M. B. **Sintaxis del latín clasico**. Madrid: Liceus, 2009.

- BARATIN, M. Sobre a estrutura das gramáticas antigas. **Rónai**: revista de estudos clássicos e tradutórios. Juiz de Fora, v. 5, n. 1, 2017, p. 16-25.
- _____. Les difficultés de l'analyse syntaxique. In: AUROUX, S. (Org.). **Histoire des idées linguistiques**. v. II. Liège: Mardaga, 1993.
- _____. **La naissance de la syntaxe à Rome**. Paris: Minuit, 1989.
- BASSOLS DE CLIMENT, M. **Sintaxis latina**. 10 ed. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1992.
- BLATT, F. **Précis de syntaxe latine**. Paris: Lyon, 1952.
- BENNET, C. E. **A latin grammar**. Boston/Chicago: Norwood Press, 1908.
- BERTOCCHI, A.; MARALDI, M. Conditionals and concessives. In: BALDI, P.; CUZZOLIN, P. (Eds.) **News perspectives on historical latin syntax**. v. 4 – Complex sentences, grammaticalization, typology. Berlin/Boston: De Gruyter Mouton, 2011, p. 93-193.
- BESSELAAR, J. V. **Propylaeum latinum**. São Paulo: Editora Herder, 1960.
- BORTONI-RICARDO, S. M. **O professor pesquisador**: introdução à pesquisa qualitativa. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.
- BRINTON, L.; TRAUGOTT, E. **Lexicalization and language change**. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.
- BRYMAN, A. Quantitative and qualitative research strategies in knowing the social world. In: MAY, T.; WILLIAMS, M. (eds.). **Knowing the social world**. Philadelphia: Open University Press, 1998.
- BYBEE, J. **Língua, uso e cognição**. Trad.: Maria Angélica Furtado da Cunha. São Paulo: Cortez, 2016.
- _____. **Language, usage and cognition**. Cambridge: CUP, 2010.
- BYBEE, J. *et alii*. **The evolution of grammar**: tense aspect and modality in the languages of the world. Chicago: CUP, 1994.
- CABRILLANA, C. Adverbial subordination: introductory overview. In: BALDI, F.; CUZZOLIN, P. (Orgs.) **New perspectives on historical latin syntax**. v 4. – complex sentences, grammaticalization, typology. Berlin/Nova York: Mouton de Gruyter, 2009, p. 11-18.
- CARL, A; GRIMAL, P; LAMAISSON, J; NOIVILLE, R. **Gramática latina**. Trad.: Maria Evangelina Villa Nova Soeiro. São Paulo: EDUSP, 1986.
- CANTÓ. “Los ‘grammatici’: críticos literarios, eruditos y comentaristas. In: CODOÑER, Carmen. **Historia de la literatura latina**. 3 ed. Espanha: Cátedra, 2011, p. 741-753.

- CARDOSO, Z. de A. **A literatura latina**. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- CASTILHO, A. T. de. Funcionalismo e gramáticas do português brasileiro. In: SOUZA, E. R. de. **Funcionalismo linguístico: novas tendências teóricas**. São Paulo: Contexto, 2012, p. 17-42.
- CEZARIO, M. M.; CUNHA, M. A. F. da (Orgs.) **Linguística centrada no uso: uma homenagem à Mário Martelotta**. Rio de Janeiro: Mauad X/FAPERJ, 2013.
- CITRONI, M. *et alii*. **Literatura de Roma Antiga**. Trad. de Margarida Miranda e Isaías Hipólito. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2006.
- CHAFE, W. Cognitive Constraints on Information Flow. In: TOMLIN, R. **Coherence and Grounding in Discourse**. Amsterdam/Philadelphia: J. Benjamins, 1987, p. 21-51.
- CHAPANSKI, G. **Uma tradução da Tékhne grammatiké, de Dionísio Trácio, para o português**. Curitiba: Dissertação de Mestrado, UFPR, 2003.
- CLACKSON, J.; HORROCKS, G. **The blackwell history of the latin language**. Oxford: Wiley-Blackwell, 2011.
- CODONER, C. El diálogo. In: ESTEFANÍA, D; POCIÑA, A. (Orgs.) **Géneros literarios romanos: aproximación a su estudio**. Madrid: Ediciones Clásicas, 1996, p. 71-90.
- COMRIE, B. Conditionals: a typology. In: TRAUGOTT, E. C. *et al.* (Eds.) **On Conditionals**. Cambridge: Cambridge University Press, 1986, p. 77-99.
- CONTE, G. B. **Latin Literature - a history**. Translated by Joseph B. Solodow. Revised by Don Fowler and Glenn W. Most. Baltimore and London: The John Hopkins University Press, 1994.
- CORADINI, H. **Metalinguagem na obra De Lingua Latina de Marcos Terêncio Varrão**. São Paulo: Tese de Doutorado, USP, 1999.
- CROFT, W. **Typology and universals**. Cambridge: United Kingdom: CUP, 1990.
- CUNHA, M. A. F. da; BISPO, E. B.; SILVA, J. R. Linguística funcional centrada no uso: conceitos básicos e categorias analíticas. In: CEZARIO, M. M.; CUNHA, M. A. F. da. (Orgs.) **Linguística centrada no uso: uma homenagem a Mário Martelotta**. Rio de Janeiro: Mauad X/FAPERJ, 2013, p. 13-39.
- CUNHA, M. A. F. da; COSTA, M. A.; CEZARIO, M. M. Pressupostos teóricos fundamentais. In: CUNHA, M. A. F. da; OLIVEIRA, M. R. de; MARTELOTTA, M. E. (Orgs.) **Linguística funcional: teoria e prática**. Rio de Janeiro: DP&A/FAPERJ, 2003, p. 29-55.
- CUNHA, M. A. F. da; OLIVEIRA, M. R. de; VOTRE, S. J. A Interação sincronia/diacronia no Estudo da Sintaxe. **Revista D.E.L.T.A**, São Paulo, vol. 15, no. 1, 1999, p. 85-111.
- CUNHA LACERDA, P. F. O papel do método misto na análise de processos de mudança em

- uma abordagem construcional: reflexões e propostas. **Revista Linguística**. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2016. p. 83-101.
- CUVALAY, M. A classification of conditional satellites. In: DEVRIENDT, B. *et al* (Eds.) **Complex structures: A functionalist perspective** (Functional Grammar Series 17). Berlin: Mouton de Gruyter, 1996, p. 1149-175.
- DANCYGIER, B. **Conditionals and predication** (Cambridge Studies in Linguistics). Cambridge: Cambridge University Press, 1998.
- DALIMIER, C. **Apollonius Dyscole - Traité des conjonctions**. Introduction, texte, traduction et commentaire. Paris: J. Vrin, 2001.
- DECAT, M. B. N. Relações retóricas e funções textual-discursivas na articulação de orações no português brasileiro em uso. **Calidoscópio**. v. 8, n. 3, 2010, p. 167-173.
- _____. A articulação hipotática adverbial no português em uso. In: DECAT, M. B. N. *et al*. **Aspectos da gramática do português: uma abordagem funcionalista**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2001, p. 103-166.
- _____. **“Leite com manga, morre!”: da hipotaxe adverbial no português em uso**. São Paulo: Tese de Doutorado, PUC, 1993.
- DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. Trad.: Sandra Regina Netz. Porto Alegre: Artmed, 2006.
- DESBORDES, F. **Idées grecques et romaines sur le langage** – travaux d’histoire et d’épistémologie. Lion: ENS, 2007.
- _____.; BARATIN, M. **L’analyse linguistique dans l’Antiquité Classique**. Paris: Klincksieck, 1981.
- DEZOTTI, L. C. **Arte maior e Arte menor de Donato: tradução, anotação e estudo introdutório**. São Paulo: Dissertação de Mestrado, USP, 2011.
- DIK, C. S. **The theory of functional grammar**. Part I. Dordrecht: Foris, 1989.
- _____. *et al*. The hierarchical structure of the clause and the typology of adverbial satellites. In: NUYTS, J., *et al*. (Eds.) **Layers and levels of representation in language theory: a functional view**. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 1990, p. 25-70.
- _____. **The theory of functional grammar**. Part II. Complex and derived constructions. Berlin: Mouton de Gruyter, 1997.
- DUCROT, O. **Dire et ne pas dire**. Paris: Hermann, 1972.
- ERNOUT, A. **Morphologie historique du latin**. Paris: Klincksieck, 1953.
- _____.; THOMAS, F. **Syntaxe latine**. 3 ed. Paris: Klincksieck, 2002.

- FARACO, C. A. **Linguística histórica**: uma introdução ao estudo da história das línguas. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.
- FARIA, E. **Gramática superior da língua latina**. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1958.
- _____. **Gramática da língua latina**. 2ed. Brasília: FAE, 1995.
- FIGUEIREDO, Maria Flávia; FERREIRA, Luiz Antonio. A perspectiva retórica da argumentação: etapas do processo argumentativo e partes do discurso. **ReVEL**, edição especial vol. 14, n. 12, 2016. [www.revel.inf.br].
- FOLEY, W. A.; VAN VALIN Jr., R. **Functional syntax and universal grammar**. Cambridge: Cambridge University Press, 1984.
- FORD, C. E. **Grammar and Interaction**: Adverbial Clauses in American English Conversations. (Studies in Interactional Sociolinguistics). Cambridge: Cambridge University Press, 1993.
- _____. Speaking conditionally: some contexts for if-clauses in conversation. In: ATHANASIADOU, A. *et al.* **On Conditionals again**. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing, 1997, p. 387-413.
- FORD, C. E., THOMPSON, S. A. Conditionals in discourse: a text based study. In: TRAUGOTT, E. C. *et al.* (Eds.) **On conditionals**. Cambridge: Cambridge University Press, 1986, p. 353-372.
- FORTES, F. da S. Ars maior, Donato: critérios de análise linguística. **Gragoatá**: Niterói, n. 40, 2016, p. 25-46.
- _____. **Sintaxe greco-romana**: Apolônio Díscolo e Prisciano de Cesareia na história do pensamento gramatical antigo. Campinas: Tese de Doutorado, Unicamp, 2012a.
- _____. Uso, variação e norma na tradição gramatical latina. **Revista Signum**: Estudos da Linguagem. Londrina: 2012b, p. 197-214
- _____. As conjunções latinas em Donato e Prisciano: seu estatuto gramatical e discursivo. **Phaos**. Campinas, n. 10, 2010, p. 45-57.
- _____. **Os marcadores discursivos no latim**: considerações pragmáticas e textuais sobre as preposições, interjeições e conjunções latinas em Donato e Prisciano. Campinas: Dissertação de Mestrado, Unicamp, 2008.
- FUZER, C.; CABRAL, S. R. S. **Introdução à gramática sistêmico-funcional em língua portuguesa**. Campinas: Mercado de Letras, 2014.
- GIVÓN, T. **On understanding grammar**. 2 ed. rev. e atual. Amsterdam: John Benjamins, 2018.
- _____. **Functionalism and grammar**. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 1995.

- _____. **Syntax: a functional-typological introduction**. v. II. Philadelphia: John Benjamins, 1990.
- _____. **Syntax: a functional-typological introduction**. v. I. New York: Academic Press, 1984.
- GÓMEZ-GONZÁLEZ, M. L. A.; TABOADA, M. Coherence relations in functional discourse grammar. In: MACKENZIE, J. L.; GÓMEZ-GONZÁLEZ, M. L. A. (Ed.). **Studies in functional discourse grammar**. Berne: Peter Lang, 2005. p. 227-259.
- _____. **On understanding grammar**. New York: Academic Press, 1979.
- GONÇALVES, S. C. L. *et alii*. Tratado geral sobre gramaticalização. In: GONÇALVES, S. C. L.; LIMA-HERNANDES, M. C.; CASSEB-GALVÃO, V. C. (Orgs.) **Introdução à gramaticalização: princípios teóricos e aplicação**. São Paulo: Parábola Editorial, 2007, p. 15-66.
- GUERREIRA, A. R. Los escritos gramaticales (y la erudición) en el siglo IV. In: CODOÑER, Carmen. **Historia de la literatura latina**. 3 ed. Espanha: Cátedra, 2011, p. 783-793.
- GRYNER, H. Graus de vinculação nas cláusulas condicionais. **Cadernos de estudos linguísticos**, v. 28, 1995, p. 69-83.
- _____. **A variação de tempo-modo e conexão das orações condicionais do português**. 1990. Tese (Doutorado) - UFRJ, Rio de Janeiro, 1990.
- GUBA, E. **The paradigm dialog**. Newbury Park: Sage Publications, 1990.
- HAIMAN, J. Conditionals are topics. **Language**, n. 54, 1978, p. 564-589.
- HALLIDAY, M. A. K. **An introduction to functional grammar**. 3 ed. Revised by Mathiessen, C. M. I. M. London: Hodder Arnold, 2004.
- _____. **An introduction to functional grammar**. Baltimore: E. Arnold, 1985.
- _____. **Language as a social semiotic: the social interpretation of language and meaning**. Londres: Edward Arnold, 1978.
- HEINE, B. *et alii*. **Grammaticalization: a conceptual framework**. Chicago: The University of Chicago Press, 1991.
- HIRATA, F. B. M. *A hipotaxe adverbial condicional no português escrito contemporâneo do Brasil*. Araraquara, 1999, 231 f. Dissertação (Mestrado em Linguística e Língua Portuguesa) – Faculdade de Ciências e Letras – Universidade Estadual Paulista.
- HIRATA-VALE, F. B. M. *A expressão da condicionalidade no português escrito do Brasil: contínuo semântico-pragmático*. Araraquara, 2005, 158 f. Tese (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa) - Faculdade de Ciências e Letras – Universidade Estadual Paulista.

- HENGVELD, K. Adverbial clauses in the languages of Europe. In: VAN DER AWERA, J. (Ed.). **Adverbial constructions in the languages of Europe**. Berlin: Mouton de Gruyter, 1998. p. 335-419.
- HOFMANN-SZANTYR, L. **Lateinische grammatik**. München: C.H.BECK'SCHE VERLAGSBUCHHANDLUNG, 1972.
- HOLTZ, L. **Donat et la tradition de l'enseignement grammatical**. Étude sur l'Ars Donati et sa diffusion (IVe – IXe siècle) et édition critique. Paris, CNRS, 2010.
- HOPPER, P. J. Emergent grammar. **Berkeley Linguistic Society**. v. 13, 1987, p. 139-157.
- _____. On some principles of grammaticalization. In: TRAUGOTT, E; HEINE, B. (Orgs.) **Approaches to grammaticalization**. 2 v. Amsterdam: Benjamins, 1991.
- _____.; TRAUGOTT, E. C. **Grammaticalization**. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.
- JOHNSON, R. B.; ONWUEGBUZIE, A.; TURNER, L. Toward a definition of mixed methods research. *Journal of Mixed Methods Research*, 1, 2007. p. 112-133.
- KLEIBER, G. **La sémantique du prototype**: catégories et sens lexical. Paris: Presses Universitaires de France, 1990.
- KORTMANN, B. (Ed.). **Cause – Condition – Concession – Contrast**: cognitive and discourse perspectives. Berlin: Mouton de Gruyter, 2000.
- LALLOT, J. **La grammaire de Denys le Thrace**. Traduit et annotée. Paris: Ed. du CNRS, Coll. Sciences du Langage, 1989.
- LAW, V. From literacy to grammar: describing language structure in the ancient world. In: _____. **The history of linguistics in Europe from Plato to 1600**. Cambridge: Cambridge University Press, 2003, p. 52-93.
- _____. The mnemonic structure of ancient grammatical doctrine. In: SWIGGERS, P.; WOUTERS, A. (ed.). **Ancient grammar**: content and context. Leuven: Paris, 1996 p. 37-52.
- LEHMANN, C. **Thought on grammaticalization**. Munich: LINCOM EUROPA, 1995.
- LINCOLN, Y. S.; GUBA, E. G. Controvérsias paradigmáticas, contradições e confluências emergentes. In: DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. **O planejamento da pesquisa qualitativa**: teorias e abordagens. Trad.: Sandra Regina Netz. Porto Alegre: Artmed, 2006, p. 169-192.
- LINDSAY, W. A. **A short historical latin grammar**. Oxford: The Clarendon Press, 1895.
- LIMA, R. **Gramática normativa da língua portuguesa**. 47 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2008.

- LOURENÇO, F. **Nova gramática do latim**. Lisboa: Quetzal, 2019.
- MANN, W. C.; THOMPSON, S. A. Rhetorical structure theory: toward a functional theory of text organization. **Text**, Berlin, v.8, n.3, 1988, p. 243-281.
- MATTHIESSEN, C.; THOMPSON, S. The structure of discourse and ‘subordination’. In: HAIMAN, J.; THOMPSON, S. (Ed.) **Clause combining in grammar and discourse**. Amsterdam: John Benjamins Publishing, 1988, p. 275-329.
- MARCUSCHI, L. A. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.
- MAROUZEAU, J. **Traité de stylistique latine**. Paris: Les Belles Lettres, 1946.
- MARTELOTTA, M. E. **Mudança linguística: uma abordagem baseada no uso**. São Paulo: Cortez, 2011.
- _____. Mudança linguística. In: CUNHA, M. A. F. da; OLIVEIRA, M. R. de; MARTELOTTA, M. E. (Orgs.) **Linguística funcional: teoria e prática**. Rio de Janeiro: DP&A/FAPERJ, 2003, p. 57-71.
- _____.; VOTRE, S. J., CEZARIO, M. M. **Gramaticalização no português do Brasil: uma abordagem funcional**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro/UFRJ, 1996.
- MARTINHO, M. Dionísio da Trácia, Arte. **Letras Clássicas**. São Paulo, n. 11, 2007, p. 153-179.
- MEILLET, A.; VENDRYES, J. **Traité de grammaire comparée des langues classiques**. 4ed. Paris: H. Champion, 1966.
- MONTEIL, P. **Elementos de fonética y morfología del latín**. Trad. de Concepción Fernández Martínez. Sevilla: Editorial Universidad de Sevilla, 2003.
- MONTOLIO, E. On affirmative and negative complex conditional connectives. In: COUPER-KUHLEN, E.; KORTMANN, B. (Eds.) **Cause, condition, concession, contrast: cognitive and discourse perspectives**. Berlin, New York: Mouton de Gruyter, 2000.
- NEVES, M. H. de M. **Gramática funcional: interação, discurso e texto**. São Paulo: Contexto, 2018a.
- _____. **A gramática do português: revelada em textos**. São Paulo: Editora Unesp, 2018b.
- _____. A interface sintaxe, semântica e pragmática no funcionalismo. Revista **DELTA**. v.33, n. 1, 2017, p. 25-43.
- _____. (Org.) **A construção das orações complexas – gramática do português culto falado no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2016.
- _____. **A gramática passada a limpo: conceitos, análises e parâmetros**. São Paulo: Parábola Editorial, 2012.

- _____. **Gramática de usos do português**. 2 ed. São Paulo: Editora Unesp, 2011.
- _____. **Texto e gramática**. São Paulo: Contexto, 2010.
- _____. **A vertente grega da gramática tradicional**. 2 ed. rev. e atual. São Paulo: Editora Unesp, 2005.
- _____. A sintaxe de Apolônio Díscolo. **Classica** – Revista Brasileira de Estudos Clássicos. 1993, p. 69-74.
- NEVES, M. H. M.; BRAGA, M. L. Hipotaxe e gramaticalização: uma análise das construções de tempo e condição. **D.E.L.T.A.**, v. 14, n. esp, 1998 p. 191-208.
- OLIVEIRA, M. R. de.; ROSÁRIO, I. da C. do. (Orgs.) **Linguística centrada no uso: teoria e método**. Rio de Janeiro: LAMPARINA/FAPERJ, 2015.
- OLIVEIRA, M. R. de.; VOTRE, S. J. A trajetória das concepções de discurso e gramática na perspectiva funcionalista. In: VOTRE, S. J.(Org.) **A construção da gramática**. Niterói: EDUFF, 2012, p. 157-174.
- OLIVEIRA, T. P. **Conjunções e orações condicionais no português do Brasil**. Araraquara, 2008, 115 f. Tese de Doutorado (Linguística e Língua Portuguesa), Faculdade de Ciências e Letra, Universidade Estadual Paulista.
- _____. A relevância do modelo em camadas para o estudo das estratégias comunicativas atualizadas pelas condicionais. In: PEZATTI, E. G. (Org.) **Pesquisas em Gramática Funcional**. Descrição do Português. São Paulo: Editora da UNESP, 2009, p. 373-383.
- PALMER, L. R. **La lingua latina**. 2 ed. Torino: Giulio Einaudi Editore, 1977.
- _____. **The latin language**. 2 ed. Londres: Faber & Faber, 1955.
- PARATORE, E. **História da literatura latina**. Trad.: Manuel Losa. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1983.
- PEREIRA, M. A. **Quintiliano gramático: o papel do mestre de gramática na *Institutio Oratoria***. 2 ed. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2006.
- _____. Natureza e lugar dos discursos gramatical e retórico em Cícero e Quintiliano. **Phaos**. Campinas, n. 1, 2001, p. 143-157.
- PEZATTI, E. G. O funcionalismo em linguística. In: MUSSALIN, F.; BENTES, A. C. **Introdução à linguística**. v.3 - domínios e fronteiras. São Paulo: Cortez, 2005, p. 165-218.
- PINKSTER, H. **Sintaxis y semântica del latín**. Trad.: Esperanza Torrego. Madrid: DICLÁS, 1995.
- POCIÑA, A; ESTEFANÍA, D. (Orgs.) **Géneros literarios romanos: aproximación a su estudio**. Madrid: Ediciones Clásicas Madrid, 1996.

- POGGIO, R. M. G. F. **Processos de gramaticalização de preposições do latim ao português: uma abordagem funcionalista**. Salvador: EDUFBA, 2003.
- PRINCE, H. Toward a taxonomy of given-new information. In: COLE, P. (ed.) **Radical Pragmatics**. New York: Academic Press, 1981, p. 223-255.
- PUENTE, C. M. Condicionales y concessivas. In: BAÑOS, J. M. B. (Org.) **Sintaxis del latín clásico**. Madrid: Liceus, 2009, p. 657-678.
- RAGON, E. **Gramática grega**. Trad. de Cecilia Bartalotti. São Paulo: Odysseus, 2012.
- RAVIZZA, J. **Gramática latina**. Rio de Janeiro: CDB, 1940.
- REDONDO, H. El término σύνδεσμος en Aristóteles y en los estoicos. **Veleia**, 1991-1992, p. 349-366.
- REIS, S. Reflexões sobre uma jornada com destino à pesquisa. **Revista Brasileira de Linguística Aplicada**, v. 1, 2006, p.101-118.
- RIEMANN, O. **Syntaxe latine**. Paris: Klincksieck, 1942.
- ROBINS, R. H. **Pequena história da linguística**. Trad.: Luiz Martins Monteiro. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1983.
- ROCHA, E. L. F. **A Ars grammatica de Diomedes: reflexos do bilinguismo greco-latino**. Juiz de Fora: Dissertação de Mestrado, UFJF, 2015.
- RODRIGUES, F. C. **A Ars grammatica de Mário Plócio Sacerdote, a “primeira gramática latina”, e a tradição gramatical do século III**. Juiz de Fora: Dissertação de Mestrado, UFJF, 2020.
- RODRIGUES, V. V. (Org.) **Gramaticalização, combinação de cláusulas, conectores**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2013.
- _____. (Org.) **Articulação de orações: pesquisa e ensino**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2010.
- ROSÁRIO, I. da C. do. Gramática, gramaticalização, construções e integração oracional: algumas reflexões. In: OLIVEIRA, M. R. de.; ROSÁRIO, I. da C. do. (Orgs.) **Linguística centrada no uso: teoria e método**. Rio de Janeiro: LAMPARINA/FAPERJ, 2015, p. 36-50.
- ROSCH, E. H. Cognitive representation of semantic categories. **Journal of Experimental Psychology**, 104(3), 1975, p. 192-233.
- _____. Natural categories. **Cognitive psychology**, v. 4, 1973, p. 328-350.
- RUBIO, L. **Introducción a la sintaxis estructural del latín**. Barcelona: Ariel, 1989.
- RUBIO, L.; ROLAN, T. G. **Nueva gramática latina**. Madrid: Coloquio Editorial, 1990.
- SÁNCHEZ, P. J. G. Definición de la conjunción en la gramática greco-latina antigua, medieval y renacentista. **Humanitas**. Coimbra, v. LVII, 2005, p. 309-349.

- SAUSSURE, F. de. **Curso de linguística geral**. Trad.: Antônio Chelini, José Paulo Paes, Izidoro Blikstein. 34 ed. São Paulo: Cultrix, 2012.
- SCATOLIN, A. **A invenção no Do Orador de Cícero**: um estudo à luz de *Ad Familiares*, I, 9, 23. São Paulo: Tese de Doutorado, USP, 2009.
- SCHWANDT, T. As três posturas epistemológicas para a investigação qualitativa: interpretativismo, hermenêutica e construcionismo social. In: DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. **O planejamento da pesquisa qualitativa**: teorias e abordagens. Trad.: Sandra Regina Netz. Porto Alegre: Artmed, 2006, p.193-217.
- SOUZA, D. G de. **O participação presente nas comédias plautinas**: uma abordagem funcional. Niterói: Dissertação de Mestrado, UFF, 2015.
- SOUZA, G. C. de. Quando tempo é condição... In: PEZATTI, E. G. (Org) **Pesquisas em gramática funcional**: descrição do português. São Paulo: Ed. UNESP, 2009, p. 357-290.
- SWEETSER, E. E. **From etymology to pragmatics**: metaphorical and cultural aspects of semantic structure. (Cambridge Studies in Linguistics, 54). Cambridge: Cambridge University Press, 1990.
- TOVAR, A. **Gramática histórica latina**: sintaxis. Madrid: S. AGUIRRE, 1946.
- TRAINA, A.; BERTOTTI, T. **Sintassi normativa della lingua latina**. 3 ed. Bologna: Pàtron Editore, 2003.
- TRAUGOTT, E. C.; DASHER, R. **Regularity in semantic change**. Cambridge: Cambridge University Press, 2002
- VALENZA, G. M. **De Lingua Latina, de Marco Terêncio Varrão**: tradução dos livros VIII, IX e X. Curitiba: Dissertação de Mestrado, UFPR, 2010.
- VASCONCELLOS, P. S. de. **Sintaxe do período subordinado latino**. São Paulo: Editora Fap-Unifesp, 2013.
- VISCONTI, J. On English and Italian complex conditional connectives: matching features and implicatures in defining semanto-pragmatic equivalence. **Language Sciences**, v. 18 , n.2, 1996, p. 549-573.
- _____. Conditionals and Subjectification: Implications for a Theory of Semantic Change. In: FISHER, O. *et al* (Eds.) **Up and Down the cline** – The nature of Grammaticalization. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 2004, p. 169-192.
- VON-ALBRECHT, M. **Historia de la literatura romana**. v. 1. Barcelona: Herder, 1997.
- _____. **Cicero's style**. A synopsis. Leiden-Boston: Brill, 2003.
- VOTRE, S. J. Continuidade e mudança na língua portuguesa do Brasil. In: BASTOS, N. B. (Org.) **Língua portuguesa**: uma visão em mosaico. São Paulo: IP-PUC/EDUC, 2002, p.

135-152.

WAKKER, G. Conditionals at different levels of the clause. In: DEVRIENDT, B. *et al* (Eds.)

Complex structures: a functionalist perspective (Functional Grammar Series 17). Berlin:

Mouton de Gruyter, 1996, p. 177-199.

WOODCOCK, F. C. **A new latin syntax**. Londres: Bristol Classical Press, 1959.

APÊNDICE – CORPVS DA PESQUISA

CORPVS - ORAÇÕES CONDICIONAIS CONECTIVAS

• Si, Sin

In Catilinam Oratio Prima

- Exordium [parágrafos 1 e 2]

(01) Referência de Localização: Cic., Cat., I, I, 2	
(...), nos autem fortes uiri satis facere rei publicae uidemur, si istius furorem ac tela uitemus.	(...), quanto a nós, porém, homens valorosos, parecemos fazer bastante pela República, se evitarmos o furor e as armas desse (homem).
Condicional Posposta	Relação MT: apódose: uidemur(pi) / prótase: uitemus(ps)

- Digressio I [parágrafos 3 a 6]

(02 e 03) Referência de Localização: Cic., Cat., I, II, 5	
si te iam, Catilina, <u>comprehendi</u> , si <u>interfici iussero</u> , credo, erit uerendum mihi ne non potius hoc omnes boni serius a me quam quisquam crudelius factum esse dicat.	Se eu ordenar agora, Catilina, que tu sejas preso, se eu ordenar que tu sejas morto, o meu grande temor, creio eu, não será que todos os bons (cidadãos) digam que isto foi feito por mim muito tarde, mas que digam que isto foi feito de modo muito cruel.
Condicionais Antepostas	Relação MT: prótase: iussero(fpi) comprehendi / apódose: erit(fii) prótase: iussero(fpi) interfici / apódose: erit(fii)

(04, 05 e 06) Referência de Localização: Cic., Cat., I, III, 6	
Etenim quid <u>est</u> , Catilina, quod iam amplius exspectes, si neque nox tenebris <u>obscurare coeptus nefarios nec priuata domus parietibus continere uoces coniurationis potest</u> , si <u>illustrantur</u> , si <u>erumpunt</u> omnia?	Com efeito, o que está acontecendo, Catilina, para que esperes ainda mais, se nem a noite pode ocultar nas trevas as tuas reuniões criminosas, nem a casa particular conter com as paredes os rumores da conjuração, se todas as coisas se esclarecem, se todas as coisas vêm à tona?
Condicionais Pospostas	Relação MT: apódose: est(pi) / prótase: potest(pi) obscurare/continere apódose: est(pi) / prótase: illustrantur(pi) apódose: est(pi) / prótase: erumpunt(pi)

- Narratio / Argumentatio [parágrafos 7 a 10(L.4)]

(07) Referência de Localização: Cic., Cat., I, IV, 8	
num negare audes? quid taces? <u>conuincam</u> , si <u>negas</u> .	Acaso ousas negar? Por que te calas? Convencer-te-ei, se negas.
Condicional Posposta	Relação MT: apódose: conuincam(fii) / prótase: negas(pi)

- Argumentatio [parágrafos 10(L.5) a 27(L.3)]

(08 e 09) Referência de Localização: Cic., Cat., I, V, 12		
<i>nam si te interfici iussero, <u>residebit</u> in re publica reliqua coniuratorum manus; sin tu, quod te iam dudum hortor, <u>exieris</u>, <u>exhaurietur</u> ex urbe tuorum comitum magna et perniciosa sentina rei publicae.</i>		<i>Pois, se eu ordenar que tu sejas morto, permanecerá na República o bando restante dos conspiradores; se, pelo contrário, tu saíres, o que já há muito te aconselho, a sentina dos teus companheiros, grande e perigosa para a República será expulsa da cidade.</i>
Condicionais Antepostas	Relação MT: prótase: <i>iussero</i> (fpi) <i>interfici</i> / apódose: <i>residebit</i> (fii) prótase: <i>exieris</i> (fpi) / apódose: <i>exhaurietur</i> (fii)	
(10) Referência de Localização: Cic., Cat., I, V, 13		
<i>non iubeo sed, si me consulis, suadeo.</i>		<i>Não (te) ordeno, mas, se me consultas, (te) aconselho.</i>
Condicional Intercalada	Relação MT: apódose: <i>suadeo</i> (pi) / prótase: <i>consulis</i> (pi)	
(11) Referência de Localização: Cic., Cat., I, VII, 16		
<i>si hoc post hominum memoriam contigit nemini, uocis <u>expectas</u> contumeliam, cum sis grauissimo iudicio taciturnitatis oppressus?</i>		<i>Se isso não aconteceu a ninguém, ao longo da memória dos homens, esperas a repreensão da voz, quando estejas sufocado pelo gravíssimo juízo do silêncio?</i>
Condicional Anteposta	Relação MT: prótase: <i>contigit</i> (ppi) / apódose: <i>expectas</i> (pi)	
(12) Referência de Localização: Cic., Cat., I, VII, 17		
<i>serui mehercule mei si me isto pacto metuerent ut te metuunt omnes ciues tui, domum meam relinquendam <u>putarem</u>;</i>		<i>Por Hércules! Se meus escravos me temessem desse modo, como todos os teus concidadãos te temem, <u>julgaria</u> que a minha casa deveria ser abandonada;</i>
Condicional Anteposta	Relação MT: prótase: <i>metuerent</i> (pis) / apódose: <i>putarem</i> (pis)	
(13) Referência de Localização: Cic., Cat., I, VII, 17		
<i>et si me meis ciuibus iniuria suspectum tam grauiter atque offensum uiderem, <u>carere</u> me aspectu ciuium quam infestis omnium oculis conspici <u>mallem</u>;</i>		<i>E se (eu) me visse, de modo injusto, tão gravemente suspeitado e odiado pelos meus concidadãos, preferiria ser privado da presença deles a ser apontado pelos olhares hostis de todos.</i>
Condicional Anteposta	Relação MT: prótase: <i>uiderem</i> (pis) / apódose: <i>mallem</i> (pis) <i>carere</i>	

(14) Referência de Localização: Cic., Cat., I, VII, 17	
<i>si te parentes timerent atque odissent tui neque eos ratione ulla placare posses, ut opinor, ab eorum oculis aliquo <u>concederes</u>.</i>	<i>Se teus pais te temessem e odiassem e não pudesses acalmá-los de modo algum, desapareceria, como penso, para algum lugar longe dos olhares deles.</i>
Condicional Anteposta	Relação MT: prótase: timerent(pis) / apódose: concederes(pis)

(15 e 16) Referência de Localização: Cic., Cat., I, VII, 18	
<i>quam ob rem discede atque hunc mihi timorem eripe; [si est uerus,] ne opprimar, [sin falsus,] ut tandem aliquando timere desinam.</i>	<i>Por esse motivo, afasta-[te] e me livra desse temor; se (isso) é verdadeiro, para que (eu) não seja oprimida; se, pelo contrário, é falso, para que finalmente algum dia (eu) possa deixar de temer.</i>
Condicionais	Relação MT: prótase: est(pi) prótase: est(pi)

(17) Referência de Localização: Cic., Cat., I, VIII, 19	
<i>haec si tecum, ita ut dixi, patria loquatur, nonne impetrare debeat, etiam si uim adhibere non possit?</i>	<i>Se a pátria, assim como eu disse, falasse contigo essas coisas, acaso não deveria alcançar o seu intento, ainda que não possa empregar a força?</i>
Condicional Anteposta	Relação MT: prótase: loquatur(ps) / apódose: debeat(ps) impetrare

(18) Referência de Localização: Cic., Cat., I, VIII, 20	
<i>quae cum ita sint, Catilina, <u>dubitas</u>, si emori aequo animo non potes, abire in aliquas terras et uitam istam multis suppliciis iustis debitisque ereptam fugae solitudinique mandare?</i>	<i>E como essas coisas sejam assim, Catilina, hesitas, se não podes morrer de ânimo pacífico, em partir para outras terras e em confiar ao exílio e à solidão essa vida imune a muitos castigos justos e devidos.</i>
Condicional Intercalada	Relação MT: apódose: dubitas(pi) / prótase: potes(pi) emori

(19) Referência de Localização: Cic., Cat., I, VIII, 20	
<i>‘Refer’, inquis, ‘ad senatum’; id enim postulas et, si hic ordo placere sibi decreuerit te ire in exsilium, obtemperatum te esse <u>dicis</u>.</i>	<i>Dizes: “Relata ao Senado”; com efeito, pedes isso e, se este conselho decretar aquilo que convém a ele, que tu vás para o exílio, dizes que tu irás obedecer.</i>
Condicional Intercalada	Relação MT: apódose: dicis(pi) / prótase: decreuerit(fpi)

(20) Referência de Localização: Cic., Cat., I, VIII, 20	
<i>egredere ex urbe, Catilina, libera rem publicam metu, in exsilium, si hanc uocem expectas, <u>proficiscere</u>.</i>	<i>Sai da cidade, Catilina, liberta a República do medo; para o exílio, se esta ordem esperas, parte.</i>
Condicional Intercalada	Relação MT: apódose: proficiscere(ip) / prótase: expectas(pi)

(21 e 22) Referência de Localização: Cic., Cat., I, VIII, 21	
<i>at si hoc idem huic adolescenti optimo P. Sestio, si fortissimo uiro M. Marcello <u>dixissem</u>, iam mihi consuli hoc ipso in templo senatus iure optimo uim et manus <u>intulisset</u>.</i>	<i>Mas se (eu) tivesse dito isso mesmo a este boníssimo jovem, Públio Séstio, se tivesse dito ao bravíssimo varão, Marco Marcelo, o Senado já teria conduzido a mim, cônsul, a força e as mãos neste mesmo templo com a maior justiça.</i>
Condicionais Antepostas	Relação MT: prótase: <i>dixissem(pms)</i> / apódose: <i>intulisset(pms)</i> prótase: <i>dixissem(pms)</i> / apódose: <i>intulisset(pms)</i>

(23) Referência de Localização: Cic., Cat., I, IX, 22	
<i>utinam tibi istam mentem di immortales duint! tametsi uideo, si mea uoce perterritus ire in exsilium animum <u>induxeris</u>, quanta tempestas inuidiae nobis, si minus in praesens tempus recenti memoria scelerum tuorum, at in posteritatem <u>impendeat</u>.</i>	<i>Oxalá, que os deuses imortais te proporcionem esse pensamento! Embora veja, se, aterrorizado pela minha voz, lewares o espírito a sair para o exílio, quão grande tempestade de ódio cairá sobre nós, senão no tempo presente, sendo recente a lembrança dos teus crimes, talvez na posteridade.</i>
Condicional Intercalada	Relação MT: apódose: <i>impendeat(ps)</i> / prótase: <i>induxeris(fpi)</i>

(24) Referência de Localização: Cic., Cat., I, IX, 23	
<i>quam ob rem, ut saepe iam dixi, proficiscere ac, si mihi inimico, ut praedicas, tuo <u>conflare uis</u> inuidiam, recta <u>perge</u> in exsilium;</i>	<i>Por isso, como já disse muitas vezes, parte e, se intentas incitar o ódio contra mim, teu inimigo, como proclamas, segue direto para o exílio;</i>
Condicional Intercalada	Relação MT: apódose: <i>perge(ip)</i> / prótase: <i>uis(pi) conflare</i>

(25 e 26) Referência de Localização: Cic., Cat., I, IX, 23	
<i>uix <u>feram</u> sermones hominum, si id <u>feceris</u>, uix molem istius inuidiae, si in exsilium <u>iussu consulis ieris</u>, <u>sustinebo</u>,</i>	<i>Mal suportarei os rumores dos homens, se fizeres isso, mal sustentarei o peso desse ódio, se fores para o exílio, por a ordem do cônsul.</i>
Condicional Posposta Condicional Intercalada	Relação MT: apódose: <i>feram(fii)</i> / prótase: <i>feceris(fpi)</i> apódose: <i>sustinebo(fii)</i> / prótase: <i>ieris(fpi)</i>

(27) Referência de Localização: Cic., Cat., I, IX, 23	
<i>sin autem <u>seruire</u> meae laudi et gloriae <u>mauis</u>, <u>egredere</u> cum importuna sceleratorum manu,</i>	<i>Porém, se, pelo contrário, preferes servir ao meu louvor e à minha glória, sai com o importuno bando de criminosos;</i>
Condicional Anteposta	Relação MT: prótase: <i>mauis(pi) seruire</i> / apódose: <i>egredere(ip)</i>

- *Digressio II* [parágrafos 27(L.4) a 32]

(28, 29 e 30) Referência de Localização: Cic., <i>Cat.</i> , I, XI, 27	
<i>etenim si mecum patria, quae mihi uita mea multo est carior, si cuncta Italia, si omnis res publica sic loquatur:</i> ‘M. Tulli, quid <u>agis</u> ?’	Com efeito, se a pátria, que é para mim muito mais cara do que a minha vida; se toda a Itália, se toda a República assim comigo falasse: “Marco Túlio, o que fazes?”
Condicionais Antepostas	Relação MT: prótase: loquatur(ps) / apódose (discurso direto): agis(pi) prótase: loquatur(ps) / apódose (discurso direto): agis(pi) prótase: loquatur(ps) / apódose (discurso direto): agis(pi)

(31) Referência de Localização: Cic., <i>Cat.</i> , I, XI, 28	
<i>praeclaram uero populo Romano refers gratiam qui te, hominem per te cognitum, nulla commendatione maiorum tam mature ad summum imperium per omnes honorum gradus extulit, si propter inuidiam aut alicuius periculi metum salutem ciuium tuorum <u>neglegis</u>.</i>	Realmente, demonstras uma graça preclara ao povo romano, que tão cedo te conduziu por todos os graus das honrarias, (a ti) homem conhecido por ti mesmo, sem nenhuma recomendação dos antepassados, se negligenciares a salvação dos teus concidadãos por causa do medo do ódio ou de algum perigo.
Condicional Posposta	Relação MT: apódose: refers(pi) / prótase: neglegis(pi)

(32) Referência de Localização: Cic., <i>Cat.</i> , I, XI, 29	
<i>sed si quis est inuidiae metus, non <u>est</u> uehementius seueritatis ac fortitudinis inuidia quam inertiae ac nequitiae pertimescenda.</i>	Mas, se há algum medo do ódio, não deve ser temido mais veementemente o ódio da severidade e da firmeza do que o da inércia e da fraqueza.
Condicional Anteposta	Relação MT: prótase: est(pi) / apódose: est(pi) pertimescenda

(33) Referência de Localização: Cic., <i>Cat.</i> , I, XII, 29	
<i>ego, si hoc optimum factu <u>iudicarem</u>, patres conscripti, Catilinam morte multari, unius usuram horae gladiatori isti ad uiuendum non <u>dedissem</u>.</i>	Senhores senadores, eu, se julgasse isso o melhor a ser feito – que Catilina fosse condenado com a morte –, não teria dado a esse gladiador o prazo de uma hora a mais para viver.
Condicional Intercalada	Relação MT: apódose: dedissem(pms) / prótase: iudicarem(pis)

(34) Referência de Localização: Cic., <i>Cat.</i> , I, XII, 29	
<i>etenim si summi uiri et clarissimi ciues Saturnini et Gracchorum et Flacci et superiorum complurium sanguine non modo se non <u>contaminarunt</u> sed etiam honestarunt, certe uerendum mihi non <u>erat</u> ne quid hoc parricida ciuium interfecto inuidiae in posteritatem redundaret.</i>	Com efeito, se nobres homens e distintíssimos cidadãos não só não se contaminaram com o sangue de Saturnino, e dos Gragos, e de Flaco, e muitos outros mais antigos, mas ao contrário se honraram, certamente não era para eu temer que algum ódio sobrasse para mim na posteridade, depois de morto este parricida dos cidadãos.
Condicional Anteposta	Relação MT: prótase: contaminarunt (ppi) / apódose: erat(pii)

(35) Referência de Localização: Cic., Cat., I, XII, 30	
<i>quorum auctoritatem secuti multi non solum improbi uerum etiam imperiti, si in hunc animaduertissem, crudeliter et regie factum esse dicerent.</i>	<i>Em relação à autoridade daqueles, muitos seguidores não só malvados, mas também inexperientes, se tivesse me voltado contra este, diriam que isso foi feito de modo cruel e tirânico.</i>
Condicional Intercalada	Relação MT: apódose: <i>dicerent</i> (pis) / prótase: <i>animaduertissem</i> (pms)

(36) Referência de Localização: Cic., Cat., I, XII, 30	
<i>nunc intellego, si iste quo intendit, in Manliana castra, peruenerit, neminem tam stultum fore qui non uideat coniurationem esse factam, neminem tam improbum qui non fateatur.</i>	<i>Agora percebo que, se esse tiver chegado ao acampamento manliano, para onde se dirige, ninguém há de ser tão tolo que não veja que a conjuração foi realizada, ninguém tão ímprobo que não confesse.</i>
Condicional Intercalada	Relação MT: apódose: <i>fore</i> (inff.) - <i>uideat</i> (ps) / prótase: <i>peruenerit</i> (fpi)

(37) Referência de Localização: Cic., Cat., I, XIII, 31	
<i>ut saepe homines aegri morbo graui cum aestu febrique iactantur, si aquam gelidam biberunt, primo releuari uidentur, deinde multo grauius uehementiusque affliguntur, sic hic morbus qui est in re publica releuatus istius poena uehementius reliquis uiuis ingrauescet.</i>	<i>Como frequentemente os homens enfermos com grave moléstia, quando são perturbados pelo calor e pela febre, se beberem água gelada, parecem primeiro ficar aliviados, (mas) em seguida, são atacados muito mais grave e violentamente, assim essa doença que está na República, aliviada pelo castigo desse, se agravará mais intensamente com os restantes vivos.</i>
Condicional Anteposta	Relação MT: prótase: <i>biberunt</i> (ppi) / apódose: <i>uidentur</i> (pi)

In Catilinam Oratio Secunda

- Narratio [parágrafos 3 a 16]

(38) Referência de Localização: Cic., Cat., II, II, 3	
<i>Ac si quis est talis quales esse omnes oportebat, qui in hoc ipso in quo exsultat et triumphat oratio mea me uehementer accuset, quod tam capitale hostem non comprehenderim potius quam emissem, non est ista mea culpa, Quirites, sed temporum.</i>	<i>E se alguém é tal qual convinha que todos fossem, que me acuse veementemente nisto mesmo, nisto que o meu discurso exalta e triunfa, porque não prendi um inimigo tão capital de preferência a expulsá(-lo), essa culpa não é minha, ó romanos, mas dos tempos.</i>
Condicional Anteposta	Relação MT: prótase: <i>est</i> (pi) / apódose: <i>acusset</i> (ps)

(39) Referência de Localização: Cic., Cat., II, II, 3	
<i>ac si illo sublato depelli a uobis omne periculum iudicarem, iam pridem ego L. Catilinam non modo inuidiae meae uerum etiam uitae periculo sustulisse.</i>	<i>E se, estando ele destruído, (eu) julgasse que todo o perigo estivesse afastado de vós, já há muito eu teria retirado Lúcio Catilina, com o perigo não só da minha impopularidade, mas também da minha vida.</i>
Condicional Anteposta	Relação MT: prótase: <i>iudicarem</i> (pis) / apódose: <i>sustulisse</i> (pms)

(40) Referência de Localização: Cic., Cat., II, II, 4	
<i>sed cum uiderem, ne uobis quidem omnibus etiam tum re probata si illum, ut erat meritis, morte multassem, fore ut eius socios inuidia oppressus persequi non possem, rem huc deduxi ut tum palam pugnare possetis cum hostem aperte uideretis.</i>	<i>Mas, como eu visse que não estava conhecida por vós até então a conspiração, se (eu) castigasse-o à morte, como era merecido, aconteceria que, oprimido pelo ódio, (eu) não poderia perseguir os cúmplices dele, trouxe a questão para cá, para que pudésseis lutar publicamente, logo que vísseis abertamente o inimigo.</i>
Condicional Anteposta	Relação MT: prótase: <i>multassem</i> (pms) / apódose: <i>fore</i> (inff) - <i>possem</i> (ps)

(41 e 42) Referência de Localização: Cic., Cat., II, III, 5	
<i>quibus ego non modo si aciem exercitus nostri uerum etiam si edictum praetoris ostendero, <u>concident</u>.</i>	<i>Aos quais, se (eu) se eu mostrar não somente a força do nosso exército, mas também se (mostrar) o édito do pretor, (eles) sucumbirão.</i>
Condicional Anteposta	Relação MT: prótase: <i>ostendero</i> (fpi) / apódose: <i>concident</i> (fii)
Condicional Anteposta	prótase: <i>ostendero</i> (fpi) / apódose: <i>concident</i> (fii)

(43) Referência de Localização: Cic., Cat., II, III, 5	
<i>qui si hic permanent, <u>mementote</u> non tam exercitum illum esse nobis quam hos qui exercitum deseruerunt pertimescendos.</i>	<i>E se estes permanecem aqui, lembrai-vos de que aquele exército não deve ser tão (temido) por nós quanto devem ser temidos estes que abandonaram o exército.</i>
Condicional Anteposta	Relação MT: prótase: <i>permanent</i> (pi) / apódose: <i>mementote</i> (if)

(44) Referência de Localização: Cic., Cat., II, III, 6	
<i>ne illi uehementer <u>errant</u>, si illam meam pristinam lenitatem perpetuam sperant futuram.</i>	<i>Ah! Eles se enganam bastante, se esperam que aquela minha antiga bondade seja perpétua.</i>
Condicional Posposta	Relação MT: apódose: <i>errant</i> (pi) / prótase: <i>sperant</i> (pi)

(45) Referência de Localização: Cic., Cat., II, IV, 6	
<i>demonstrabo iter: Aurelia uia profectus est; si accelerare uolent, ad uesperam consequentur.</i>	<i>Mostrarei o caminho: (ele) partiu pela via Aurélia. Se quiserem se apressar, alcançá-lo-ão, à tarde.</i>
Condicional Anteposta	Relação MT: prótase: uolent(fii) accelerare / apódose: consequentur(fii)

(46) Referência de Localização: Cic., Cat., II, IV, 7	
<i>o fortunatam rem publicam, si quidem hanc sentinam urbis eiecerit!</i>	<i>Ó afortunada República, se, na verdade, tiver lançado fora esta sentina da cidade!</i>
Condicional	Relação MT: prótase: eieceriti(fpi)

(47 e 48) Referência de Localização: Cic., Cat., II, V, 10	
<i>hunc uero si secuti erunt sui comites, si ex urbe exierint desperatorum hominum flagitiosi greges, o nos beatos, o rem publicam fortunatam, o praeclaram laudem consulatus mei!</i>	<i>Com efeito, se seus comparsas tiverem seguido este, se as multidões dissolutas de homens desesperados tiverem saído da cidade, ó felizes de nós, ó afortunada República, ó louvor distinto do meu consulado!</i>
Condicional	Relação MT: prótase: secuti erunt(fpi) Prótase: exierint(fpi)

(49) Referência de Localização: Cic., Cat., II, V, 11	
<i>quos si meus consulatus, quoniam sanare non potest, sustulerit, non breue nescio quod tempus sed multa saecula propagarit rei publicae.</i>	<i>Se o meu consulado os afastar, porque não os pode curar, não sei por quanto tempo, não seria breve, mas por muitos séculos terá prolongado à República.</i>
Condicional Anteposta	Relação MT: prótase: sustulerit(fpi) / apódose: nescio(pi)

(50) Referência de Localização: Cic., Cat., II, V, 11	
<i>proinde aut exeant aut quiescant aut, si et in urbe et in eadem mente permanent, ea quae merentur exspectent.</i>	<i>Por esse motivo, ou saiam (da cidade), ou se aquietem ou, se permanecem não só na cidade mas com o mesmo pensamento, aguardem aquilo que merecem.</i>
Condicional Intercalada	Relação MT: apódose: exspectent(ps) / prótase: permanent(pi)

(51) Referência de Localização: Cic., Cat., II, VI, 12	
<i>At etiam sunt qui dicant, Quirites, a me eiectum in exsilium esse Catilinam. quod ego si uerbo assequi possem, istos ipsos eicerem qui haec, loquuntur.</i>	<i>Mas existem ainda, ó romanos, aqueles que dizem que Catilina foi enviado ao exílio por mim. Se eu pudesse conseguir tal coisa com a palavra, expulsaria esses mesmos que dizem essas coisas.</i>
Condicional Anteposta	Relação MT: prótase: possem (pis) assequi / apódose: eiecerem(pis)

(52) Referência de Localização: Cic., Cat., II, VII, 14	
O condicionem miseram non modo administrandae uerum etiam conseruandae rei publicae! nunc si L. Catilina consiliis, laboribus, periculis meis circumclusus ac debilitatus subito <u>pertimuerit</u>, sententiam mutauerit, deseruerit suos, consilium belli faciendi abiecerit et ex hoc cursu sceleris ac belli iter ad fugam atque in exsilium conuerterit, non ille a me spoliatus armis audaciae, non obstupefactus ac perterritus mea diligentia, non de spe conatuque depulsus sed indemnatus innocens in exsilium eiectus a consule ui et minis esse <u>dicetur</u>;	Ó que mísera condição não só de administrar, mas também de conservar a República! Agora, se Lúcio Catilina, cercado e impedido pelos meus conselhos, esforços e perigos tiver temido subitamente, tiver mudado a intenção, tiver abandonado aos seus, tiver rejeitado o projeto de fazer a guerra e tiver volvido o rumo deste caminho de crime e guerra para fuga e exílio, não será dito que ele foi despojado das armas da audácia por mim, (não será dito) que (ficou) atônito e foi aterrorizado com a minha diligência, (não será dito) que (ficou) sem esperança e sem tentativa, mas que foi condenado sem culpa, e foi lançado para o desterro pelo cônsul, pela violência e pelas ameaças;
Condicional Anteposta	Relação MT: prótase: <i>pertimuerit</i> (fpi) / apódose: <i>dicetur</i> (fii)

(53) Referência de Localização: Cic., Cat., II, VII, 14	
et erunt qui illum, si hoc <u>fecerit</u>, non improbum sed miserum, me non diligentissimum consulem sed crudelissimum tyrannum existimari <u>uelint</u>!	E haverá aqueles, se ele tiver feito isso, que queiram que ele seja julgado não ímprobo, mas infeliz, e eu não um cônsul de tamanha devoção, mas um tirano muito cruel.
Condicional Intercalada	Relação MT: apódose: <i>erunt</i> (fii) / prótase: <i>fecerit</i> (fpi)

(54) Referência de Localização: Cic., Cat., II, VII, 15	
sed cum sint homines qui illum, cum profectus sit, eiectum esse dicant, idem, si <u>interfectus esset</u>, quid <u>dicerent</u>?	Mas visto que existam homens que digam que ele, quando partiu, foi expulso, esses mesmos (homens), se (ele) tivesse sido morto, o que diriam?
Condicional Intercalada	Relação MT: apódose: <i>dicerent</i> (pis) / prótase: <i>interfectus esset</i> (pms)

(55) Referência de Localização: Cic., Cat., II, VII, 16	
ille autem, si mehercule hoc quod agit numquam antea <u>cogitasset</u>, tamen latrocinantem se <u>interfici mallet</u> quam exsulem uiuere.	Mas ele, por Hércules, se nunca tivesse cogitado antes aquilo que vem fazendo, preferiria, contudo, que ele fosse morto roubando, a viver exilado.
Condicional Anteposta	Relação MT: prótase: <i>cogitasset</i> (pms) / apódose: <i>mallet</i> (pis) <i>interfici</i>

- *Argumentatio* [parágrafos 17 a 27]

(56 e 57) Referência de Localização: Cic., <i>Cat.</i> , II, VIII, 17		
<i>quos quidem ego, si ullo modo fieri possit, non tam ulcisci studeo quam sanare sibi ipsos, placare rei publicae, neque id quare fieri non possit, si me audire uolent, intellego.</i>		Na verdade, eu não desejo tanto punir estes quanto desejo curá-los, se isto pudesse ser feito de algum modo , e reconciliar os próprios com a República, de algum modo, nem compreendo por que isto, se quiserem me ouvir , não possa se realizar.
Condicional Intercalada	Relação MT: apódose: <i>studeo(pi) ulcisci</i> / prótase: <i>possit(ps) fieri</i>	
Condicional Intercalada	apódose: <i>intellego(pi)</i> / prótase: <i>uolent(fii) audire</i>	
(58) Referência de Localização: Cic., <i>Cat.</i> , II, VIII, 17		
<i>exponam enim uobis, Quirites, ex quibus generibus hominum istae copiae comparentur; deinde singulis medicinam consili atque orationis meae, si quam potero, afferam.</i>		Expor-vos-ei, com efeito, ó romanos, de que espécies de homens essas tropas estão compostas; depois trarei a cada um, se eu puder trazer algum , o remédio do meu conselho e do meu discurso.
Condicional Intercalada	Relação MT: apódose: <i>afferam(fii)</i> / prótase: <i>potero(fii)</i>	
(59) Referência de Localização: Cic., <i>Cat.</i> , II, VIII, 18		
<i>sed hosce homines minime puto pertimescendos, quod aut deduci de sententia possunt aut, si permanebunt, magis mihi uidentur uota facturi contra rem publicam quam arma laturi.</i>		Mas (eu) penso que estes homens devem ser bem pouco temidos, porque ou podem ser dissuadidos de sua opinião, ou, se continuarem , mais me parece que hão de fazer votos contra a República, do que hão de trazer armas.
Condicional Intercalada	Relação MT: apódose: <i>uidentur(pi)</i> / prótase: <i>permanebunt(fii)</i>	
(60) Referência de Localização: Cic., <i>Cat.</i> , II, IX, 19		
<i>non uident id se cupere, quod si adepti sint, fugitiuo alicui aut gladiatori concedi sit necesse?</i>		Não percebem que (eles) cobiçam aquilo que, se (o) tivessem obtido , seria necessário que fosse concedido a qualquer fugitivo ou a (qualquer) gladiador?
Condicional Intercalada	Relação MT: apódose: <i>sit(ps)</i> / prótase: <i>adepti sint(pps)</i>	
(61) Referência de Localização: Cic., <i>Cat.</i> , II, IX, 20		
<i>hi dum aedificant tamquam beati, dum raedis, lecticis, familiis magnis, conuiuiis apparatis delectantur, in tantum aes alienum inciderunt ut, si salui esse uelint, Sulla sit iis ab inferis excitandus;</i>		Enquanto estes construíam como afortunados, enquanto se deleitavam com as carroças, com as leiteiras, com muitos escravos e com os banquetes (bem) preparados, caíram em tão grande dívida que, se quiserem ser livres , Sila deve ser retirado dos infernos por eles.
Condicional Intercalada	Relação MT: apódose: <i>sit (ps) excitandus</i> / prótase: <i>uelint(ps) esse</i>	

(62) Referência de Localização: Cic., Cat., II, X, 21	
<i>qui homines quam primum, si stare non possunt, corruant, sed ita ut non modo ciuitas sed ne uicini quidem proximi sentiant.</i>	<i>Homens que primeiramente, se não podem persistir, (que) caíam, mas de tal maneira que não somente a cidade, mas nem os vizinhos próximos (os) percebiam.</i>
Condicional Intercalada	Relação MT: apódose: <i>corruant(ps)</i> / prótase: <i>possunt(pi) stare</i>

(63) Referência de Localização: Cic., Cat., II, X, 21	
<i>nam illud non intellego quam ob rem, si uiuere honeste non possunt, perire turpiter uelint aut cur minore dolore perituros se cum multis quam si soli peresa ant arbitrentur.</i>	<i>Com efeito, não entendo aquilo, porque, se não podem viver honestamente, queiram morrer torpemente ou porque julguem que eles hão de morrer com menos dor com muitos (na conjuração), do que se morressem sozinhos.</i>
Condicional Intercalada	Relação MT: apódose: <i>uelint(ps) perire</i> / prótase: <i>possunt(pi) uiuere</i>

(64) Referência de Localização: Cic., Cat., II, XI, 25	
<i>sed si omissis his rebus quibus nos suppeditamur, eget ille, senatu, equitibus Romanis, populo Romano, urbe, aerario, uectigalibus, cuncta Italia, prouinciis omnibus, exteris nationibus, si his rebus omissis causas ipsas, quae inter se conflagunt contendere uelimus, ex eo ipso quam ualde illi iaceant <u>intellegere possumus</u>.</i>	<i>Mas se, omitidas todas estas coisas, das quais nós somos abastecidos pelo Senado, pelos cavaleiros romanos, pelo povo romano, pela cidade, pelo tesouro público, pelos tributos, por toda a Itália, por todas as províncias, por todas as noções estrangeiras e de que ele carece, se omitidas estas coisas, quisermos comparar essas mesmas causas que conflitam entre si, podemos compreender disso mesmo, como eles estão totalmente prostrados.</i>
Condicional Anteposta	Relação MT: prótase: <i>uelimus(ps) contendere</i> / apódose: <i>possumus(pi)</i>

(65) Referência de Localização: Cic., Cat., II, XII, 27	
<i>Nunc illos qui in urbe remanserunt atque adeo qui contra urbis salutem omniumque uestrum in urbe a Catilina relictis sunt, quamquam sunt hostes, tamen, quia nati sunt ciues, monitos etiam atque etiam uolo: mea lenitas adhuc si cui solutior uisa est, hoc <u>expectauit</u> ut id quod latebat erumperet;</i>	<i>Agora aqueles que ficaram na cidade e também aqueles que foram deixados na cidade contra a salvação da cidade e de todos vós, embora sejam inimigos, contudo, porque nasceram cidadãos, desejo que fiquem avisados mais e mais: minha bondade, se foi considerada mais branda por alguém até agora, esperou isto: que o que estava escondido aparecesse.</i>
Condicional Anteposta	Relação MT: prótase: <i>uisa est(ppi)</i> / apódose: <i>expectauit(ppi)</i>

(66) Referência de Localização: Cic., Cat., II, XII, 27	
<i>nullus est portis custos, nullus insidiator uiae; si qui exire uolunt, coniuere possum.</i>	<i>Não há nenhum guarda nos portões, não há nenhum salteador no caminho; se alguns querem sair, posso ser conivente.</i>
Condicional Anteposta	Relação MT: prótase: <i>uolunt(pi) exire</i> / apódose: <i>possum(pi) coniuere</i>

- Peroratio [parágrafos 28 e 29]

(67) Referência de Localização: Cic., Cat., II, XIII, 28	
<i>quod ego sic administrabo, Quirites, ut, si ullo modo fieri poterit, ne improbus quidem quisquam in hac urbe poenam sui sceleris <u>sufferat</u>.</i>	Assim conduzirei (esta guerra), ó romanos, de tal modo que, se algo puder ser feito de alguma maneira , nenhum ímprobo deixe de sofrer a pena do seu crime nesta cidade.
Condicional Intercalada	Relação MT: apódose: <i>sufferat</i> (ps) / prótase: <i>poterit</i> (fii) <i>fieri</i>

(68 e 69) Referência de Localização: Cic., Cat., II, XIII, 28	
<i>sed si uis manifestae audaciae, si impendens patriae periculum me necessario de hac animi lenitate <u>deduxerit</u>, illud profecto <u>perficiam</u> quod in tanto et tam insidioso bello uix optandum uidetur, ut neque bonus quisquam intereat paucorumque poena uos omnes salui esse possitis.</i>	<i>Mas se a força da audácia manifesta, se o perigo iminente da pátria me afastar necessariamente desta serenidade de ânimo, por certo farei aquilo que parece apenas que deve ser desejado em uma guerra tão grande e tão insidiosa, que não pereça nenhum bom (cidadão) e que todos vós possais ser salvos agora com o castigo de poucos.</i>
Condicional Anteposta Condicional Anteposta	Relação MT: prótase: <i>deduxerit</i> (fpi) / apódose: <i>perficiam</i> (fii) prótase: <i>deduxerit</i> (fpi) / apódose: <i>perficiam</i> (fii)

In Catilinam Oratio Tertia

- Exordium [parágrafos 1 a 3(L.4)]

(70) Referência de Localização: Cic., Cat., III, I, 2	
<i>et si non minus nobis iucundi atque illustres <u>sunt</u> ii dies quibus conseruamur quam illi quibus nascimur, quod salutis certa laetitia <u>est</u>, nascendi incerta condicio et quod sine sensu nascimur, cum uoluptate seruamur, (...)</i>	<i>E se estes dias em que somos conservados não são menos agradáveis e (menos) ilustres do que aqueles em que nascemos, porque a alegria da salvação é certa, (mas) a condição de nascer incerta, e porque nascemos sem consciência, e nos conservamos com prazer, (...)</i>
Condicional Anteposta	Relação MT: prótase: <i>sunt</i> (pi) / apódose: <i>est</i> (pi)

- Narratio [parágrafos 3(L.5) a 15]

(71) Referência de Localização: Cic., Cat., III, III, 7	
<i>cum summis et clarissimis huius ciuitatis uiris qui audita re frequentes ad me mane conuenerant litteras a me prius aperiri quam ad senatum deferri placeret, ne, si nihil esset inuentum, temere a me tantus tumultus iniectus ciuitati <u>uideretur</u>, negaui me esse facturum ut de periculo publico non ad consilium publicum rem integram deferrem.</i>	<i>Visto que agradasse aos maiores e mais ilustres varões desta cidade, os quais, ouvida a notícia, se reuniram, numerosos, junto a mim, pela manhã, (agradasse) que as cartas fossem abertas por mim, antes que fossem levadas ao Senado, a fim de que, se nada fosse encontrado, não parecesse que tamanho tumulto fora lançado sem ponderação, por mim, à cidade, neguei que agiria de forma a não reportar o caso todo, acerca do perigo público, ao conselho público.</i>
Condicional Intercalada	Relação MT: apódose: <i>uideretur</i> (pis) / prótase: <i>esset</i> (pis)

(72) Referência de Localização: Cic., Cat., III, III, 7	
<i>etenim, Quirites, si ea quae erant ad me delata reperta non essent, tamen ego non <u>arbitrabar</u> in tantis rei publicae periculis esse mihi nimiam diligentiam pertimescendam.</i>	<i>Com efeito, ó romanos, se aquelas coisas que foram trazidas a mim não tivessem sido descobertas, todavia eu não julgava que uma demasiada diligência me devia ser temida em tão grandes perigos para a República.</i>
Condicional Anteposta	Relação MT: prótase: <i>reperta essent</i> (pms) / apódose: <i>arbitrabar</i> (pii)

(73) Referência de Localização: Cic., Cat., III, III, 8	
<i>atque interea statim admonitu Allobrogum C. Sulpicium praetorem, fortem uirum, misi, qui ex aedibus Cethegi si quid telorum esset efferret;</i>	<i>E, entretanto, logo mandei, por conselho dos Alóbroges, Gaio Sulpício, pretor, homem corajoso, que trouxesse da casa de Cetego, algumas armas, se (as) houvesse.</i>
Condicional Intercalada	Relação MT: apódose: <i>efferret</i> (pis) / prótase: <i>esset</i> (pis)

(74) Referência de Localização: Cic., Cat., III, V, 11	
<i>leguntur eadem ratione ad senatum Allobrogum populumque litterae. si quid de his rebus dicere uellet, feci potestatem.</i>	<i>São lidas cartas do mesmo teor ao Senado e ao povo dos Alóbroges. Se ele (Lêntulo) quisesse dizer algo sobre estas coisas, dei-(lhe) permissão.</i>
Condicional Anteposta	Relação MT: prótase: <i>uellet</i> (pis) <i>dicere</i> / apódose: <i>feci</i> (ppi)

(75) Referência de Localização: Cic., Cat., III, VI, 15	
<i>quae supplicatio si cum ceteris supplicationibus conferatur, hoc <u>interest</u> quod ceterae bene gesta, haec una conseruata re publica constituta est.</i>	<i>Se esta ação de graças for comparada com as outras ações de graças, difere nisto, porque as outras (foram concedidas) pela boa gerência da República, esta foi a única estabelecida pela conservação da República.</i>
Condicional Anteposta	Relação MT: prótase: <i>conferatur</i> (ps) / apódose: <i>interest</i> (pi)

- *Argumentatio* [parágrafos 16 a 22]

(76) Referência de Localização: Cic., Cat., III, VIII, 20	
<i>ac se sperare dixerunt, si illud signum quod uidetis solis ortum et forum curiamque conspiceret, fore ut ea consilia quae clam essent inita contra salutem urbis atque imperi <u>illustrarentur</u>, (...)</i>	<i>E disseram que eles esperavam que, se aquela estátua que vedes contemplasse o nascimento do sol e o fórum e a cúria, havia de acontecer que fossem patenteados aqueles planos que tivessem sido iniciados clandestinamente contra a salvação da cidade e do império, (...)</i>
Condicional Intercalada	Relação MT: apódose: <i>fore</i> (inff) - <i>illustrarentur</i> (pis) / prótase: <i>conspiceret</i> (pis)

(77) Referência de Localização: Cic., Cat., III, IX, 22	
<i>quibus ego si me restitisse <u>dicam</u>, nimium mihi <u>sumam</u> et non sim ferendus: ille, ille Iuppiter restitit;</i>	<i>Se eu disser a estes que eu (lhes) resisti, tomarei muito para mim e não seria suportável: aquele, aquele Júpiter resisitui;</i>
Condicional Anteposta	Relação MT: prótase: <i>dicam</i> (fii) / apódose: <i>sumam</i> (fii)

- Peroratio [parágrafos 23 a 29]

(78) Referência de Localização: Cic., Cat., III, XII, 27	
<i>(...), uestrum <u>est</u>, Quirites, si ceteris facta sua recte <u>prosunt</u>, mihi mea ne quando obsint prouidere.</i>	<i>(...), é próprio de vós, ó romanos, cuidar para que, se os seus feitos com razão são úteis aos demais, a mim os meus não me prejudiquem um dia.</i>
Condicional Intercalada	Relação MT: apódose: <i>est</i> (pi) prouidere / prótase: <i>prosunt</i> (pi)

(79) Referência de Localização: Cic., Cat., III, XII, 29	
<i>illud perficiam profecto, Quirites, ut ea quae gessi in consulatu priuatus tuear atque ornem, ut, si qua <u>est</u> inuidia in conseruanda re publica <u>suscepta</u>, <u>laedat</u> inuidos, mihi ualeat ad gloriam.</i>	<i>Farei, sem dúvida, aquilo, ó romanos, para que proteja e todas as atitudes tomadas em meu consulado, em minha vida privada, de modo que, se algum ódio for aceito na conservação da República, (que) ultraje os invejosos e sirva para a minha glória.</i>
Condicional Intercalada	Relação MT: apódose: <i>laedat</i> (ps) / prótase: <i>est suscepta</i> (ppi)

In Catilinam Oratio Quarta

- Exordium [parágrafos 1 a 6]

(80) Referência de Localização: Cic., Cat., IV, I, 1	
<i><u>uideo</u> uos non solum de uestro ac rei publicae uerum etiam, si id <u>depulsum sit</u>, de meo periculo esse sollicitos.</i>	<i>Vejo que vós estais preocupados não só com o vosso perigo, mas ainda, se esse for afastado, com o meu perigo.</i>
Condicional Intercalada	Relação MT: apódose: <i>uideo</i> (pi) esse sollicitos / prótase: <i>depulsum sit</i> (pps)

(81) Referência de Localização: Cic., Cat., IV, I, 1	
<i>mihi si haec condicio consulatus <u>data est</u> ut omnes acerbitates, omnes dolores cruciatusque <u>perferrem</u>, <u>feram</u> non solum fortiter uerum etiam libenter, dummodo meis laboribus uobis populoque Romano dignitas salusque pariat.</i>	<i>Se esta condição do consulado me foi dada para que eu suportasse todas as amarguras, todas as dores e (todos) os tormentos, suportá-los-ei não só com força, mas também de boa vontade, contanto que, com meus esforços, seja alcançada a dignidade e a salvação para vós e para o povo romano.</i>
Condicional Anteposta	Relação MT: prótase: <i>data est</i> (ppi) / apódose: <i>feram</i> (fii)

(82) Referência de Localização: Cic., Cat., IV, I, 2	
<i>nunc si hunc exitum consulatus mei di immortales esse <u>uoluerunt</u> ut uos populumque Romanum ex caede miserrima, coniuges liberosque uestros uirginesque Vestales ex acerbissima uexatione, templa atque delubra, hanc pulcherrimam patriam omnium nostrum ex foedissima flamma, totam Italiam ex bello et uastitate eriperem, quaecumque mihi uni proponetur fortuna <u>subeatur</u>.</i>	<i>Agora, se os deuses imortais quiseram que o fim do meu consulado fosse este, que (eu) livrasse a vós e ao povo romano de um massacre tão deplorável, às vossas esposas e aos vossos filhos, e às virgens vestais de uma violência cruel, aos templos e aos santuários, a esta formosíssima pátria de todos nós das chamadas horrendas; toda a Itália da guerra e da devastação, qualquer que seja a sorte reservada unicamente a mim, (que) seja suportada (por mim).</i>
Condicional Anteposta	Relação MT: prótase: <i>uoluerunt</i> (ppi) / apódose: <i>subeatur</i> (ps)

(83) Referência de Localização: Cic., Cat., IV, I, 2	
<i>etenim si P. Lentulus suum nomen inductus a uatibus fatale ad perniciem rei publicae fore <u>putauit</u>, cur ego non <u>laeter</u> meum consulatum ad salutem populi Romani prope fatalem exstitisse?</i>	<i>De fato, se Públio Lêntulo, induzido pelos adivinhos, julgou que o seu nome havia de ser fatal para a desgraça da República, por que razão eu não me alegraria que meu consulado tenha surgido de modo predestinado a salvar o povo romano?</i>
Condicional Anteposta	Relação MT: prótase: <i>putauit</i> (ppi) / apódose: <i>laeter</i> (ps)

(84) Referência de Localização: Cic., Cat., IV, II, 3	
<i>deinde, si quid <u>obtigerit</u>, aequo animo paratoque <u>moriar</u>.</i>	<i>Depois, se algo (de mal) ocorrer, morrerei com o espírito tranquilo e preparado.</i>
Condicional Anteposta	Relação MT: prótase: <i>obtigerit</i> (fpi) / apódose: <i>moriar</i> (fii)

(85) Referência de Localização: Cic., Cat., IV, III, 6	
<i>huic si paucos <u>putatis</u> affines esse, uehementer <u>erratis</u>:</i>	<i>Se pensais que são poucos os parentes dele, errais grandemente.</i>
Condicional Anteposta	Relação MT: prótase: <i>putatis</i> (pi) / apódose: <i>erratis</i> (pi)

- Narratio [parágrafos 7 e 8]

(86, 87 e 88) Referência de Localização: Cic., Cat., IV, IV, 7	
<i>municipiis dispertiri iubet: habere <u>uidetur</u> ista res iniquitatem, si <u>imperare uelis</u>, difficultatem, si <u>rogare</u>; <u>decernatur</u> tamen, si <u>placet</u>.</i>	<i>Manda que sejam distribuídos pelos municípios: essa medida parece incluir uma injustiça, se a quiserdes ordenar, uma dificuldade, se a quiserdes pedir; todavia, que se decrete, se (te) agrada.</i>
Condicional Posposta Condicional Posposta Condicional Posposta	Relação MT: apódose: <i>uidetur</i> (pi) habere / prótase: <i>uelis</i> (ps) imperare apódose: <i>uidetur</i> (pi) habere / prótase: <i>uelis</i> (ps) rogare apódose: <i>decernatur</i> (ps) / prótase: <i>placet</i> (pi)

(89) Referência de Localização: Cic., Cat., IV, IV, 8	
<i>adiungit grauem poenam municipiis, si quis eorum uincula <u>ruperit</u>;</i>	<i>Acrescenta uma grave punição aos municípios, se algum deles escapar da prisão.</i>
Condicional Posposta	Relação MT: apódose: <i>adiungit(pi)</i> / prátase: <i>ruperit(fpi)</i>

(90) Referência de Localização: Cic., Cat., IV, IV, 8	
<i>bona praeterea publicari iubet, uitam solam relinquit nefariis hominibus; quam si eripuisset, multos una dolores animi atque corporis et omnes scelerum poenas <u>ademisset</u>.</i>	<i>Além disso, manda que seus bens sejam confiscados, deixa a estes homens criminosos somente a vida; se (lhes) tivesse arrancado a vida, teria tirado com ela muitas dores do corpo e da alma e todas as penas dos crimes.</i>
Condicional Anteposta	Relação MT: prátase: <i>eripuisset(pms)</i> / apódose: <i>ademisset(pms)</i>

- Digressio I [parágrafos 9 e 10]

(91 e 92) Referência de Localização: Cic., Cat., IV, V, 9	
<i>si eritis secuti sententiam C. Caesaris, quoniam hanc is in re publica uiam quae popularis habetur secutus est, fortasse minus <u>erunt</u> hoc auctore et cognitore huiusce sententiae mihi populares impetus pertimescendi; sin illam alteram, <u>nescio</u> an amplius mihi negoti contrahatur, sed tamen meorum periculorum rationes utilitas rei publicae uincat.</i>	<i>Se (vós) seguides a sentença de Caio César, visto que o mesmo na República seguiu um caminho que é tido como popular, talvez devam ser menos temidos por mim os ataques populares, sendo este o autor e o defensor do mesmo parecer; se, pelo contrário, (seguirdes) aquela outra (sentença), não sei se mais amplo problema será contraído por mim, mas, todavia, que proveito da República vingue as razões dos meus perigos.</i>
Condicional Anteposta	Relação MT: prátase: <i>eritis(fii)</i> / apódose: <i>erunt(fii)</i>
Condicional Anteposta	prátase: <i>eritis(fii)</i> / apódose: <i>nescio(pi)</i>

- Argumentatio [parágrafos 11 a 19]

(93) Referência de Localização: Cic., Cat., IV, VI, 12	
<i>etenim quaero, si quis pater familias liberis suis a seruo interfectis, uxore occisa, incensa domo supplicium de seruo non quam acerbissimum <u>sumpserit</u>, utrum is clemens ac misericors an inhumanissimus et crudelissimus esse <u>uideatur</u>.</i>	<i>Com efeito, pergunto, se algum chefe de família, mortos os seus filhos pelo criado, morta a esposa, incendiada a casa, não aplicar ao escravo o castigo mais cruel possível, ele terá parecido ser clemente e misericordioso ou desumano e muito cruel?</i>
Condicional Intercalada	Relação MT: apódose: <i>uideatur(ps)</i> / prátase: <i>sumpserit(fpi)</i>

(94 e 95) Referência de Localização: Cic., Cat., IV, VI, 12	
<i>sic nos in his hominibus qui nos, qui coniuges, qui liberos nostros trucidare uoluerunt, qui singulas unius cuiusque nostrum domos et hoc uniuersum rei publicae domicilium delere conati sunt, qui id egerunt, ut gentem Allobrogum in uestigiis huius urbis atque in cinere deflagrati imperi collocarent, si uehementissimi <u>fuerimus</u>, misericordes <u>habebimur</u>; sin remissiores esse <u>uoluerimus</u>, summae nobis crudelitatis in patriae ciuiumque pernicie fama <u>subeunda est</u>.</i>	<i>Assim, se tivermos sido muito severos contra aqueles que quiseram nos matar, (matar) nossas esposas e nossos filhos, que tentaram destruir as casas de cada um de nós e toda esta sede da República, que fizeram isto, para que colocassem o povo dos Alóbroges nos vestígios desta cidade e na cinza do império em chamas, seremos tidos como misericordiosos; se, pelo contrário, quisermos ser mais indulgentes, a fama da maior crueldade em meio a destruição da pátria e dos cidadãos, deve ser suportada por nós.</i>
Condicional Anteposta	Relação MT: prótase: <i>fuerimus</i> (fpi) / apódose: <i>habebimur</i> (fii)
Condicional Anteposta	prótase: <i>uoluerimus</i> (fpi) / apódose: <i>subeunda est</i> (pi)

(96) Referência de Localização: Cic., Cat., IV, VII, 15	
<i>quam si coniunctionem in consulatu confirmatam meo perpetuam in re publica <u>tenuerimus</u>, <u>confirmo</u> uobis nullum posthac malum ciuile ac domesticum ad ullam rei publicae partem esse uenturum.</i>	<i>Se tivermos perpétua na República esta reunião confirmada em meu consulado, afirmo-vos que, após isso, nenhum mal civil e doméstico há de vir a qualquer setor da República.</i>
Condicional Anteposta	Relação MT: prótase: <i>tenuerimus</i> (fpi) / apódose: <i>confirmo</i> (pi)

(97) Referência de Localização: Cic., Cat., IV, VIII, 17	
<i>quare si quem uestrum forte <u>commouet</u> hoc quod auditum est, lenonem quendam Lentuli concursare circum tabernas, pretio sperare sollicitari posse animos egentium atque imperitorum, <u>est</u> id quidem <u>coeptum</u> atque <u>temptatum</u>, (...)</i>	<i>Por isso, se por acaso isto comove algum de vós, (isto) que foi ouvido de que um certo agente de Lêntulo andou em volta das lojas, de que esperava poder aliciar mediante pagamento as mentes dos pobres e ignorantes, isto, na verdade, foi empreendido e tentado, (...).</i>
Condicional Anteposta	Relação MT: prótase: <i>commouet</i> (pi) / apódose: <i>est coeptum</i> (ppi)

(98) Referência de Localização: Cic., Cat., IV, VIII, 17	
<i>quorum si quaestus occlusis tabernis minui <u>solet</u>, quid tandem incensis <u>futurum fuit</u>?</i>	<i>Se o lucro destes, fechadas as lojas, costuma ser diminuído, o que aconteceria finalmente depois de incendiadas?</i>
Condicional Anteposta	Relação MT: prótase: <i>solet</i> (pi) / apódose: <i>fuit</i> (ppi)

- *Peroratio* [parágrafos 23 e 24]

(99) Referência de Localização: Cic., <i>Cat.</i> , IV, XI, 23	
<i>quod si meam spem uis improborum fefellerit atque superauerit, commendo uobis paruum meum filium, cui profecto satis <u>erit</u> praesidi non solum ad salutem uerum etiam ad dignitatem, si eius qui haec omnia suo solius periculo conseruarit illum filium esse <u>memineritis</u>.</i>	<i>Pois se a força dos maus tiver enganado e tiver vencido a minha esperança, recomendo-vos meu pequeno filho, o qual, certamente, terá bastante defesa, não somente para a sua sobrevivência, mas também para a sua honra, se vos lembrardes que ele é filho daquele que conservou todas estas coisas com o seu perigo somente.</i>
Condicional Posposta	Relação MT: apódose: <i>erit</i> (fii) / prótase: <i>memineritis</i> (fpi)

CORPVS - ORAÇÕES CONDICIONAIS CONECTIVAS

• *Modo, Dummodo**In Catilinam Oratio Prima*- *Argumentatio* [parágrafos 10(L.5) a 27(L.3)]

(01) Referência de Localização: Cic., <i>Cat.</i> , I, V, 10	
<i>educ tecum etiam omnes tuos, si minus, quam plurimos; purga urbem. magno me metu liberabis, modo inter me atque te murus intersit.</i>	<i>Leva também contigo todos os teus, senão (todos), o maior número possível; limpa a cidade. Libertar-me-ás de grande medo, contanto que entre mim e ti se interponha um muro.</i>
Condicional Posposta	Relação MT: apódose: <i>liberaris</i> (fii) / prótase: <i>intersit</i> (ps)

(02) Referência de Localização: Cic., <i>Cat.</i> , I, IX, 22	
<i>utinam tibi istam mentem di immortales duint! tametsi uideo, si mea uoce perterritus ire in exsilium animum induxeris, quanta tempestas inuidiae nobis, si minus in praesens tempus recenti memoria scelerum tuorum, at in posteritatem impendeat. sed est tanti, dummodo tua ista sit priuata calamitas et a rei publicae periculis seiungatur.</i>	<i>Oxalá, que os deuses imortais te proporcionem esse pensamento! Embora veja, se, aterrorizado pela minha voz, leuares o espírito a sair para o exílio, quão grande tempestade de ódio cairá sobre nós, senão no tempo presente, sendo recente a lembrança dos teus crimes, talvez na posteridade. Mas é para mim de tão grande importância, contanto que essa calamidade seja particular e esteja separada dos perigos para a república.</i>
Condicional Posposta	Relação MT: apódose: <i>est</i> (pi) / prótase: <i>sit</i> (ps) – <i>seiungatur</i> (ps)

In Catilinam Oratio Secunda- *Narratio* [parágrafos 3 a 16]

(03) e (04) Referência de Localização: Cic., <i>Cat.</i> , II, VII, 15	
<i>est mihi tanti, Quirites, huius inuidiae falsae atque iniquae tempestatem subire, dummodo a uobis huius horribilis belli ac nefarii periculum depellatur. dicatur sane eiectus esse a me, dummodo eat in exsilium.</i>	<i>Eu estimo muito, ó romanos, experimentar a tempestade deste ódio falso e iníquo, contanto que o perigo desta horrível e criminosa guerra seja afastado de vós. Que se diga, na verdade, que foi expulso por mim, contanto que vá para o exílio.</i>
Condicional Posposta	Relação MT: apódose: <i>est</i> (pi) / prótase: <i>depellatur</i> (ps)
Condicional Posposta	apódose: <i>dicatur</i> (ps) / prótase: <i>eat</i> (ps)

In Catilinam Oratio Quarta

- *Exordium* [parágrafos 1 a 6]

(05) Referência de Localização: Cic., <i>Cat.</i> , IV, I, 1	
<i>mihi si haec condicio consulatus data est ut omnes acerbitates, omnes dolores cruciatusque perferrem, <u>feram</u> non solum fortiter uerum etiam libenter, dummodo meis laboribus uobis populoque Romano dignitas salusque <u>pariatur</u>.</i>	<i>Se esta condição do consulado me foi dada para que eu suportasse todas as amarguras, todas as dores e (todos) os tormentos, suportá-los-ei não só com força, mas também de boa vontade, contanto que, com meus esforços, seja alcançada a dignidade e a salvação para vós e para o povo romano.</i>
Condicional Posposta	Relação MT: apódose: <i>feram</i> (fii) / prótase: <i>pariatur</i> (ps)

CORPVS - ORAÇÕES CONDICIONAIS CONECTIVAS

• *Nisi**In Catilinam Oratio Secunda*- *Narratio* [parágrafos 3 a 16](01) Referência de Localização: Cic., *Cat.*, II, IV, 6

*Quod exspectavi iam sum assecutus, ut uos omnes factam esse aperte coniurationem contra rem publicam uideretis; **nisi uero si quis est qui Catilinae similes cum Catilina sentire non putet.***

*Já consegui aquilo que eu esperava para que todos vós vísseis abertamente que uma conjuração foi feita contra a república; **a não ser, na verdade, que haja alguém que não pense que os semelhantes a Catilina pensam com(o) Catilina.***

Condicional Posposta

Relação MT: apódose: *sum assectus*(ppi) / prótase: *est*(pi)(02) Referência de Localização: Cic., *Cat.*, II, VII, 16

*nunc uero, cum ei nihil adhuc praeter ipsius uoluntatem cogitationemque acciderit **nisi quod uiuis nobis Roma profectus est**, optemus potius ut eat in exsilium quam queramur.*

*agora, na verdade, como nada lhe tenha acontecido até agora, para além da sua própria vontade e intenção, **a não ser que tenha sido expulso de Roma, deixando-nos vivos**, desejemos que ele vá para o exílio de preferência a lamentarmos.*

Condicional Posposta

Relação MT: apódose: *acciderit*(pps) / prótase: *profectus est*(ppi)- *Argumentatio* [parágrafos 17 a 27](03 e 04) Referência de Localização: Cic., *Cat.*, II, X, 23

*hi pueri tam lepidi ac delicati non solum amare et amari neque saltare et cantare sed etiam sicas uibrare et spargere uenena didicerunt. **qui nisi exeunt, nisi pereunt**, etiamsi Catilina perierit, scitote hoc in re publica seminarium Catilinarum futurum.*

*Estes meninos tão graciosos e delicados aprenderam não só a amar e a ser amados, não só a saltitar e a cantar, como também a brandir punhais e a espalhar venenos. **Os quais, a não ser que partam, a não ser que morram**, ainda que Catilina tenha morrido, sabeis que isto há de ser um seminário de Catilinas.*

Condicional Anteposta
Condicional AntepostaRelação MT: prótase: *exeunt*(pi) / apódose: *scitote*(if)
prótase: *exeunt*(pi) / apódose: *scitote*(if)

(05) Referência de Localização: Cic., Cat., II, X, 23	
quo autem pacto illi Appenninum atque illas pruinas ac niues <u>perferent</u> ? nisi idcirco se facilius io hiemem toleraturos <u>putant</u>, quod nudi in conuiuiis saltare didicerunt.	Todavia, de que modo eles suportarão o Apenino, aquelas geadas e aquelas neves? A não ser que, nesse caso, acreditem que eles irão suportar o inverno mais facilmente, porque aprenderam a saltitar nus nos banquetes.
Condicional Posposta	Relação MT: apódose: <i>perferent</i> (fii) / prótase: <i>putant</i> (pi)

In Catilinam Oratio Tertia

- Argumentatio [parágrafos 16 a 22]

(06) Referência de Localização: Cic., Cat., III, VII, 17	
hunc ego hominem tam acrem, tam audacem, tam paratum, tam callidum, tam in scelere uigilantem, tam in perditis rebus diligentem nisi ex domesticis insidiis in castrense latrocinium <u>compulissem</u> (dicam id quod sentio, Quirites), non facile hanc tantam molem mali a ceruicibus uestris <u>depulissem</u> .	A este homem, tão enérgico, tão audacioso, tão preparado, tão astuto, tão vigilante no crime, tão diligente nas coisas perdidas, a não ser que eu não o tivesse compelido a sair das insídias domésticas para o latrocínio castrense (direi o que penso), não teria afastado facilmente essa quantidade de mal(es) de vossas cabeças.
Condicional Intercalada	Relação MT: apódose: <i>depulissem</i> (pms) / prótase: <i>compulissem</i> (pms)

(07) Referência de Localização: Cic., Cat., III, VIII, 19	
quo quidem tempore cum haruspices ex tota Etruria conuenissent, caedes atque incendia et legum interitum et bellum ciuile ac domesticum et totius urbis atque imperi occasum appropinquare <u>dixerunt</u> , nisi di immortales omni ratione placati suo numine prope fata ipsa <u>flexissent</u>.	Foi nesse tempo então que, como arúspices de toda a Etrúria tivessem se reunido, profetizaram que se aproximavam as mortes e os incêndios, e a destruição das leis, e a guerra civil e a doméstica, e a queda de toda a cidade e do Império, a não ser que os deuses imortais, aplacados de todo modo, quase tivessem modificado os seus próprios destinos, com a sua proteção.
Condicional Posposta	Relação MT: apódose: <i>dixerunt</i> (ppi) / prótase: <i>flexissent</i> (pms)

(08) Referência de Localização: Cic., Cat., III, IX, 22	
iam uero ab Lentulo ceterisque domesticis hostibus tam dementer tantae res <u>creditae</u> et ignotis et barbaris <u>commissaeque</u> litterae numquam <u>essent</u> profecto, nisi ab dis immortalibus huic tantae audaciae consilium <u>esset ereptum</u>.	jamais, de certo, tantos fatos teriam sido tão loucamente confiados, por Lêntulo, não só a outros inimigos domésticos, mas também a desconhecidos e bárbaros, e as cartas jamais teriam sido entregues, realmente, a não ser que o juízo tivesse sido arrancado pelos deuses imortais a esta tamanha audácia.
Condicional Posposta	Relação MT: apódose: <i>creditae/comissae essent</i> (pms) / prótase: <i>esset ereptum</i> (pms)

In Catilinam Oratio Quarta

- *Exordium* [parágrafos 1 a 6]

(09) Referência de Localização: Cic., <i>Cat.</i> , IV, II, 4	
<i>Quare, patres conscripti, <u>incumbite</u> ad salutem rei publicae, <u>circumspicite</u> omnes procellas quae impendent nisi <u>prouidetis</u>.</i>	<i>Por isso, senadores, lançai-vos à salvação da república, vede à vossa volta todas as procelas que (a) ameaçam, a não ser que não (as) pressintais.</i>
Condicional Posposta	Relação MT: apódose: <i>incumbite/circumspicite</i> (ip) / prátase: <i>prouidetis</i> (pi)

- *Argumentatio* [parágrafos 11 a 19]

(10) Referência de Localização: Cic., <i>Cat.</i> , IV, VI, 13	
<i>sin remissores esse uoluerimus, summae nobis crudelitatis in patriae ciuiumque perniciie fama <u>subeunda est</u>. nisi uero cuiquam L. Caesar, uir fortissimus et amantissimus rei publicae, crudelior nudius tertius <u>uisus est</u>, cum sororis suae, feminae lectissimae, uirum praesentem et audientem uita priuandum esse dixit, cum auum suum iussu consulis interfectum filiumque eius impuberem legatum a patre missum in carcere necatum esse dixit:</i>	<i>se, pelo contrário, quisermos ser mais moderados, deve ser suportada por nós a fama da maior crueldade em meio à destruição da pátria e dos cidadãos. A não ser que, de certo, Lúcio César, homem fortíssimo e muito apreciador da república, tenha parecido muito cruel anteontem a alguém, quando ele disse que o marido de sua irmã, senhora muitíssimo distinta, aqui presente e ouvinte, devia ser privado da vida, quando disse que (seu) avô tinha sido morto por ordem do cônsul e que o seu filho, ainda jovem, mandado como embaixador pelo pai, havia sido assassinado na prisão.</i>
Condicional Posposta	Relação MT: apódose: <i>subeunda est</i> (pi) (gerundivo) / prátase: <i>uisus est</i> (ppi)

- Digressio [parágrafos 20 a 22]

(11) Referência de Localização: Cic., Cat., IV, X, 21	
<i>sit Scipio clarus ille, cuius consilio atque uirtute Hannibal in Africam redire atque Italia decedere coactus est; ornetur alter eximia laude Africanus, qui duas urbes huic imperio infestissimas, Carthaginem Numantiamque, deleuit; habeatur uir egregius Paulus ille, cuius currum rex potentissimus quondam et nobilissimus Perses honestauit; sit aeterna gloria Marius, qui bis Italiam obsidione et metu seruitutis liberauit; anteponatur omnibus Pompeius, cuius res gestae atque uirtutes isdem quibus solis cursus regionibus ac terminis continentur: <u>erit</u> profecto inter horum laudes aliquid loci nostrae gloriae, nisi forte maius <u>est</u> patefacere nobis prouincias quo exire possimus quam curare ut etiam illi qui absunt habeant quo uictores reuertantur.</i>	<i>Que seja famoso aquele Cipião, cujo juízo e valor forçaram Aníbal a regressar à África e a abandonar a Itália; que seja honrado com exímio louvor outro africano que destruiu duas cidades muito inimigas deste império, Cartago e Numância; que seja considerado varão egrégio aquele Lúcio Paulo, cujo carro honrou o outrora o poderosíssimo e nobilíssimo rei Perses; que Mário, que por duas vezes libertou a Itália do cerco e do medo da servidão fique em eterna glória; que se anteponha a todos Pompeu, cujas façanhas e virtudes estão limitadas pelos mesmos territórios e nos (mesmos) termos em que (está limitado) o curso do sol. Certamente haverá entre os louvores destes algum lugar para a nossa glória, a não ser que, por acaso, seja mais importante abrir fronteiras por onde possamos nos retirar, do que cuidar para que também aqueles ausentes tenham por onde voltar vitoriosos.</i>
Condicional Posposta	Relação MT: apódose: <i>erit</i> (fii) / prótase: <i>est</i> (pi)